



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

**LAILA THAÍSE BATISTA DE OLIVEIRA**

**ENCRUZILHADAS DA RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE MILITANTES  
NEGRAS EM SERGIPE (1980- 2000)**

São Cristóvão  
2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

**LAILA THAÍSE BATISTA DE OLIVEIRA**

**ENCRUZILHADAS DA RESISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS DE MILITANTES  
NEGRAS EM SERGIPE (1980- 2000)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia (PPGS/UFS)  
para a defesa de Tese.

Orientador: Prof. Dr. Petrônio Domingues

São Cristóvão  
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48e Oliveira, Laila Thaíse Batista de  
Encruzilhadas da resistência : trajetórias de militantes negras em Sergipe (1980-2000) / Laila Thaíse Batista de Oliveira ; orientador Petrônio Domingues. – São Cristóvão, SE, 2025.  
199 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Sociologia. 2. Mulheres negras – Aracaju (SE). 3. Movimentos sociais. 4. Negras – Sergipe. I. Domingues, Petrônio, orient. II. Título.

CDU 316.35(=1-86)-055.2(813.7)

## DEDICATÓRIA

“O que a gente não escreve, o tempo leva”, essa frase é de minha avó de santo, Mãe Stella de Oxossi (Olorum Kosi Pure), foi Yalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá, e é atemporal, porque sem o registro de nossas memórias as futuras gerações não terão acesso a sua própria história.

Dito isso, inicio dedicando essa escrita-escrevivência à ela e às mulheres negras sergipanas, a essa força motriz que as movem, celebro as que já partiram e as que ainda persistem na luta diária de mais que existir, costurar histórias, lutas e conquistas, nos ensinando diariamente que a mudança só acontece de forma coletiva.

Agradeço a cada uma que de forma direta ou indireta, contribuíram para romper esse véu do racismo, do machismo, do capitalismo e da Lgbtfobia que insiste em nos silenciar e apagar nossas trajetórias. Que honra e alegria ser da terra dessas mulheres-irmãs, terra de Beatriz Nascimento, Zizinha Guimarães, Rejane Maria, Gil Porto, Zefa da Guia e tantas outras.

A oportunidade de construir com minhas irmãs da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria foi um divisor de águas, que há 10 anos tenho muito orgulho de caminhar junto, em nome de Gil Porto (Olorum Kosi Pure), nossa eterna árvore bonita, agradeço a todas vocês.

Esse resultado só seria possível porque sou fruto de uma família que me acolhe, me dá colo e apoio. Agradeço a minha mãe Sandra, pelas horas incontáveis de conversas, desabafos e cuidados com meus filhos. Ao meu pai Renato, um homem negro que sempre me ensinou sobre a importância de ter orgulho da própria história, e a primeira pessoa que trouxe a importância da memória em nossas vidas, ao contar infindáveis vezes sua própria infância. Aos meus meninos, Enzo e Bento, que são como uma luz de sol diária na minha vida, me inspiram, me encorajam e são o meu lar, é tudo nosso, amo vocês.

Dedico carinhosamente a minha família de axé, o Ilê Àṣẹ̀ Òpó Oṣogunladé, em nome do meu babalase Reginaldo Daniel Flores, Ogum Toorikpé, com quem também aprendi e aprendo a importância de registrar nossa

história e reconhecer quem veio antes construindo o caminho que hoje podemos percorrer.

Foi também no meu terreiro que conheci e encontrei mulheres negras que fizeram parte da história de luta do movimento negro sergipano, pude conhecer a história de Rejane Maria (Olorum Kosi Pure), a história das minhas irmãs Solange Elias, Raimunda Andrade, Marina Ribeiro e outras, que grande honra.

Por fim, e não menos importante, agradeço profundamente ao meu orí que conduziu os meus caminhos de pesquisadora, que despertou a curiosidade e ao mesmo tempo o incomodo necessário para traçar esse trajeto, fortalecido pela energia viva e pulsante de minha eledá, a senhora da minha vida, Ewá, orixá das causas impossíveis, dos sonhos e das transformações. Quantas vezes foi me dito que seria difícil, que não daria certo, e a senhora foi lá e dissipou a neblina. Rirró, modupé minha mãe!

## **A roda dos não ausentes**

(Conceição Evaristo)

O nada e o não  
ausência alguma,  
borda em mim o empecilho.  
Há tempos treino  
o equilíbrio sobre  
esse alquebrado corpo,  
e, se inteira fui,  
cada pedaço que guardo de mim  
tem na memória o anelar  
de outros pedaços.  
E da história que me resta  
estilhaçados sons esculpem  
partes de uma música inteira.  
Traço então a nossa roda gira-gira  
em que os de ontem, os de hoje,  
e os de amanhã se reconhecem  
nos pedaços uns dos outros.  
Inteiros.

## RESUMO

A tese *Encruzilhadas da Resistência: trajetórias de militantes negras em Sergipe (1980–2000)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), tem como objetivo compreender quem foram e como atuaram as militantes negras no período em questão no estado de Sergipe, as redes que estabeleceram, os conflitos e mediações vivenciados, bem como as contribuições dessas mulheres para a construção e as lutas do movimento negro e do movimento de mulheres negras, em interlocução com organizações regionais e nacionais, com foco nas transformações sociais. Para tanto, a pesquisa adota como abordagem metodológica o conceito de *Escrevivência*, desenvolvido por Conceição Evaristo, como ferramenta para a compreensão de suas trajetórias, e se fundamenta na perspectiva do feminismo negro no Brasil e nos Estados Unidos, bem como na trajetória dos movimentos de mulheres negras, dialogando com autoras como Gonzalez (2018), Collins (2019), hooks (2019), Ribeiro (2022), Carneiro (2018), entre outras.

**Palavras-chave:** movimento de mulheres negras, Aracaju, movimento social, negritude

## ABSTRACT

The dissertation *Crossroads of Resistance: Trajectories of Black Women Activists in Sergipe (1980–2000)*, developed within the Graduate Program in Sociology at the Federal University of Sergipe (UFS), aims to understand who the Black women activists were and how they acted during the period in question in Sergipe, the networks they established, the conflicts and mediations involved, and the ways in which they contributed to the construction and struggles of the Black movement and the Black women's movement in dialogue with regional and national organizations, with a focus on social transformations. To this end, the study adopts the methodological approach of the concept developed by Conceição Evaristo, *Escrevivência*, to understand these trajectories, and is grounded in the perspective of Black feminism in Brazil and the United States, as well as in the trajectory of Black women's movements, drawing on authors such as Gonzalez (2018), Collins (2019), hooks (2019), Ribeiro (2022), Carneiro (2018), among others.

**Keywords:** Black women's movement, Aracaju, social movement, Black identity



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – “A Gaiola” apresentando-se no Teatro Juca Barreto, Aracaju, em 1983.<br>Elenco: Isabel Santos, Pierre Feitosa, Valdice Teles, Maria das Dores e<br>Maurelina..... | 58  |
| Figura 2 – Edição do jornal A Defesa (1986), entrevista com irmã Odete no Dia da<br>Consciência Negra.....                                                                   | 91  |
| Figura 3 – Solange Elias, Joseanes Lima e Zuleide. Data não<br>informada.....                                                                                                | 110 |
| Figura 4 – Joseanes (em pé) em atividade da<br>Saci.....                                                                                                                     | 112 |
| Figura 5 – Joseanes em atividade de formação política da<br>Saci.....                                                                                                        | 113 |
| Figura 6 – Tereza Martins em projeto da<br>Saci.....                                                                                                                         | 133 |
| Figura 7 – Tereza Martins desenvolvendo atividade na Comunidade Quilombola de<br>Mocambo pela Saci.....                                                                      | 134 |
| Figura 8 – Integrantes da Cia Dançart visitam o Ilê Asipá; na imagem, Mestre Didi e<br>Ojés (BA).....                                                                        | 143 |
| Figura 9 – Cleanes Silva em atividade da<br>Saci.....                                                                                                                        | 144 |
| Figura 10 – Matéria sobre a inauguração da sede da Cia Dançart, em<br>1993.....                                                                                              | 145 |
| Figura 11 – Panfleto do Festival de<br>Dança.....                                                                                                                            | 149 |

|                                                                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 12 – Raimunda Andrade e Robson Martins no encontro preparatório realizado no Centro de Criatividade (1991), para o I Encontro Nacional de Entidades Negras.....           | 157 |
| Figura 13 – Boletim informativo do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.....                                                                                                  | 166 |
| Figura 14 – Cartaz do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença (RJ), em 1988.....                                                                           | 168 |
| Figura 15 – Trecho de matéria publicada no Jornal Gazeta de Sergipe (1988) sobre o centenário da abolição, com entrevista da professora Nelly, coordenadora do Neab à época..... | 170 |
| Figura 16 – Matéria publicada no Jornal Gazeta de Sergipe (1988), em alusão ao 20 de novembro, com entrevista de Joseanes Lima, representando a Saci.....                        | 170 |
| Figura 17 – Mulheres negras em atividade da Saci.....                                                                                                                            | 172 |

## **LISTA DE SIGLAS**

- ABAÔ**- Associação Abaô de Arte, Educação e Cultura Negra
- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- AMABA** - Associação de Moradores do Bairro América
- AMB** - Articulação de Mulheres Brasileiras
- AMNB** - Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
- CCAS** - Casa da Cultura Afro-sergipana
- CECF** – Conselho Estadual da Condição Feminina/SP
- CESEP**- Centro Sergipano de Educação Popular
- CONEN**- Coordenação Nacional de Entidades Negras
- ENNE** – Encontro de Negros do Norte e Nordeste
- ENMN**- Encontro Nacional de Mulheres Negras
- FNB**- Frente Negra Brasileira
- FENS**- Fórum Estadual de Entidades Negras de Sergipe
- GRUCON** - Grupo União e Consciência Negra
- IPCN**- Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
- ISPCPN** – Instituto Sergipano de Pesquisa da Cultura Popular e Negra
- MEC** – Ministério da Educação
- MMN** – Movimento de Mulheres Negras
- MN** – Movimento Negro
- MNU**- Movimento Negro Unificado
- MNUCDR**- Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
- MOPS** – Movimento Popular de Saúde
- MS** – Movimentos Sociais
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**MUCDR-** Movimento Unificado contra a Discriminação Racial

**NEABI-** Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

**OMIN-** Organização de Mulheres Negras Maria do Egito

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU-** Organização das Nações Unidas

**PPA** – Plano Plurianual

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**SACI-** Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania

**SECADI-** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

**SEDHUC-** Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

**SEPPIR-** Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

**SUS-** Sistema Único de Saúde

**TEN-** Teatro Experimental do Negro

**TMR** – Teoria da Mobilização de Recursos

**TPP** – Teoria do Processo Político

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

**UNA-** União dos Negros de Aracaju

**UNEGRO-** União dos Negros e Negras pela Igualdade

## SUMÁRIO

|                                                                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Lista de Figuras.....</b>                                                                                                  | <b>8</b>   |
| <b>Lista de Siglas.....</b>                                                                                                   | <b>10</b>  |
| <b>Introdução .....</b>                                                                                                       | <b>22</b>  |
| <b>Capítulo 1 -“E eu não sou uma mulher? ” – A construção de conhecimento das categorias de raça e gênero.....</b>            | <b>29</b>  |
| 1.2 Percurso Metodológico .....                                                                                               | 36         |
| 1.1 Gênese dos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil- ONGs de mulheres negras, caminhos de fortalecimento .....             | 49         |
| <b>Capítulo 2 – Nossos passos vêm de longe: Caminhos dos Movimentos de Mulheres Negras em Aracaju .....</b>                   | <b>46</b>  |
| 2.1 Da educação ao movimento popular de saúde – Givalda Bento .....                                                           | 49         |
| 2.2 Da luta pela terra aos versos dos poemas – Vera Villar .....                                                              | 57         |
| 2.3 Caminhos de axé e resistência – Yá Lígia Borges.....                                                                      | 62         |
| 2.4 “Sou protagonista da minha própria história” – Nilma Batista.....                                                         | 67         |
| 2.5 Militante em Rede – Márcia Vieira.....                                                                                    | 72         |
| 2.6 A Educação Popular como Luta Antirracista – Dayse Ramos.....                                                              | 75         |
| 2.7 Uma mulher negra em movimento – Gigi Poetisa.....                                                                         | 79         |
| 2.8 Irmã Odete: Baluarte da Resistência e da Luta Negra.....                                                                  | 86         |
| 2.9 A docência com compromisso social – Professora Nely.....                                                                  | 95         |
| 3.0 Abrindo os caminhos – Joseanes Lima.....                                                                                  | 103        |
| 3.1 A força da mulher quilombola – Xifroneze Santos.....                                                                      | 119        |
| 3.2 Classe e raça como bandeira de luta – Tereza Martins.....                                                                 | 125        |
| 3.3 A dança como lugar de resistência – Cleanes Silva.....                                                                    | 134        |
| 3.4 Acima do medo, coragem! – Raimunda Andrade .....                                                                          | 143        |
| 3.5 Nem mulata, nem morena, eu sou negra! – Yá Jane Lúcia .....                                                               | 150        |
| <b>Capítulo 3 – Redes de resistência: articulações, conflitos e mediações no movimento de mulheres negras em Sergipe.....</b> | <b>157</b> |
| 3.1 Articulações regionais e nacionais: a participação das militantes sergipanas em espaços de luta coletiva.....             | 159        |
| 3.2 A importância da memória e da escrivência: transmissão de experiências e formação de novas gerações.....                  | 161        |
| 3.3 Pedagogias da resistência: saberes, formação política e emancipação.....                                                  | 164        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                           | <b>176</b> |

**REFERÊNCIAS.....181**

## Introdução

A proposta do tema dessa pesquisa é fruto da minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. Surge a partir de inquietações como mulher negra ativista, nascida e residindo em Sergipe, o menor dos estados brasileiros, e que tem expressivo contingente negro populacional, que segundo o IBGE em 2022, corresponde a 74,5% população se declarada como negra, pardos e pretos. (CENSO, 2022)<sup>1</sup>

Desde a criação da organização que faço parte, a Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria, em 2014, me senti na responsabilidade de compreender melhor sobre os aspectos das organizações de mulheres negras, de entender de que forma as opressões sobre nossos corpos são estruturadas nessa sociedade e de cada vez mais conhecer as narrativas sobre nossas histórias de mulheres negras, que foram negadas e invisibilizadas por tanto tempo.

No segundo ano da organização, nos aproximamos de outros movimentos de mulheres negras de outros estados, em virtude da Marcha Nacional de Mulheres Negras, que ocorreria em Brasília. Dessa forma, em 2015, estivemos engajadas no Comitê Impulsionador<sup>2</sup>, o que contribuiu para o fortalecimento da nossa organização, e que ao final da marcha resultou na nossa filiação à Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Enquanto mulher negra e ativista, pesquisar para percorrer caminhos de narrar a história de mulheres negras, sempre me despertou interesse, contar e ouvir histórias que nem sempre estão escritas. Como comunicóloga, durante o mestrado, desenvolvi minha dissertação “A mulher negra na primeira pessoa: uma construção de raça e gênero nas telenovelas protagonizadas por Taís Araújo”, onde busquei trazer a análise dos papéis protagonizados por Taís Araújo, com a finalidade de compreender a construção dessa identidade atravessada pela raça e pelo gênero.

Mas, foi na convivência dos espaços de militância, construídos por diversas gerações, que tive acesso as histórias de luta de mulheres negras em Sergipe.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://observatorio.se.gov.br/censo-2022-62-da-populacao-sergipana-se-identifica-como-parda/>

<sup>2</sup> O Comitê Impulsor foram grupos formados nos estados para garantir o processo de mobilização e organização para a ida da 1ª Marcha de Mulheres Negras no Brasil, ocorrida em 2015 em Brasília

A partir da oralidade sobre a vivência das militantes negras mais velhas do estado, foi possível observar a riqueza e pluralidade das ações, dos debates, dos espaços de formação em um momento histórico de muito conflito – como o período do regime militar -, e confrontando as dificuldades e violências impostas por aqueles que detinham o poder em nome da ordem, elas continuaram atuando nas organizações negras, movimentos populares e de mulheres negras. Observei que muitas dessas histórias que ouvi nos espaços de militância, não estão escritas ou registradas e que, portanto, seria um importante tema de pesquisa no campo da Sociologia, em especial o estudo da Sociologia dos Movimentos Sociais.

Ao ter acesso às produções acadêmicas que pautam a história da militância sergipana, a exemplo da dissertação de Dantas (2003) foi possível identificar a ausência do registro das atuações das mulheres negras nesse momento histórico. Mas foi na oportunidade da leitura do livro sobre o Movimento de Mulheres Negras, organizado pela professora Joselina da Silva (2014), que me senti motivada a conhecer melhor a história das ativistas negras de Sergipe, aquelas que contribuíram para o início dos movimentos sociais em Sergipe, e dessa forma abriram os caminhos, no campo da luta antirracista e em prol do combate às opressões interseccionais, para que pudéssemos seguir no caminho das transformações.

Ainda temos muito o que contar, a ausência de tantas informações sobre nossa história é resultado da negação da existência e exercício transformador que essas mulheres desempenharam na história do estado. É o que Kilomba (2019) vai chamar de 'história escondida'.

Se considerarmos o impacto da ausência dessas narrativas, podemos afirmar que os corpos de mulheres negras sergipanas em movimento e luta por cidadania sofreram dupla violência, tanto no período de enfrentamento às adversidades do contexto histórico que viveram, quanto pelos discursos impedidos, silenciados e ignorados pelos registros oficiais.

É na contramão do silêncio, que nasce a tese Encruzilhadas da Resistência: trajetórias de militantes negras em Sergipe (1990-2000), período que abarca o retorno e reorganização dos movimentos sociais, para contar aquilo que foi invisibilizado, e tomar para si as disputas de narrativas na construção saberes a partir dos segmentos



subalternizados. “Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como ato político” (Kilomba, 2019, p. 28)

O objetivo da pesquisa em curso é compreender quem eram e como atuavam as militantes negras no período em questão em Sergipe, as redes estabelecidas, os conflitos, mediações e de que forma contribuíram para a construção e as lutas do movimento negro e de mulheres negras em interlocução com organizações regionais e nacionais, com foco nas transformações sociais.

Busquei compreender o momento em que as trajetórias das militantes negras entrevistadas abordaram suas experiências com o ativismo e o movimento social, a autodefinição delas e como elas compreendiam o ativismo e movimento de mulheres negras em Sergipe. Como metodologia tomamos a Escrivivência, conceito formulado por Conceição Evaristo (2020) e que versa sobre a forma de contar vivências e cotidianos de mulheres negras, a partir do olhar delas mesmas, e como essas trajetórias refletem a realidade de uma comunidade.

A análise das entrevistas, foi feita a luz das teorias da sociologia dos movimentos sociais, produzida por autoras/es com Maria da Glória Gohn (1997) e Charles Tilly (2010), que vai mobilizar conceitos com teoria do confronto político, repertório de ações, considerando os contextos em que essas lutas foram empreendidas e da produção de intelectuais negros e negras, a exemplo do pensamento feminista negro, produzido por Patrícia Hill Collins (2019), que traz o conceito de autodefinição, interseccionalidade e das imagens de controle, assim como as discussões sobre as trajetórias do movimento negro e de mulheres negras desenvolvidas por Lélia Gonzalez (2021), Petrônio Domingues, Clóvis Moura e outros.

A participação das mulheres negras na formação cultural, social e política do Brasil ao longo dos anos é indiscutível, seu legado de lutas e trajetórias de resistência, datada ainda no período escravagista, à frente de várias rebeliões, lideranças em quilombos ou como quituteiras – conhecidas como as negras de tabuleiro –, aponta como o papel dessas mulheres foi fundamental para as transformações sociais, em um movimento contra hegemônico que desestabiliza as estruturas racistas e machistas da sociedade.

Os registros históricos apontam a existência de organizações de mulheres negras formalizadas já nas primeiras décadas após a abolição da escravidão, a

exemplo da Rosas Negras e Cruzadas Femininas, ambas compuseram a Frente Negra (1931-1937)<sup>3</sup>, e desde então, seguiram atuando com foco na formação educacional da população negra, na inserção no mercado de trabalho e denúncia dos casos de racismo e opressões correlatas (Domingues, 2007).

Da Frente Negra Brasileira até a rearticulação dos movimentos pós período de redemocratização no país, outras experiências com a presença de mulheres negras atuando nas organizações foram de fundamental importância, como no Teatro Experimental do Negro (TEM) em 1944, com a fundação da Associação de Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras. (Domingues, 2011)

Mesmo tendo como seu principal expoente, o militante Abdias do Nascimento, a organização que tinha como foco a educação e a cultura afro-brasileira, contou com lideranças femininas importantes como Arinda Serafina e a articulista Maria Nascimento, à frente da coluna “Fala Mulher” do jornal “Quilombo”. (Domingues, 2011)

Arinda Serafina, ainda era empregada doméstica quando foi chamada para militar no TEM, vindo posteriormente a ingressar nas artes cênicas atuando também no cinema. Assim como ela, se destacaram atrizes como Ruth de Souza, Marina Gonçalves e Guiomar Ferreira de Mattos. (Silva, 2018) <sup>4</sup>

Para exemplificar uma das mais notórias contribuições, porém não reconhecida, foi a apresentação do trabalho de Guiomar Ferreira de Mattos no I Congresso do Negro Brasileiro (1950).

O ponto que iremos destacar sobre o evento é a exposição da tese sobre a regulamentação da profissão de doméstica da advogada Guiomar Ferreira de Mattos que defendia a ideia de levar a pauta para a câmara dos deputados, a fim de atender aos interesses dessa classe trabalhadora majoritariamente composta por mulheres negras. A proposta apresentada por Guiomar incluía a redução da jornada de trabalho, direito a férias remuneradas e aviso prévio no caso de demissão, vale ressaltar que enquanto esses direitos foram conquistados por uma parte considerável dos trabalhadores de outros setores ainda na primeira metade do século XX, estes só foram efetivados a classe das trabalhadoras domésticas em 2015 (Santos, 2020, p.8)

---

<sup>3</sup> As duas organizações surgiram no interior da Frente Negra Brasileira com o intuito de desenvolver ações de cunho educativo, recreativo, ações beneficentes e organização da memória e registros da FNB

<sup>4</sup> Silva, Júlio Menezes. Artigo “Ruth de Souza e as mulheres negras no teatro experimental do negro”. 2018. Fonte: <https://ipeafro.org.br/mulheres-negras-no-teatro-experimental-do-negro/>

O artigo de Santos (2020) ressalta que, apesar da importante tese apresentada por Guiomar, o trabalho não contou com o apoio dos militantes homens presentes no Congresso, apenas com o apoio das militantes que estavam no Congresso.

Dito isso, fica evidente que as mulheres negras estiveram à frente das lutas sociais durante todo o tempo, porém, cabe pontuar que a eclosão dos movimentos de mulheres negras ocorreu em meados dos anos 70 e 80, essas organizações tinham como horizonte abranger as questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de classe. As primeiras cidades que contém esses registros são Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 1975, a articulação do feminismo negro brasileiro aparece como movimento de mulheres negras. Em reunião de feministas brancas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para comemorar o Ano Internacional da Mulher, as mulheres negras compareceram e apresentaram “um documento onde caracterizavam a situação de opressão da mulher negra”. Nos anos seguintes, as mulheres negras dessa articulação inicial continuaram a atuar nas diferentes organizações que se criaram: Aqualtune, 1979; Luiza Mahin, 1980; Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 1982; NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras, 1983 (Felippe, 2009, p.23).

É importante destacar que já existiam organizações de mulheres negras anteriores à década de 70, como exemplificado anteriormente, porém, é na redemocratização do país que ascendem diversos movimentos organizados e com foco nas pautas que marcam a interseccionalidade de raça e gênero.

A criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras em maio de 1950, a ocorrência do Congresso Nacional de Mulheres Negras no mesmo período – inseridos no âmbito do Teatro Experimental do Negro (TEM) -, sob coordenação de Maria de Lurdes do Nascimento, nos alicerça no debate de que já éramos mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária, antes mesmo das alterações com o Movimento Feminista e o Movimento Negro. (Silva, 2014, p.36)

É importante destacarmos que a Carta da ONU em 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foram fundamentais para subsidiar e legitimar a atuação dos movimentos sociais. Esses instrumentos fomentados pelo conjunto das nações, tiveram como objetivo trazer para a centralidade a cooperação internacional para a eliminação das diversas formas de preconceito e desigualdades, além de estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Evidenciamos que o movimento de mulheres negras se tornou imprescindível por trazer para a centralidade a importância de olhar para as experiências de mulheres em sua pluralidade, uma vez que as mulheres negras vivenciam outras formas de

opressão que não só a de gênero, mas a raça é decisiva na estruturação dessas relações, conforme já apontava Lélia Gonzalez (2018) ao analisar como a divisão racial e sexual do trabalho imputa a essa mulher posições de subalternidade.

Diante desse cenário de intensas lutas de mulheres negras brasileiras na disputa por cidadania plena, se faz necessário compreender as trajetórias do movimento de mulheres negras entre as décadas 90 e 2000 em Aracaju, Sergipe. Assim, a pesquisa buscará analisar quem eram essas mulheres, como atuavam e estavam organizadas nos movimentos.

Salientamos que o período a ser estudado é o de redemocratização, e aqui tomaremos como terceira fase do movimento negro (1978-2001), definida dessa forma por Domingues (2007). É também nesse período que surgem produções feministas no Brasil e em outros países que consideram os eixos de raça e classe, e que contribuem para novos panoramas das teorias feministas no Brasil, conforme aponta Caldwell (2000) e Figueiredo (2008).

A socióloga Ângela Figueiredo apresenta em seus estudos, como a produção bibliográfica sobre a mulher negra no Brasil é resultado de estudos sobre as relações raciais, assim sendo, tais produções trazem as análises das desigualdades sociais existentes na realidade das mulheres negras brasileiras. (FIGUEIREDO, 2008)

O processo de invisibilidade da questão racial e sua interface com o gênero e a classe, não ocorreu somente nas produções feministas na academia, mas na construção de uma imprensa feminista no Brasil, como foi percebido por Cardoso (2004), ao analisar o conjunto de jornais feministas brasileiros a partir de sua concepção até o final da década de 90, não houve menção a aspectos de raça, etnia e classe.

As narrativas sobre a atuação de mulheres negras em Aracaju, organizadas enquanto movimento de mulheres negras, particularmente no período a ser estudado, possuem lacunas, como podemos evidenciar na revisão bibliográfica sobre o tema que será apresentada nos próximos capítulos, e, entendendo que assim como o campo de estudos de gênero e raça no Brasil é consideravelmente recente, as narrativas sobre as trajetórias desses movimentos nos estados brasileiros também são.

Entendendo o papel fundamental que os movimentos de mulheres negras e mulheres negras ativistas desempenharam na luta por justiça social e cidadania, a pesquisa buscará compreender as encruzilhadas e trajetórias do corpo de mulheres negras militantes em Sergipe.

A investigação é qualitativa e utiliza como método, a análise de materiais da imprensa do período estudado, materiais produzidos pela militância e realização de entrevistas com as ativistas selecionadas, onde através da narrativa de suas trajetórias, podemos elencar as pautas defendidas, as organizações em que elas estiveram presentes e as dinâmicas dos movimentos e ativistas. Para a análise serão apresentados e discutidos os conceitos e realizada uma revisão bibliográfica de autores e autoras que podem contribuir para uma fundamentação teórica consistente e necessária para o desenvolvimento do estudo.

## **Capítulo 1. “E eu não sou uma mulher? ” – A construção de conhecimento das categorias de raça e gênero**

A célebre frase “E eu não sou uma mulher?”, proferida pela feminista e abolicionista negra estadunidense Sojourner Truth, que nasceu no contexto de escravidão, e foi uma grande ativista pela libertação da população negra revela um incômodo vivido por mulheres negras em distintas épocas, a não compreensão da sociedade em relação às demandas e vivências de mulheres negras (Truth, 1851).

O discurso da ativista questionava se as pessoas não a viam como uma mulher, ou seja, o que Sojourner indica é que a experiência compartilhada das mulheres brancas, não traduzem a realidade de mulheres negras que passaram por outros processos de violência e desumanização, como o trabalho escravo e as diversas formas de exploração.

Dessa forma, na seção, abordo as teorias e discussões acerca das categorias de raça e gênero, considerando que não são categorias universais, e, portanto, é fundamental questionar e estranhar as afirmações essencialistas. Para tanto, foram acionadas autoras como Patrícia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016), Lélia González (2018), Ângela Figueiredo (2008), Luiza Bairros (1995), Sueli Carneiro (2003), Audre Lorde (2019), bem como a história dos movimentos negros e de mulheres negras no Brasil e em Sergipe, que será subsidiado pela produção de intelectuais como Petrônio Domingues (2007), Beatriz Nascimento (2021), Matilde Ribeiro (1995) .

A escolha teórica que conduz a pesquisa, são as epistemologias feministas negras, que segundo Collins (2016), é um conjunto de ideias formuladas por mulheres negras, que traduzem e analisam a condição dessas mulheres na sociedade, a partir de uma perspectiva própria, enquanto sujeito que vivencia as diversas experiências. Portanto, Collins, acrescenta que “é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” Collins (2016, p.101).

Além disso, vivenciam processos de aliança, afetos e solidariedades construídos a partir de suas vivenciais, produzindo redes de histórias que se conectam aos processos políticos de existências. Uma vez que nossas histórias de vida nos ajudam na vinculação com outras trajetórias compartilhadas entre os contextos locais

e globais, ou seja, as experienciais negras são sempre potencializadas nos encontros que geram transformações, e se autoalimentam nas encruzilhadas do mundo, de acordo com os direcionamentos de hooks (2020). Assim, cabe destacar as semelhanças de experiências marcadas pela raça e gênero no confronto ao sistema colonial.

Desta forma, o histórico de experiências em processos como a escravidão, e os resquícios desse sistema até os dias atuais, permitem um olhar ampliado sobre os fenômenos, inclusive sobre o lugar social ocupado branco/a. Em contrapartida:

Fomos escravizadas, discriminadas e inferiorizadas racialmente. Arrancaram os nossos filhos de nossos seios. Nos obrigaram a amamentar e criar filhos que não eram nossos. Essa experiência brutal nos obrigou a conhecer profundamente o outro, o branco. Nos ensinou em primeiro lugar o apreço pela liberdade e também, que a diversidade humana é o maior patrimônio da humanidade. Nos fez descobrir que ninguém é racista por natureza, aprende a sê-lo (Carneiro, 2018, p.112)

Nessa perspectiva, os movimentos de mulheres negras nas Américas, ao passo que se colocavam nas ruas para cobrar o acesso aos direitos e o fim das formas de opressão, conseguiram formular epistemologias para dar conta de suas formas de existência e combater os lugares de privilégios criados pela branquitude. Nesse movimento de enfrentamento, o feminismo negro produziu teorias e construiu categorias que refletem as diversas experiências que as mulheres afro-americanas vivenciam, e que são atravessadas por relações de raça, gênero e classe (Davis, 2016; Collins, 2019; Bairros, Gonzalez, 2019). Essas epistemologias feministas negras englobam um conjunto de significados que dão sentidos para a constituição das mulheres negras enquanto grupo organizado. Sobre esse aspecto Collins, enfatiza que:

Como coletividade, elas participam de uma relação dialética entre a opressão sofrida e o ativismo exercido. Relações dialéticas desse tipo significam que dois grupos são contrários e opostos. Enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro como resposta ativista continuará sendo necessário (Collins, 2018, p. 63).

Nesse sentido, pensar em gênero como categoria analítica, é romper a ideia da universalização, e até mesmo do círculo acadêmico, uma vez que o seu campo se expande para outras áreas e usos, por exemplo, como as formulações de políticas públicas. Como reflete a antropóloga Lia Zanotta Machado (2000) olhar para as questões de gênero remete às concepções de que as relações sócio

simbólicas são construídas e transformáveis, fundamentadas em relações assimétricas e de poder dentro da esfera social. Machado se aproxima da antropóloga Joan Scott (1990), ao destacar que as relações de gênero evidenciam como o poder se estabelece na sociedade, através das diferenças.

As relações de gênero destacadas por Machado, são formuladas na ideia de que:

este conceito pretende indagar metodologicamente sobre as formas simbólicas e culturais do engendramento social das relações sociais de sexo e de todas as formas em que a classificação do que se entende por masculino e feminino é pertinente e faz efeito sobre as mais diversas dimensões das diferentes sociedades e culturas (Machado, 2000, p. 5).

Essas abordagens refletem que a categoria gênero é uma construção social e cultural das diferenças e diversidade e rompem com o caráter biológico das formas de determinar o gênero e suas diferenças. Além disso, destaca como o campo dos movimentos sociais contribuem para alterar a construção dessas categorias, assim, os conceitos transitam na academia e nas disputas políticas e sociais.

Cabe ressaltar, que autoras como Ochy Curiel (2019), Rita Segatto (1998), Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2004), além de afirmarem não existir uma universalização no gênero, entendem que, quando estudiosas defendem esse olhar universal, estão fazendo a partir de uma perspectiva ocidental, desconsiderando outras experiências, como de mulheres indígenas/amefricanas e africanas. Assim sendo, feministas negras e da América Latina e Caribe se debruçaram em compreender como os resquícios da colonização e processos escravocratas nos países, impactavam e seguem impactando em corpos racializados, em corpos negros, especificamente, de mulheres negras, considerando como os marcadores sociais (raça, classe e gênero) imbricados produzem diferentes resultados.

Dentro desse contexto, de romper com a perspectiva colonial sobre as questões de gênero, emerge como pauta a discussão de descolonização e da denúncia dos perigos da colonialidade, trazida das lutas sociais que produz novas teorias. Desse modo, Curiel sinaliza que:

As principais propostas nesse sentido partem precisamente das lutas concretas pela descolonização e da luta contra o apartheid em África e Ásia, nos anos 50 e 60, da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e de um feminismo feito por mulheres racializadas desde os anos sessenta. Quer dizer, partem dos movimentos sociais e posteriormente se convertem em teorias (Curiel, 2019, p. 233)



Assim, as experiências de mulheres racializadas, somadas a uma ação transformadora na sociedade, vem moldando novas perspectivas para pensar o gênero e o feminismo enquanto estratégias práticas e teóricas elaboradas em suas realidades. Por isso, Curiel destaca que:

Desde o surgimento do feminismo, as mulheres afrodescendentes e indígenas, entre muitas outras, têm contribuído significativamente para a ampliação dessa perspectiva teórica e política. Não obstante, têm sido as mais subalternizadas não só nas sociedades e nas ciências sociais, mas também no próprio feminismo, devido ao caráter universalista e ao viés racista que o perpassa (Curiel, 2019, p. 234)

Esse conjunto de pensadoras negras afro-diaspóricas, cruzaram olhares e contribuíram a partir da vivência e história da mulher negra em sociedades que têm como característica comum a ferida colonial. Quando Collins (2019) nos chama a atenção para o debate acerca do controle de imagem, reflete como as imagens de mulheres negras foram construídas de forma negativa, sexualizadas e em condições de subalternidade, com o intuito de que se prevalecesse uma manutenção das hierarquias sociais.

Lorde (2019) também trouxe reflexões não só acerca das diferenças no gênero, na raça e na sexualidade, mas no reconhecimento dessas diferenças para o avanço e superação das desigualdades. A intelectual afirmou em sua obra 'irmã outsider' a não possibilidade dos indivíduos localizados nas diversas formas de opressão alcançarem direitos e liberdade sem o esforço da solidariedade uns/umas dos outros/as.

Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês (Lorde, 2019, p. 166)

É nessa perspectiva que somos provocadas/os quando a poeta coloca que “a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica” (Lorde, 2019), é a partir dessa afirmação que ela nos coloca para pensar nas ferramentas e estratégias das mulheres localizadas em espaços sociais de exclusão e sem reconhecimento, mas que continuam tensionando as forças hegemônicas que querem exterminá-las.

Dessa forma, é vasta e de fôlego a contribuição de pensadoras negras atlânticas a respeito das relações sociais em seus contextos, e os lugares sociais atribuídos às mulheres negras. Mas, ao fazer isso, elas trazem uma análise ampla das

desigualdades sociais, trazendo os sujeitos que foram posicionados à margem da sociedade e negados do acesso aos direitos.

Nesses caminhos, a abordagem se encontra na encruzilhada epistemológica com Gonzales (2019) e Nascimento (2021), intelectuais orgânicas brasileiras, que também construíram o pensamento de como o processo colonial no Brasil e a situação de exploração e violência contra a mulher negra serviu para a manutenção do poder de pessoas brancas e que detém os meios de produção. Assim sendo, as produções midiáticas veiculadas nos meios de comunicação hegemônicos tem perpetuado tais imagens de controle através dos estereótipos. Nascimento, reforça como as :

[...] representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer as classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz mais desreprimida sexualmente, facilita-se a tarefa do homem de exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois, a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico (Nascimento, 2021, p.61).

As ideias de Nascimento, desperta para algumas indagações: primeiro a quem interessa a construção da imagem estigmatizada das comunidades negras? E como isso, reforçou o controle dos corpos de mulheres negras ao longo dos séculos? As questões supracitadas nos ajudam a pensar na constituição das hierarquias e na manutenção do poder, elaborando narrativas que associaram à negritude à ameaça, ao excesso e à desordem, popularizando o imaginário coletivo do lugar negativo das pessoas negras na sociedade.

No que tange às produções e debates acadêmicos inscritos na perspectiva do conhecimento formulado pelas vivências de pessoas historicamente subalternizadas, percebe-se o desenvolvimento do pensamento crítico referente ao dismantelamento das estruturas de poder, conforme aponta bell hooks (2020). Essas produções sinalizam a ritualização de um saber eurocentrado dos segmentos hegemônicos das sociedades. Ao mesmo tempo, essas novas produções representam frontalmente uma ameaça dentro das instituições de ensino ao colocar no centro dos debates questões como liberdade e democracia. Portanto, “o princípio da igualdade que está no cerne dos valores democráticos, faz pouquíssimo sentido em um mundo dominado por uma oligarquia global” (hooks, 2020, p. 43).

Nesse contraponto de produções de saberes, é que as mulheres negras se encontram em uma contracorrente que fluem em prol de conhecimentos que

desestabilizam os fluxos de produção de sentidos coloniais, reordenando as formas de produção de circulação das gramáticas de mundo, que recusam a domesticação das vidas negras nas tramas sociais. É nessas trocas transatlânticas que mulheres negras se encontram em suas percepções coletivas.

Nessa perspectiva, Matilde Ribeiro (2022), uma das intelectuais e ativista histórica<sup>5</sup> no movimento de mulheres negras no Brasil, aborda a importância de produções que rompam com a lógica hegemônica e a lacuna na história, esse vazio nos currículos escolares e registros oficiais é resultado dos silenciamentos imputados às mulheres negras na construção de narrativas que tragam o que foi invisibilizado e apagado, ao tomar para si esse processo discursivo, se retoma a humanização das mulheres negras, retomando o lugar de agentes transformadoras na sociedade. Enfatiza que:

Os estudos das e sobre as mulheres negras e o propósito de suas atuações têm sido ampliados, e elas próprias têm forjado os caminhos para fazerem-se sujeitas de suas próprias histórias e existências. Nesse contexto, as “fazedoras” e as “intelectuais”, ou a mistura desses dois componentes que cada uma tem, em seus feitos e escritos decodificam universos cognitivos, contribuem para que a roda da vida gire a favor das mulheres negras, que tornam possível demonstrar que coletivamente não produzem respostas prontas, mas possibilitam diálogos e novos posicionamentos sobre os caminhos a serem seguidos (Ribeiro, 2022, p. 93).

Ribeiro (2022) pontua significativos esforços para suprir essa ausência na historiografia brasileira, ao ressaltar as produções da Revista Estudos Feministas (REF) com os dossiês: Mulheres Negras (1995), Mulheres Negras – III Conferência Mundial contra o Racismo (2002) e 120 anos da abolição da Escravidão no Brasil – um processo ainda inacabado (2008). Esses esforços vêm preenchendo as lacunas referente as experiências dos movimentos na história oficial.

O diagnóstico da ausência da diversidade racial e de gênero na construção de conhecimento em espaços acadêmicos, não foi só percebido no Brasil. Nesse sentido, Audre Lorde (2019), poeta, lésbica, educadora e ativista negra, ao ser convidada para um congresso universitário, percebendo ser a única mulher negra no espaço chega à seguinte conclusão.

É uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas diferenças, sem uma contribuição

---

<sup>5</sup> A categoria analítica de Ativista histórica, elaborada na tese, foi produzida com o intuito de retratar as mulheres negras ativistas que fizeram e fazem alterações nas estruturas coloniais ao longo do tempo.

significativa de mulheres pobres, de mulheres negras e de Terceiro Mundo, e de lésbicas (Lorde, 2019, p. 135)

Essas lutas por reconhecimento, justiça social e construção de novas narrativas de si, contra-hegemônicas, promovidas por diversas identidades marginalizadas, permitiu uma mudança substancial nos espaços institucionalizados de produção de conhecimento. Desta forma, hooks traz a seguinte reflexão.

Quando a crítica de raça e de classe social foi acrescida à de gênero, todos os preconceitos passaram a ser questionados. Para professores e estudantes progressistas, tratou-se de uma verdadeira revolução, que possibilitou a muitos de nós ingressar em áreas de estudo que antes eram vistas como arenas disponíveis apenas para homens brancos privilegiados. Muitos de nós frequentaram universidades que não teriam aceitado nossa matrícula se não tivessem acontecido os movimentos por igualdade dirigidos a compensar os preconceitos de raça, sexo e classe social e o movimento de reparação e reconstrução (equivocadamente denominada “ação afirmativa”) (hooks, 2020, p. 54)

Na mesma linha, Beatriz Nascimento, intelectual negra brasileira, também comungava de ideias similares, sobre como o racismo ainda estruturava os espaços institucionais de construção de conhecimento. Sintetizando que “o branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusa-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça” (Nascimento, 2021, p. 41). Complementa que a branquitude, conserva formas de aniquilar as comunidades negras ao “[...] abomina a realidade racial por comodismo, medo ou mesmo racismo. Assim, perpetua teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial (Nascimento, 2021, p. 41)”. Conclui que a situação ainda torna-se preocupante “[...] mais grave ainda, cria teorias mistificadoras, distanciadas dessa mesma realidade (Nascimento, 2021, p. 41)

### **1.1 Percurso metodológico**

Correspondendo a esse arcabouço teórico a respeito do pensamento de mulheres negras e a sua contribuição na produção de práticas e saberes situados através das experiências negras, que reforça a importância da auto-definição que se conecta as experiências coletivas pretas. Nessa fluidez, que se pensa o campo sociológico, nas linhas da socióloga Gonzalez (2018), utilizo metodologicamente o enfrentamento do epistemicídio, como uma chave analítica, reconhecendo os resquícios da colonização como estrutura social e seus efeitos.

A escolha metodológica da tese foi potencializada ao adotar a Escrivivência de Conceição Evaristo (2020), que permite o uso de diferentes recursos: jornalístico, imagético e a oralidade para a construção das trajetórias militantes em conexão com a sua atuação no coletivo. Ao entender que a narrativa de si, das experiências de mulheres negras, ao falar de sua própria trajetória, reflete também um contexto social. A pesquisadora Rosane Borges (2020), em seu artigo sobre a Escrivivência enquanto método de pesquisa, traz que

Venho defendendo que escrevivência é um princípio conceitual-metodológico com potência para suportar as narrativas dos excluídos, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória e construir história. Linguagem como ferramenta, como morada e como instituinte do humano, conforme vimos acima. (Borges, 2020, p. 189)

A partir desse conjunto de pensamentos de mulheres negras que subsidia a pesquisa de forma teórica e metodológica, é que analisaremos as trajetórias e de que forma essas mulheres contribuíram para a construção e atuação dos movimentos sociais em Sergipe, especificamente o movimento negro e de mulheres negras. Mas o que é escrevivência? Por que essa escolha como metodologia? Segundo Evaristo (2020):

Escrivivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita para mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinham sua potência de emissão também sob controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (Evaristo, 2020, p. 30)

A escrevivência estabelece um diálogo direto com a memória. Conforme aponta Evaristo (2020), sua primeira experiência nesse campo partiu do relato de vivências pessoais enquanto jovem moradora de favela, materializado no texto *“Samba Favela”*.

A adoção dessa perspectiva também se fundamenta em uma escolha de posicionalidade: escrevo enquanto mulher negra, pesquisadora e atuante em movimentos sociais. Narrar a história dessas mulheres implica reconhecer que essas trajetórias carregam fragmentos de mim e de muitas outras, expressos por meio de suas próprias vozes. Por outro lado, o conhecimento de pessoas subalternizadas e

que parte de suas experiências de vida, que não é individual, é coletivo, tem sido invalidado, considerado subjetivo demais, pessoal demais. Olhando para esse cenário que se repete, Kilomba (2019) “qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência crível”. (p. 53)

Ainda que o arcabouço teórico-metodológico deste estudo esteja ancorado nos saberes produzidos por mulheres negras, reconhece-se a importância de incorporar outros olhares que dialogam com essa perspectiva. Nesse sentido, busca-se articular contribuições da sociologia, especialmente aquelas voltadas à compreensão dos conceitos e das dinâmicas dos movimentos sociais, com autores e autoras que refletem sobre a construção histórica do movimento negro no Brasil.

A socióloga Maria da Glória Gohn (2013), em sua obra *Sociologia dos Movimentos Sociais*, oferece aportes metodológicos relevantes para a análise dos movimentos sociais. Assim, este estudo se apoia nesse conjunto de saberes para compreender as dinâmicas dos movimentos de mulheres negras, com foco específico no contexto sergipano, no período de 1980 a 2000.

A pesquisa propõe a delimitação das principais características do cenário social, político, econômico e cultural do período em análise, bem como o levantamento de materiais e registros produzidos tanto pela imprensa quanto pelos próprios movimentos sociais, a fim de subsidiar a interpretação das ações e dinâmicas desses movimentos.

Para qualificar as análises, adota-se uma abordagem interdisciplinar, partindo do entendimento de que o objeto de pesquisa demanda um olhar capaz de articular diferentes campos do saber e ampliar as possibilidades interpretativas. Nesse sentido, confluem as contribuições das ciências sociais, da história e da comunicação social, em diálogo com perspectivas decoloniais que deslocam o olhar da ciência hegemônica e colonizada, colocando no centro abordagens teóricas e metodológicas comprometidas com o conhecimento localizado e produzido a partir das margens, conforme argumenta o sociólogo Ramón Grosfoguel (2016).

Ao analisar as dinâmicas de atuação das mulheres negras militantes, retoma-se também as reflexões de Kia Lilly Caldwell (2000), que evidenciam a urgência de produções de gênero racializadas, tendo em vista que as demandas vivenciadas pelas

mulheres negras são historicamente negligenciadas por setores do movimento feminista, ainda marcados por práticas essencializadoras. Para a autora, as diferenças existentes no interior do movimento de mulheres revelam as relações de poder inscritas na hierarquia racial.

Sobre essas diferenças, a historiadora e militante Lélia Gonzalez, enfatiza como o racismo enquanto articulação ideológica, determina a distribuição racial da mão de obra, produção e distribuição. Dessa forma, a classe é atravessada pela condição racial no Brasil.

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (González, 2020, p.56)

Ao perceber como atuam os movimentos sociais, especificamente, o movimento de mulheres negras, convém considerar a participação social na luta pelos direitos sob duas perspectivas, como aponta Gohn (2019), para a resolução dos problemas materiais (lutas econômicas) e/ou simbólicas/culturais (lutas contra a discriminação), bem como essas organizações têm contribuído “no desenrolar dos acontecimentos participativos, sociopolíticos e culturais, no Brasil, nas últimas décadas” (Gohn, 2019, p. 64).

Na pesquisa em questão, tomo o conceito de participação como foi colocado por Gohn (2019), que é retomado a partir da década de 70. Segundo Gohn (2019), “a partir do final da década de 1980 a participação ganhou ao longo das décadas, o estatuto de uma medida de cidadania e está associada a uma outra categoria que é a da exclusão social” (Gohn, 2019, p. 31)

Para fins de construção desta tese, dialoguei com militantes que atuaram nos movimentos negros e de mulheres negras, chamados de novos movimentos, outras atuaram nos movimentos populares, mas os dois tinham em comum a “luta por direitos e construção da cidadania no país” (Gohn, 2022, p. 138)

É fundamental diferenciar movimento social de movimento político, segundo a socióloga, o movimento político pode se formar quando uma pauta que está em voga mobiliza pessoas em defesa dela, a exemplo, das diretas já.

Dessa forma, os novos movimentos sociais se localizavam entre as décadas de 1960, 1970, 1980. Não adotavam as estruturas organizacionais de sindicatos e partidos, recusavam o centralismo e as hierarquias.

Os novos movimentos sociais, tanto na prática como na teoria que passou a ser criada ao seu redor, reivindicavam o poder das bases contra o centralismo organizacional; chamavam atenção para aspectos da subjetividade, clamavam pela identidade sociocultural e política dos atores em cena e suas demandas. (Gohn, 2022, p. 136)

As atividades promovidas pelos movimentos negros em Sergipe no período estudado, estavam voltadas para a formação da identidade negra, tem a educação com uma das principais temáticas, ressaltando aspectos da cultura africana, das religiões de matriz africana, da prática da capoeira e outros, tais estratégias vislumbravam o fortalecimento de um coletivo de pessoas negras dispostas a atuarem na sociedade com pautas e demandas em comum.

Entendendo o movimento negro, e o movimento de mulheres negras como parte dessa dinâmica dos novos movimentos, como conceitua Gohn (2019), é possível relacionar com a leitura de Nilma Lino Gomes (2017), que traz o papel fundamental desses movimentos ao politizar a raça através do debate público sobre o racismo, sendo essa atuação determinante para a disputa por políticas públicas.

Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (Gomes, 2017, p. 21)

Assim, para Gomes (2017), o Movimento Negro “as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade” (Gomes, 2017, p. 23)

Sendo assim, no vasto espectro que pode ser entendido como movimento negro, é possível considerar não apenas as organizações que ocupam de forma definida esse lugar político, mas também os agentes e organizações que se movem através do viés cultural ou posicionados em outras organizações sociais, mas que reivindicam os processos de mudança na sociedade através da raça.



Ainda assim, o movimento negro e de mulheres negras, atuaram também em pautas abrangentes, que não só abarcavam a questão racial, por exemplo, no processo de enfrentamento a ditadura militar, quando muitos movimentos operaram na clandestinidade. Ativistas como Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento sofreram perseguições, tendo o segundo, optado pelo autoexílio.

Gomes (2017) ressalta como o corpo negro em sua existência, promove tensionamentos e denúncias das desigualdades na sociedade ao desvelar o mito da democracia racial, ele faz o movimento das lutas específicas para as lutas mais ampliadas.

O corpo negro nos conta uma história de resistência constituída de denúncia, proposição, intervenção e revalorização. É bom sempre lembrar que os avanços sociais e a desnaturalização da desigualdade racial e do racismo no Brasil, entendidos como parte das lutas sociais e da história de resistência, caminham junto com a luta contra a ditadura, pela redemocratização da sociedade, contra o neoliberalismo e a globalização neoliberal. Nesse sentido, não se trata de uma luta isolada, apesar da sua especificidade (Gomes, 2017, p. 95)

A pesquisa em questão, está localizada no debate trazido por Gomes (2017), uma vez que ao nos debruçarmos nas trajetórias das militantes negras sergipanas, no período citado, compreendemos até o momento, que inseridas em organizações negras, mistas ou de mulheres, e nas demais organizações populares, essas agentes buscaram traçar caminhos de reivindicação para a população negra.

Também está no bojo dos conceitos suscitados na pesquisa o “Conhecimento Situado”, proposto pela historiadora e intelectual Donna Haraway, que desenvolve uma crítica sobre os conceitos de objetividade e neutralidade para a ciência, assim “a ciência – o jogo real, aquele que devemos jogar – é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo” (Haraway, 1995, p. 10).

O saber situado vai tratar da epistemologia produzida pelos segmentos subjugados, é o conhecimento que parte dos atravessamentos e silenciamentos dos corpos das mulheres. A autora enfatiza que “é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional.” (Haraway, 1995, p.24).

A teoria do conhecimento, ou saber situado, coaduna com a teoria da autodefinição proposta por Collins (2018), que trata do conhecimento sobre as

mulheres negras produzido pelas mulheres negras. A partir dessa lógica, a proposta da intelectual é romper com padrões estigmatizantes e construir novas “imagens de controle”, positivas.

No capítulo seguinte, a pesquisa apresenta as trajetórias de 15 mulheres militantes, analisando seus percursos a partir da articulação entre experiências pessoais e políticas, compreendidas como dimensões indissociáveis e determinantes para suas formas de atuação.

Os procedimentos metodológicos para o levantamento documental adotaram o recorte cronológico da década de 1980 a 2000 foram realizados em diferentes instituições: primeiro na Biblioteca Epifânio Dória, no setor de imprensa, porém não foi encontrado jornais que retratassem as atuações dessas mulheres negras. No segundo momento foi feito uma catalogação no repositório de imprensa da Universidade Federal de Sergipe, encontrando os jornais que retratam a atuação das militantes e organização. No terceiro momento, foi realizado um levantamento no Arquivo Nacional, na hemeroteca digital encontrando onde foram evidenciados os informativos dos encontros nacionais de mulheres negras.

Outro procedimento metodológico foi a realização de 15 entrevistas estruturadas, semiabertas a partir da fala delas sobre suas próprias vivências. Por último foi realizada a análise dos dados utilizando a perspectiva da Escrivência enquanto método de análise, onde através das suas trajetórias das mulheres negras registrei suas atuações, linguagens e modos de experienciar a vida, conseguimos entender as relações de poder, desigualdades e disputas que atravessaram a vida dessas mulheres no período da militância.

Para balizar a pesquisa, escolhi desenvolver entrevistas com militantes que atuaram no período apontado na pesquisa (80 a 2000), a partir da indicação de outros militantes, homens e mulheres, do movimento negro e movimentos sociais, ao total de 15 trajetórias.

As entrevistas foram abertas, desenvolvidas de forma remota e presencial. As entrevistas online foram 12 e 3 foram presenciais. A partir das entrevistas, desenvolvi as análises através da perspectiva da interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, que traz à tona a importância de entender os fenômenos sociais

observando como os diferentes marcadores sociais vão operar para determinar as diferentes experiências.

Especificamente, na pesquisa que desenvolvi, o foco é compreender como gênero, raça e classe vão atravessar as diversas experiências de militância das mulheres entrevistadas. A partir da escuta da história dessas mulheres negras, que recontam suas trajetórias, é também um exercício de autodefinição de si e do fortalecimento da comunidade negra militante de Sergipe, ao contar as histórias vividas elas não se limitam ao campo da memória, passam a ficar registradas para a posteridade a partir do olhar das mulheres que viveram essa época, e da minha própria análise sobre essas trajetórias.

Amparada também na discussão sobre pensamento crítico, categoria trazida por bell hooks (2020), que nos lembra a importância de se contar histórias, como caminho que fortalece “o processo de construção de comunidade. As histórias ouvidas ganham outras dimensões, e atravessam, se aproximam e se afastam da minha própria trajetória.

A escolha de metodologias desenvolvidas por intelectuais negras parte do entendimento de que nossas pesquisas podem romper com o olhar hegemônico da academia, que a validação de nossas pesquisas só ocorre se estiverem estruturadas a partir de autores e autoras brancas, ortodoxas. Novos olhares, e perspectivas mais próximas das realidades analisadas.

Convoco Audre Lorde quando ela diz que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (2019), para pensar que os caminhos metodológicos refletem as escolhas políticas na pesquisa.

É nessa esteira que a escolha da Escrivência como metodologia de pesquisa, que reforça a definição de si e de seu entorno através do relato de vida das mulheres entrevistadas, dessa forma, rompendo com o apagamento dessas histórias que mesmo individuais, também são coletivas. Dessa forma, ao coloca-las no centro dessa escrivência, tira o véu da invisibilidade de vozes excluídas historicamente.

## **1.2 Gênese dos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil - ONGs de mulheres negras, caminhos de fortalecimento**

De início, entendo a importância de pontuar que a presente seção não tem como objetivo esgotar as nuances e faces do surgimento do movimento de mulheres negras no Brasil. Pretendo trazer alguns pontos de partida para refletir suas primeiras sinalizações como movimento organizado, no entanto, sem perder de vista que seu surgimento antecede sua formação de forma institucional, e sempre esteve presente em corpos negros insurgentes ao longo da história.

A literatura e pesquisas históricas, como Silva (2019), Arraes (2017), Nascimento (2021) se debruçaram em trazer para o conhecimento público a trajetória de Tereza de Benguela, mulher negra, africana, de Angola, que foi escravizada no Brasil e fugiu para organizar um quilombo com seu companheiro, o Quilombo de Quariterê, e posteriormente assumindo a administração do território, após a morte dele. O Quilombo resistiu as forças colonizadoras europeias por duas décadas, além disso, ganhava grande destaque na área comercial, exportando produtos e mostrando ao mundo que um outro projeto de sociedade era possível, conforme aponta o artigo de Barros (1989).

Parto da história de Benguela, de luta e resistência que antecede a ideia formada de movimento social e ativismo, antecede os conceitos criados na academia, mas que é a demonstração prática de uma ação ativista, uma mulher negra na luta pelo abolicionismo, pela libertação do sistema escravagista e colonizador. Com isso quero dizer que nem toda ação de resistência e transformação social foi registrada em livros oficiais.

A trajetória das mulheres negras na Frente Negra Brasileira (FNB) e no Teatro Experimental do Negro (TEM), também foram atuações de grande expressividade. A FNB surgida em 1931, na cidade de São Paulo, foi uma das maiores organizações de pessoas negras, e com grande destaque para o jornal A voz da raça (1933-1937).

As mulheres negras no FNB, fundaram dois importantes grupos, A Cruzada, que visava mais trabalhos assistencialistas, e o Rosas Negras, esse último voltado à realização de festas e eventos. Segundo um dos fundadores, Francisco Lucrécio, as mulheres negras “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na

Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”. (Geledés<sup>6</sup>)

Segundo o pesquisador e historiador Domingues (2006), as fretenegrinas (termo designado às mulheres da organização) ocuparam um papel fundamental no veículo informativo da FNB, ocupando cargos de direção.

A organização com o tempo se transformou em partido, no entanto, tomou rumos próximos aos governos fascistas da época, enfatizando expressões adotadas pelas forças integralistas. Essa foi uma das organizações no pós-abolição de maior expressividade no país, porém, outras organizações nesse mesmo período reivindicando o acesso da população negra aos direitos garantidos na sociedade também existiram.

O Teatro Experimental do Negro (TEM), que teve no seu quadro de lideranças o ativista Abdias do Nascimento, Ruth de Souza e outros, engajados na construção de representações positivas para a população negra, principalmente através da cultura e da arte, como o teatro negro, produziu veículos de comunicação, a exemplo do jornal O Quilombo, meio comprometido com as informações para a população negra e formação política, inspirados na negritude francófona.

Em 1950, o TEM participa do I Congresso de Negros Brasileiros, onde uma de suas lideranças defendeu uma tese de negritude brasileira e afirmou a importância de reeducar o branco para lidar com as diferenças raciais.

Vale ressaltar que a atuação de mulheres no Teatro Experimental do Negro, a exemplo de Maria de Lourdes Vale Nascimento, foi fundamental. A ativista esteve responsável pela coluna ‘Fala Mulher!’, do jornal O Quilombo. O espaço propiciava que as mulheres negras pudessem pautar suas questões pouco ouvidas pelos movimentos negros e de mulheres, com destaque para a luta em prol dos direitos das trabalhadoras domésticas, que eram em sua maioria de mulheres negras. De acordo com o autor, “a coluna Fala Mulher cerrou fileira na campanha pela regulamentação do trabalho doméstico. Como a maior parte das ‘empregadas domésticas e lavadeiras profissionais’ era negra, a campanha era concebida no quadro da luta anti-racista” (Domingues, 2011, p.29)

---

<sup>6</sup> Disponível em < <https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/> > Acesso em: 10 de setembro 2023.

Foi do interior do TEM que nasceu o Conselho Nacional de Mulheres Negras, que tinha como premissa contribuir para a profissionalização e educação de mulheres negras, oferecendo subsídios para esse segmento populacional reivindicar uma cidadania plena no país.

No final da década de 70 que surgiram diversos movimentos negros mistos, com destaque para o atual Movimento Negro Unificado (MNU), que à época era denominado Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), formado a partir da brutal violência e assassinato de jovens e trabalhadores negros em meio ao período de repressão militar.

A contribuição do movimento de mulheres negras em um dos maiores avanços na sociedade brasileira foi decisiva, a constituição de 1988. Podemos destacar a atuação de duas importantes lideranças nesse processo, Benedita da Silva e Lélia Gonzalez, sendo a última convidada por Benedita para compor o Grupo de Trabalho que formulou propostas no contexto da Assembleia Constituinte. Além disso, a maioria das propostas encaminhadas pelas ativistas foram oriundas dos movimentos de mulheres negras.

Com incidência na política nacional e internacional, as mulheres negras organizadas tiveram sua atuação marcada pela instalação do Conselho da Mulher, na época chamado de Conselho da Condição Feminina, bem como a criação das delegacias das mulheres, abrigos para mulheres vítimas de violência e outras políticas públicas oriundas das demandas apresentadas também pelas mulheres negras. (Carneiro, 2003)

Os movimentos de mulheres avançaram ao longo dos anos em pautas como aumento de creches, melhoria na educação, na luta pelos direitos reprodutivos, salários iguais entre homens e mulheres e outras. No entanto, o caráter universalizante dessas organizações foi decisivo para que as mulheres negras inseridas nesses movimentos buscassem suas iguais para formar seus espaços organizativos de luta.

A ausência da reflexão sobre a raça enquanto condição de aprofundamento das desigualdades sociais imputadas ao gênero, e o olhar que essencializa as mulheres, sem considerar as diferenças existentes, foram fatores determinantes no surgimento dos movimentos de mulheres negras.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero, conduziu as mulheres negras a enfrentar no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente, entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial, que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se institísse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (Carneiro, 2003, p. 121)

Um dos desafios apontados por Sueli Carneiro (2003) na passagem acima, é a pauta histórica da luta das mulheres pela inserção no mercado de trabalho, apesar de ser uma bandeira feminista, essa inserção não refletia necessariamente melhores condições para as mulheres negras, uma vez que essas mulheres sempre ocuparam os lugares mais precarizados no mercado de trabalho, ou não eram escolhidas ao concorrer vagas com mulheres brancas.

As organizações de mulheres negras mostraram a força na articulação em nível internacional no papel desempenhado na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrido em 2001, em Durban, na África do Sul. Bairros (2002) em seu artigo sobre as mulheres negras na construção e condução da Conferência, destacou o papel de três mulheres negras em posições diferentes e estratégicas. A alta comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas – Mary Robinson, a ministra das Relações Exteriores da África do Sul – Dlamini Zuma, e a ativista brasileira, da organização de mulheres negras ‘Fala Preta!’ – Edna Roland, que ficou como Relatora-Geral.

Até a realização da Conferência, ocorreram diversos eventos preparatórios, e um deles contou com uma contribuição fundamental da intelectual negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, onde formulou um documento norteador para os especialistas em 2000. Sem dúvida, a produção de Crenshaw (2000) foi um divisor de águas nas análises sobre desigualdades, elencando como as diversas formas de opressão entrecruzadas vão produzir diferentes resultados na escala hierárquica nas sociedades.

No processo de Conferência, estiveram presentes organizações como a AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), Criola (Rio de Janeiro), Geledés/Instituto da Mulher Negra (São Paulo), Maria Mulher (Rio Grande do Sul) e durante as atividades prévias se formou a AMNB (Articulação de ongs de Mulheres Negras Brasileiras).

A elaboração da AMNB para a Conferência, resultou na publicação “Nós, Mulheres Negras”, um diagnóstico das condições de vida das mulheres negras no Brasil.

Esse diagnóstico exaustivo sobre as condições de vida das mulheres negras no Brasil contém um rol de reivindicações que se constituem em um programa de ação política para as mulheres negras para mais de uma década (Carneiro, 2002, p. 210)

Até a chegada desse momento histórico de incidência de ativistas negras brasileiras em instâncias internacionais de políticas de direitos humanos, muitas barreiras precisaram ser rompidas. Foi na Associação Brasileira de Imprensa, em 1975 durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, que militantes negras apresentaram um manifesto pautando suas demandas e denunciando uma política feminista brasileira ainda pautada nas ideologias eurocêtricas. “O *Manifesto das Mulheres Negras* foi o primeiro de uma série de posicionamentos formais de feministas negras contra o que denominavam de feminismo branco hegemônico” (Rodrigues e Freitas, 2021, p. 5)

Uma leva de organizações foram surgindo entre as décadas de 1970 e 1980, como a Aqualtune no Rio de Janeiro (1979), Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras no Rio de Janeiro (1983), Mãe Andressa no Maranhão (1986), Mulheres Negras do Espírito Santo em Vitória (1987), Maria Mulher em Porto Alegre (1987) e Geledés em São Paulo (1988).

Ao nos voltarmos para a rede de articulação política internacional, a participação no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1985, que ocorreu em Bertioja (São Paulo), trazendo o tema feminismo e racismo, foi um ponto alto no processo de organização e incidência das mulheres negras, inclusive para apontar as contradições existentes no espaço político, como a não condição de participação de mulheres negras de favela por não dispor de recursos financeiros para a inscrição.

Por fim, encerro essa seção evidenciando o processo organizativo que precedeu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988), que aconteceu em Valença no Rio de Janeiro. Para a realização desse momento histórico que foi um divisor de águas, as etapas preparatórias movimentaram os diversos estados e regiões do país, descentralizando os debates e alcançando um grande contingente de



militantes. Entre os temas trabalhados estão a educação, mercado de trabalho, ideologia de branqueamento, direitos reprodutivos, saúde, história de mulheres negras na África e no Brasil e outros. (Silva, 2014)

Um exemplo das atividades estaduais foi o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Salvador, em 1988, que teve a participação de Sergipe, Maranhã, Distrito Federal, São Paulo e Bahia.

O I ENMN contou com o apoio financeiro de instituições internacionais como da Fundação Ford, War on Want, Church Woman United, Unicef e nacionais como LBA e NZINGA- Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro.

As Organizações de Mulheres Negras no Brasil surgiram juntamente com os movimentos de mulheres negras, em meados dos anos 80, cumprindo o papel de aglutinar e fortalecer essa ampla frente de luta, atuando em rede que foi para além das fronteiras brasileiras, se somando às organizações da américa-latina e outros países.

“As organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras” (Santos, 2009, p.280)

Entre as ações de maior incidência das Ongs de mulheres negras frente ao fomento das políticas públicas, podemos destacar a área da saúde, a exemplo dos enfrentamentos às formas violentas de “controle e abusos sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras, que tinham um impacto devastador sobretudo sobre as mulheres negras e de camadas populares” (Santos, 2009, p.282).

Dessa forma, é possível afirmar que a atuação das Ongs de mulheres negras no Brasil foi fundamental para o avanço das políticas públicas voltadas para as questões de raça, gênero, classe outras. Trazendo para o SUS e SUAS uma perspectiva de equidade, através das diferenças, e reforçando a importância de tornar possível o acesso a essas políticas.

É fundamental pontuar o potencial de estabelecer relações e avançar em conexões com Ongs e movimentos de mulheres negras em diáspora. Um exemplo foram construções de espaços políticos como a Conferência de Durban, em 2001, na África do Sul. Para Santos (2009), tais mobilizações têm contribuído para o

fortalecimento e ampliação da luta organizada de mulheres negras, propiciando avanços no campo social e acadêmico.

“As mobilizações das afro-descendentes, em encontros internacionais como em Durban em 2001 e os encontros feministas latino-americanos e do Caribe que se iniciaram em 1980 (Iraci, 2005a e 2005b e Werneck, 2005), têm trazido para o centro do ativismo negro o diálogo entre duas dimensões importantes do antirracismo: por um lado, a ação antirracista produzida a partir da academia, a exemplo dos estudos realizados pela afro-americana Kimbérle Crenshaw e a afro-dominicana Ochy Curiel e, por outro, a ação antirracista produzida no interior do movimento social das mulheres negras, como o surgimento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e da Red Afrolatina y Caribena de Mujeres, dentre outras.” (Santos, 2009, p. 283)

## **Capítulo 2. Nossos passos vêm de longe: Caminhos dos Movimentos de Mulheres Negras em Aracaju**

Diante desse cenário de intensas lutas de mulheres negras brasileiras na disputa por cidadania plena, se faz necessário compreender as trajetórias do movimento de mulheres negras (1980-2000) em Sergipe. Assim, a pesquisa buscará analisar como atuavam as militantes organizadas nos movimentos sociais.

A escolha desse recorte temporal justifica-se por representar um momento crucial de reorganização dos movimentos sociais após a ditadura militar. Os anos 1980 assistiram ao ressurgimento de mobilizações significativas, inseridas em um contexto mais amplo de rearticulação do movimento negro brasileiro - processo iniciado ainda no final dos anos 1970, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e o surgimento de outras organizações negras.

O período entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 2000 foi marcante para o movimento negro, com ações de grande impacto na luta por direitos. Destacam-se eventos como as mobilizações pelo Centenário da Abolição (1988), os primeiros encontros nacionais do movimento negro e de mulheres negras, e a participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001). A relevância histórica desse período é igualmente ressaltada por Flávia Rios (2012) em "O Protesto Negro Contemporâneo (1978-2010)".

É importante destacar que a invisibilidade da questão racial no que tange as produções feministas não se deu apenas no cenário acadêmico, mas na construção de uma imprensa feminista no Brasil, como foi percebido por Cardoso (2004), ao analisar o conjunto de jornais feministas brasileiros a partir de sua concepção até o final da década de 90, não houve menção a aspectos de raça, etnia e classe.

As narrativas sobre a atuação de mulheres negras em Aracaju, organizadas enquanto movimento de mulheres negras, particularmente no período a ser estudado, possuem lacunas e, entendendo que assim como o campo de estudos de gênero e raça no Brasil é consideravelmente recente, as narrativas sobre as trajetórias desses movimentos nos estados brasileiros também são.

Cabe ressaltar que Sergipe esteve entre os primeiros estados a organizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, fomentado a partir do IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns/PE, conforme aponta a socióloga Joselina da Silva (2014).

Segundo o boletim produzido à época, estiveram presentes, na reunião, representantes dos seguintes estados: Sergipe, Maranhão, Distrito Federal, São Paulo e Bahia. Um segundo momento foi organizado em São Paulo, agora com a participação de um número maior de ativistas (Silva, 2014, p.26)

De acordo com Domingues e Oliveira (2021) no artigo “*Movimento de Mulheres Negras em Sergipe: notas de pesquisa*” (publicado em Silva, Martins e Cruz [orgs.], 2021), muitas dessas mulheres começaram suas trajetórias inseridas em movimentos negros mistos ou em outras frentes de luta social, não apenas na pauta racial. Sua atuação foi fundamental para impulsionar diversas demandas sociais, como demonstra a participação delas na implementação do Orçamento Participativo em 2001, conforme destacam as autoras.

Para compreender como se dá a dinâmica dos movimentos de mulheres negras, portanto, movimentos sociais, recorreremos a Angela Alonso (2009), que traz uma revisão das diversas teorias desenvolvidas para entender os caminhos das ações coletivas, e como as vertentes dialogam entre si, como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP). A primeira destaca como os recursos materiais e não materiais são centrais para o processo de mobilização e ação coletiva, já a segunda teoria estaria no campo da influência que as organizações poderiam ter a partir do contato com determinados atores e atrizes sociais. Segundo Alonso (2009), ela “prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos

políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (ALONSO, 2009, p.56).

Compreender como se dá a trajetória dos movimentos de mulheres negras em Sergipe (1970-1990), período de retomada das atividades dos movimentos sociais no contexto da redemocratização, é propiciar visibilidade a esse segmento subjugado socialmente, porém, fundamental na luta por direitos e justiça social.

É nesse cenário de redemocratização, por volta dos anos 70, que os movimentos negros retomam suas lutas no país, inspirados em movimentos negros de outros países, a valorização da identidade racial passa a ser uma das bandeiras. O reconhecimento é um dos objetivos das organizações, dessa forma, deslocar as imagens estigmatizadas, no entanto, Neves (2005), reforça que a reivindicação de reconhecimento deve estar alinhada à busca pela distribuição econômica para a população negra.

Dessa forma, considerar a questão do reconhecimento em termos de cidadania simbólica sugere que o reconhecimento é indissociável das outras esferas da cidadania e que, portanto, as lutas por reconhecimento devem se dar *pari passu* com as lutas por ampliação da cidadania em uma sociedade. (Neves, 2005, p.11)

O debate sobre as representações tem ganhado visibilidade, novas identidades ocupam o cenário de disputas por reconhecimento e direitos, fazendo ruir velhas estruturas e ideias essencialistas de identidade. Conforme reflete hooks (2019), política e representação são categorias inseparáveis na forma como a cultura e as relações sociais se manifestam, dessa forma, as organizações sociais evocam novos olhares para as demandas e modos de vida de determinadas identidades, e aqui destacamos o segmento de mulheres negras, que descortinam como as experiências do que é ser mulher precisa ser compreendida para além do olhar que universaliza essa vivência.

Para compreender as encruzilhadas e trajetórias de mulheres negras militantes em Aracaju, entrevistei ativistas que vivenciaram o período entre os anos 80 à 2000. Recorremos às entrevistas abertas para compreender como as ativistas negras iniciaram sua trajetória militante no período selecionado.

A escolha das mulheres negras entrevistadas, militantes de movimentos negros mistos, de mulheres, de religiosidade de matriz africana e da saúde popular, se justifica por sua representatividade histórica e pela necessidade de compreender a

complexidade da militância negra feminina em Sergipe a partir de múltiplas perspectivas.

Essas personagens foram selecionadas a partir de indicações das próprias organizações e de materiais de arquivo, como jornais e documentos dos movimentos, o que atesta seu reconhecimento como lideranças e garante a confiabilidade das fontes. Suas trajetórias permitem analisar como as dimensões de raça, gênero, saúde e espiritualidade se entrelaçam na prática política, revelando estratégias de resistência que vão além do ativismo convencional. Ao incluir mulheres que atuam em diferentes espaços – desde movimentos amplos até nichos específicos como a saúde popular e os terreiros –, o estudo evita simplificações e capta a riqueza das experiências militantes negras no estado. Essa abordagem também contribui para o resgate histórico de vozes frequentemente marginalizadas, destacando o papel fundamental das mulheres negras na construção dos movimentos sociais em Sergipe. A diversidade de perfis selecionados reflete ainda a pluralidade de formas de organização e luta dentro da comunidade negra, mostrando como questões aparentemente distintas, como o cuidado em saúde e a preservação cultural religiosa, são na prática facetas de um mesmo combate contra o racismo e o patriarcado. Ao priorizar lideranças reconhecidas por seus pares e documentadas em materiais da época, a pesquisa se ancora em bases sólidas, combinando rigor metodológico com o compromisso de visibilizar narrativas que desafiam os cânones tradicionais da historiografia.

Para tratar das questões de raça tomo o conceito de Munanga (2020) que entende raça como uma construção etno-semântica, uma construção cultural e não biológica, e que permeará ao longo da discussão da pesquisa.

### **2.1 Da Educação ao movimento popular de saúde: Givalda Bento**

Givalda Maria dos Santos Bento, 56 anos, é uma mulher negra, quilombola e militante dos movimentos sociais. Nasceu e cresceu na comunidade quilombola de Mussuca, de Laranjeiras em Sergipe. É professora aposentada da rede pública de ensino e atuou como agente de saúde. Militante histórica, integra o Movimento Negro Unificado (MNU) e foi a primeira coordenadora do Movimento Popular de Saúde (MOPS) em 1989. Sua trajetória é marcada pela luta por educação popular, saúde coletiva e direitos quilombolas.

Considerando que a militância de mulheres negras perpassa diversos eixos, como saúde, moradia, fortalecimento das identidades, acesso à educação e outros, iniciaremos com a entrevista de Givalda Maria dos Santos Bento, mulher negra, quilombola, militante do Movimento Popular de Saúde (MOPS) e do Movimento Negro Unificado (MNU).

### **Trajetória de vida na infância**

A respeito de sua trajetória de vida perpassaram questões como insegurança alimentar, conflito de terra, reconhecimento de comunidade quilombola e migração. Filha de pescadora e de trabalhador braçal, desde muito cedo Givalda conheceu o que é ser mulher negra e as desigualdades sociais existentes.

Sou Givalda Maria dos Santos Bento, o Bento é do meu marido, tenho 56 anos. Eu nasci e me criei na comunidade quilombola de Mussuca, professora da rede pública de ensino com vínculo, já sou aposentada. E assim, conheci minha trajetória quando eu me autoconheci, não foi fácil, desde muito nova, aos 2 anos, foi no dia que minha mãe saiu para pescar e eu fiquei sozinha, eu gostava muito de dormir, e minha mãe tinha uma filha mais velha e um mais novo do que eu, então ela tinha que ir pescar, a gente morava na rua da entrada da Mussuca, numa casa simples de barro, coberta de telha, tinham dois quartos e uma varandinha e embaixo tinha um terreiro. Ela me deixou em casa, levou meu irmão mais velho que andava e um menor mais novo que eu (Givalda Bento, 2022)

A entrevistada apontou como a inserção em discussões como a saúde e práticas integrativas contribuiu para olhar para sua própria trajetória, para se perceber e reconhecer seus medos.

Fazendo um exercício de práticas integrativas e complementares em saúde descobri que foi a primeira vez que eu tive medo, na verdade no local que a gente morava não tinha energia elétrica né então eu não tive muito medo, minha infância foi muito linda, a gente cuidava muito um do outro, nosso cotidiano foi lindo (Givalda Bento, 2022)

A responsabilização pelos cuidados com a casa e com a família iniciavam muito precocemente, ainda na infância. O contexto de famílias com muitos filhos e a insegurança alimentar frequente como reflexo da falta de mercado de trabalho para famílias negras, pobres e do campo.

Fomos crescendo com muita responsabilidade, eu com menos de 8 anos, minha mãe dizia “Vamos pra maré, tome conta tome conta do seu bisavô!”. E aí eu não sabia direito o que era tomar conta né, então meu bisavô era franzino, lembro dele como se fosse hoje, negro de pele clara, era de estatura baixa, e chamavam ele de Malaquias, a gente chamava ele de vô Malaquias. E aí eu comecei a sentir o que era a responsabilidade, porque como meu avô já tinha mais de 100 anos, e ele andava tudo, todo lugar que ele ia eu ia junto. Um momento que marcou foi uma vez que minha mãe foi pescar e não deixou nada

de mistura, o tipo de alimento que a gente tinha era de muito marisco, peixe mas a gente tinha muita dificuldade em comprar farinha, feijão e arroz. As frutas eram mussurungas, outras frutas a gente só conhecia pelo nome, e um certo dia minha mãe chegou tarde, passou da hora do almoço e meu avô tava com muita fome, tudo passa pela minha memória, havia o fogão, a lenha e estava com uma panela cozinhando feijão, e meu avô estava com tanta fome que ele pegou um peixe e botou dentro do feijão, aí eu vi o que é a fome, eu vi que você ter fome faz com que você coma o que aparecer na sua frente. (Givalda Bento, 2022)

A insegurança alimentar, abordada por Givalda Bento como uma realidade ao longo da sua infância, é um dos maiores problemas no Brasil e no mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, é a falta de acesso regular e permanente de alimentos em qualidade e quantidade necessária para a sobrevivência. No Brasil, o problema da insegurança alimentar, da fome e da ausência de condições de uma vida digna, podem perpassar gerações em uma mesma família. A infância de Givalda traduz a realidade da maioria das famílias negras e pobres, e como essas mulheres como a mãe de Givalda buscavam diversas formas de sobrevivência da família.

Havia a ausência de alimentos e de recurso para melhores condições de vida da família, a mãe de Givalda vivia da pesca, seu pai era trabalhador braçal, viviam na insegurança se haveria peixes, se a maré estaria boa ou não. Quando não estava na pesca, estava na pedreira quebrando pedras.

A fome no Brasil, país forjado na exploração de corpos negros no processo de escravidão, tem cor e gênero. O desemprego, os preços dos alimentos, a falta de condições materiais para viver no campo, são resultados de uma sociedade onde o racismo e o capitalismo vão determinar o acesso ao mercado de trabalho e as oportunidades de melhoria de vida. Para Munanga (2020), “ao separar raça e classe numa sociedade capitalista, comete-se um erro metodológico que dificulta sua análise e os condena ao beco sem saída de uma explicação puramente economicista” (Munanga, 2020, p. 18)

Na comunidade do Cedro, nas fazendas, os donos de terra contratavam os trabalhadores para fazer isso, e era assim, ela ia buscar esse dinheiro para comprar no final, carne, feijão, às vezes a farinha. Muitas vezes a gente esperava ela chegar, e a comida nossa era a farinha d'água, a gente botava água no fogo, um pouquinho de sal e a farinha, era esse o nosso almoço (se emocionou ao falar), e a gente não sabe o porquê mas sempre tinha um caranguejo ou um aratu, e mesmo assim a gente era muito feliz, a gente comia aquilo. (Givalda Bento, 2022)

É nessa passagem que a fala de Givalda demarca o conflito e a hierarquia construída na comunidade. A divisão de raça, classe, gênero e territorialidade. Daqueles tidos como os donos das terras e aqueles que serão subalternizados e terão que trabalhar para os fazendeiros. O relato também reflete outras trajetórias de mulheres negras, a exemplo do emblemático livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus (2014), onde a escritora que era catadora de papel relatava diariamente em seu caderno o seu cotidiano na favela, a insegurança alimentar vivida por ela e por seus filhos, todas as mazelas que ela presenciava com as pessoas também pobres do seu entorno, e como ela entendia que aquela situação de injustiça social era resultado do racismo e machismo arraigados na sociedade.

No diálogo com Givalda, observa-se a emergência de relações racistas estabelecidas entre os fazendeiros e as pessoas da comunidade quilombola. É nítido que no cotidiano se materializava uma separação entre aqueles que são os donos das terras, e as pessoas negras que não possuem poder aquisitivo. O racismo se revela nessa relação, sendo “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos” (Munanga, 2020, p. 8)

Então, mesmo o que não é dito verbalmente, as relações de poder e hierarquia expressam essa divisão, que vai revelar a existência de um pacto silencioso que corrobora para a manutenção dos privilégios de um determinado segmento, que nesse caso são os fazendeiros. Cida Bento (2022) vai chamar de pacto da branquitude, que reflete como acordos entre pessoas brancas são estabelecidos sem necessidade de verbalização, mas estabelecem regras e comportamentos que beneficiam seu próprio grupo racial, mantendo pessoas negras e não brancas e lugares de subalternidade.

“A gente veio em 1980 para Aracaju, como se fosse em uma Caçamba...”

### **Trajetória Política da ativista**

Givalda Bento relata que seu primeiro contato com o movimento negro foi quando viu pela primeira vez a palestra de Severo D’Acelino, no Sesc da rua Bahia, no período do início dos anos 80. Foi nessa região que ela juntamente com seus irmãos iniciou no grupo de Quadrilha local. Iniciou sua militância na educação,



integrou o CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular), que era um movimento popular de educação, e em 1987 Givalda já atuava de forma orgânica no movimento.

O CESEP era tipo uma instituição que prestava assessoria aos movimentos sociais. Eu também iniciei no movimento de saúde, antes do MOPS. A gente dialogava nas comunidades, falava sobre educação popular, sobre a importância do controle social, a gente dialogava com os conselhos de saúde. Foi nesse período, por volta de 1986, que encontrei Simone Leite, que já trabalhava na Secretaria Estadual de Saúde, levava a gente nas comunidades para fazer a discussão dos conselhos de saúde (Givalda Bento, 2022)

Givalda explicou que nesse período ela era Agente de Saúde, e trabalhou com a parte educativa. A ativista explicou que o movimento social em Sergipe, no tocante à pauta de educação e saúde, se inspirava nos movimentos de Pernambuco. Ela também atuou como professora, porque tem formação em pedagogia.

A militante ressaltou a importância de Simone Leite no processo formativo e de fortalecimento da pauta da saúde e da educação popular, o acesso às comunidades, a compreensão das discussões sobre democracia e desigualdade social.

Nós tínhamos pressa em construir os conselhos populares, porque não tinha em Aracaju. E a gente queria democratizar né, então as pessoas que me influenciaram nesse processo foi a professora Rosângela (ex-vereadora), ela trouxe a gente para o movimento das Diretas já, a gente vinha da escola normal (Givalda Bento, 2022)

Para Givalda, o movimento de saúde foi essencial para ser perceber mulher negra. “Eu conseguia perceber que os negros sofriam mais, nas discussões isso era colocado. Então o movimento popular de saúde me ajudou muito, eu percebi que poderia ajudar as pessoas. Eu não senti a mesma coisa no movimento sindical” (Givalda Bento, 2022) Quando Givalda torna a ensinar na comunidade quilombola da Mussuca, encarou diversas contradições, a exemplo de uma diretora branca na escola. A entrevistada ressaltou uma solidão quando aconteciam casos de racismo, como ofensas.

Havia, nesse período, do final da década de 80, uma frente de luta pela educação popular em Aracaju, e que era fortalecida pela luta de ativistas negros engajados nos movimentos negros, como Carlos Trindade, Joseanes, Ana Ires e outros. Essa luta contribuiu para a implementação da Política de Práticas Integrativas e Educação Popular na Saúde. Estes ativistas promoviam diversas ações, como formações, rodas de conversa nas comunidades. “Através do CESEP eu fui para a

Escola de Formação Quilombo dos Palmares, eu, Trindade, Aguinaldo, Wanderley, Edmilson, esse é o povo do CESEP. Essa formação foi em Recife” (Givalda Bento, 2022)

A ativista destacou que Trindade foi um dos responsáveis pelo UNA (União dos Negros em Aracaju), em 1986. (Santos, 2023). No entanto, Givalda argumentou que não se identificava com o grupo a ponto de participar da militância de forma ativa. Segundo ela, participaram ativistas como Djenal, Trindade, Casagrande e outros. Givalda apontou que nessa época era perceptível que as lideranças dos movimentos sociais já tinham estabilidade financeira, tinham emprego e estavam nas universidades.

Em 1989, Givalda se tornou a primeira coordenadora do MOPS (Movimento Popular de Saúde), logo quando a organização foi fundada. Para fortalecer a organização, ela contava com a assessoria de Simone Leite, Drº Joaquim, médico da Fundação Nacional de Saúde, Lúcia, da Funasa e outros.

A militante do MOPS refletiu que o tema da mulher negra só entrou no cenário sergipano por volta dos anos 90, segundo ela, houveram recuos, porque essa luta não ressoava. Ela acredita que havia uma concepção de que as lutas deveriam ser mais gerais.

Outras grandes referências para Givalda de mulheres negras nesse período foram Valdice Teles (1958 – 2005)<sup>7</sup> e professora Angélica, que era Yalorixá.



---

<sup>7</sup> Atriz negra sergipana, foi uma das fundadoras do Grupo Teatral Imbuaça.

**Figura 1. “A Gaiola” apresentando-se no Teatro Juca Barreto/ Aracaju, em 1983. Elenco: Isabel Santos, Pierre Feitosa, Valdice Teles, Maria das Dores e Maurelina)Repertório, Salvador, nº 27, p.156-176, 2016.2<sup>8</sup> Fotógrafo: Jairo Andrade. Fonte: Internet**

Givalda informou que o MNU foi instituído em Sergipe por volta dos anos 2000, em um 13 de maio. Eram Ivan, Trindade, Autran, Aguinaldo, Farias e outros. De mulher só havia ela. “Em 1990 fundamos o Instituto Lélia Gonzalez, de vestibular para a população negra”.

A partir da análise das trajetórias das entrevistadas, identificamos que é entre as décadas de 80 e 90 que se desenha um movimento de mulheres negras, impulsionado pelos setoriais de mulheres presentes nas organizações negras. Como exemplo, podemos mencionar a Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (SACI), uma das organizações de maior expressividade nas décadas de 80 e 90, e que tinha entre suas/seus integrantes, mulheres negras ativistas que estavam em articulação com redes e fóruns de mulheres negras em outras regiões do país.

Foi no seio da SACI que surgiu o primeiro agrupamento com recorte de gênero, a Organização de Mulheres Negras Maria do Egito (OMIN), em 2003. Entre as fundadoras estavam Joseanes Lima, Márcia Vieira, Renata Lira, entre outras. O agrupamento tinha selo de organização da sociedade civil de interesse público e fazia parte, tanto do Fórum Estadual de Mulheres Negras, quanto do Fórum Nacional de Mulheres Negras, que integrava a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (Domingues e Oliveira, 2021, p. 114)

A organização ganhou destaque no período por fomentar diversos projetos que tratavam de justiça, cidadania e enfrentamento à violência contra as mulheres. Contribuiu para a formação do primeiro grupo de mulheres na comunidade quilombola Mussuca e incidiu no plano plurianual e no orçamento participativo de Aracaju.

A SACI foi uma organização fundamental para a militância negra sergipana, realizando inúmeras formações, projetos e promovendo a interlocução e articulação com outras organizações em Sergipe e com outros estados. (Souza, 2012)

Com longo alcance e diversidade de projetos para o público, a SACI desenvolvia ações nas periferias, formações, projetos culturais e assistência jurídica

<sup>8</sup> Registro extraído do artigo “performance negra no teatro do grupo Imbuça: sistematização” de Lindolfo Amaral. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/20622/13256>

para vítimas de racismo. Em sua dissertação, Carlos Trindade, um dos fundadores da SACI conclui que “Enfim, a SACI implantou uma cultura organizacional que perdurou nas organizações que surgiram em decorrência de sua intervenção militante na realidade social de Sergipe, a exemplo do Grupo Cultural Abao e do Instituto Braços de Direitos Humanos.” (TRINDADE, 2023, p. 50)

Cabe fazer uma interlocução entre essas memórias e narrativas, com a entrevista concedida pela ativista negra, Cleusa Aparecida da Silva, de Campinas (SP), no Encontro Comemorativo de 30 anos da Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diaspora, ocorrido entre os dias 18 e 20 de novembro de 2022 no Brasil. A ativista é integrante da Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras, e do movimento de mulheres negra Casa Laudelina de Campos Melo, organização que homenageia e dá continuidade ao trabalho desenvolvido por Laudelina Campos, mulher negra, doméstica, que foi uma das principais ativistas na luta pelo direito das trabalhadoras domésticas.

Em 1978 a própria Lélia Gonzalez já havia fundado o Grupo Nzinga, no Rio de Janeiro, na década de 80 estávamos construindo as demais organizações. Em Campinas, nós nascemos em 1989, primeiro era Comissão de Mulheres Negras em Campinas, depois foi Laudelina de Campos Melo, que foi uma grande companheira e ativista. Ela morre em 81, e para manter viva a memória a gente homenageia. Que é a casa dela mesmo, a única propriedade que ela tinha, ela doou para as trabalhadoras domésticas. (Cleusa Aparecida, 2022)

Cleusa Aparecida colocou que Laudelina tinha uma concepção de que a casa deveria servir a luta por direitos, dessa forma doando para o movimento das trabalhadoras domésticas. Com formações continuadas, e que irá se transformar em um memorial, uma história viva.

A professora está na militância de mulheres negras desde 1985, ela narrou que no processo de discussão da formação de um Fórum Nacional de Mulheres Negras, ela se aproximou de ativistas negras em Sergipe, que atuavam na SACI, a exemplo de Joseanes Lima.

Para ela, a articulação entre as organizações de ativistas negras de todo o território brasileiro foi fundamental na conquista de políticas públicas com os eixos de raça, gênero e classe.

Logicamente que a ruptura que as mulheres negras fizeram no âmbito do feminismo e do movimento negro misto tem um ressentimento por parte dos nossos companheiros, mas nós também tínhamos a plena consciência da importância de sermos protagonistas da nossa própria história, senão nós não avançaríamos, e isso se provou concretamente. Em Sergipe nosso contato era

com a SACI, era uma organização mista, que tinham mulheres negras super engajadas nessa pauta, por isso construímos juntos esses processos, não só de representação política, mas da nossa composição em rede nacional (Cleusa Aparecida, 2022)

Nesse sentido, Cleuza destacou que não se poderia menosprezar as organizações mistas, pois através desses movimentos, muitas mulheres negras se engajaram e compuseram redes e frentes de fortalecimento das mulheres negras.

A SACI cumpriu muitíssimo bem esse papel, pautavam os debates sobre as diferentes formas de violência contra a mulher. Eles se engajaram nessa pauta prioritária naquele momento que eram os debates de raça, classe e gênero, que é a interseccionalidade, é garantir a transversalidade na política, de que não adiantava avançar em um campo e no outro não, que deveria ser de conjunto. (Cleusa Aparecida, 2022)

A ativista também pontuou a importância da luta das mulheres negras organizadas nos movimentos sociais que conseguiram o reconhecimento do Estado Brasileiro. Por exemplo, no Congresso foram criadas Frentes Feministas, Antirracistas e Populares e a Frente de Parlamentares Negros.

Ela ainda acrescentou que a atuação não se restringiu ao poder legislativo, o movimento pautava o poder judiciário, demandavam principalmente as denúncias de violência do Estado contra a juventude negra, e das mulheres em particular, como o feminicídio.

Segundo Aparecida, é ainda na década de 80 que surge o interesse por uma articulação de âmbito nacional. Ela revela que foram essas primeiras experiências que contribuíram para qualificar as cobranças feitas aos gestores.

## **2.2 Da luta pela terra aos versos dos poemas: Vera Villar**

Vera Vilar é uma ativista negra, poetisa e militante dos direitos humanos, nascida em Propriá, Sergipe, com aproximadamente 60 anos. Enfrentou o racismo desde a infância. Educadora popular, formada em Letras pela UFS, sua formação inclui atuação em projetos de conscientização racial e cultural. Iniciou sua militância nos anos 1980, participando de movimentos como o Grupo de União e Consciência Negra, a SACI e o MST.

Traremos para análise a entrevista feita com a ativista Vera Vilar, a poetisa relatou que o início de sua militância social ocorreu no início dos anos de 1980, ainda no período do regime militar. Suas escolhas e trajetórias políticas como a atuação no movimento, estão ligadas também às experiências vividas dentro da família. Filha de

uma relação inter-racial, em um período em que o racismo estava mais evidente, Vera conta que o pai era um homem branco, e a mãe de origem indígena, e mesmo sem ter características negras, a mãe tinha pessoas negras na família.

Então com características mais negroides em casa éramos eu e um outro irmão, eu tinha outro irmão que era negro retinto, mas não tinha traços negroides no rosto. Meu avô era índio Cariri Xocó, do outro lado da ponte de Propriá, quando eu era criança, ele ainda mantinha a roça dele com os indígenas, ele atravessava de canoa de manhã e voltava à tarde. Trazia batata, inhame, peixe, bem indígena mesmo, ele era bem alto, cabelo liso, nariz grandão, já a mãe da minha mãe era portuguesa (Vera Vilar, 2023)

A miscigenação é uma realidade no país, no entanto, o resultado dela ainda manteve as pessoas brancas em lugares de privilégio, em detrimento de pessoas negras e de origem dos povos originários. O racismo, mesmo atuando de forma silenciosa, deixou marcado que os traços e a cor da pele denotavam o fracasso ou a inserção das pessoas, ou seja, quanto mais próximos de traços negroides as pessoas tivessem, mais excluídas e vítimas de racismo se tornariam.

Essa contestação é afirmada em uma das falas de Vera, quando ela traz uma memória de sua infância, relatando que desde muito nova sofria preconceito. “Quando a gente era criança sofria preconceito, um vizinho gritava olha os negrinhos de Zé Vilar, olha os toletes de Zé Vilar”.

A violência promovida pelos vizinhos contra Vera e seus irmãos, ainda na infância, mostra como o racismo desumaniza pessoas negras independente da idade que tenham, nesse sentido, nem mesmo a solidariedade da classe, já que viviam no mesmo território/comunidade, era o suficiente para que houvesse respeito por parte da vizinhança de Vera.

Uma infância marcada pelo racismo impacta sobremaneira no desenvolvimento de qualquer indivíduo, que podem gerar marcas refletidas até a fase adulta. “Pensar na infância desarticulada do meio social que a constitui pode legitimar a invisibilidade dada às questões que a atravessam, desresponsabilizar os agentes envolvidos e contribuir para a manutenção de lógicas opressoras, como o racismo” (ANDRADE, CASTELLIANO E DORNELLAS, 2024, p. 11)

A citação de Andrade, Castelliano e Dornellas (2024) reforça a necessidade de contextualizar a infância dentro de suas estruturas sociais, já que ignorar esse entrelaçamento significa naturalizar a opressão. Ao desvincular a experiência infantil

do racismo que a estrutura, corre-se o risco de invisibilizar suas violências, mantendo intactas as lógicas de dominação.

Esse caso mostra como o racismo não é um problema individual, mas um sistema que corrói até mesmo as relações mais próximas, transformando a vizinhança — que poderia ser um espaço de proteção — em um cenário de hostilidade.

### **Se descobrindo Mulher Negra**

Desde criança sempre houve uma pressão familiar para alisar os cabelos, mas ela resistiu e preferia usar o cabelo natural. Segundo Vera, não tinha discussão no movimento sobre o cabelo crespo. Até o início dos anos 2000 ainda era frequente entre as mulheres negras o uso dos cabelos alisados. A escritora afirmou que nos anos 80 e 90 quando apareciam chamadas de vaga de emprego buscando

profissionais de boa aparência, era relacionado ao cabelo crespo, não aceitavam.

Eu me enxerguei desde cedo como mulher negra, eu via na família, os primos do meu pai xingarem a gente de negrinhos e toletes, e meu pai pegar revólver pra correr atrás deles. Meu pai casou com minha mãe porque achava linda a mulher negra, mas não com traços negroides, pedia a minha mãe para deixar nossos cabelos longos, mas minha mãe não tinha paciência e aí cortava bem curtinho, rente na cabeça, para não ter trabalho. (Vera Vilar, 2023)

Essa passagem na vida da ativista remete ao processo de formação do que a sociedade entende por beleza, e como essa ideia é construída também através da indústria midiática, que ao longo de sua existência no Brasil, contribuiu para a produção de referências estéticas brancas positivas, no entanto, negros e negras em imagens estereotipadas. (hooks, 2019). “Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial” (hooks, 2019, p33)

Assim, pessoas negras experienciaram em suas vidas, conforme Vera narrou em sua experiência, terem suas imagens atribuídas a valores negativos. O período escolar também trouxe uma carga de sofrimento para Vera, momento em que o racismo se intensificava, e que a violência física como forma de educar era permitida, principalmente em escolas vinculadas à igreja.

Eu sentia muita coisa ruim na escola, me colocavam de castigo por qualquer coisa, por exemplo, eu jogava vôlei e transpirava, as meninas se incomodavam na sala e as irmãs me afastavam de todo mundo. Quando ameaçavam me bater eu respondia se me bater leva. Minha mãe nunca falou sobre a questão racial comigo, no dia da quadrilha meu par não queria dançar comigo porque

não tinha cabelo grande porque minha mãe cortava e era preta. A partir de criança já comecei a me questionar (Vera Vilar, 2023)

Apesar de ter sido vítima de racismo durante sua educação cristã, foi também o contato com os movimentos eclesiais de base que contribuiu com o processo de fortalecimento de sua identidade e escolha para atuar nos movimentos sociais. Essa escolha por caminhos de mudança dessas estruturas opressoras é o que hooks (2019) vai entender por um exercício coletivo na construção de novas imagens e narrativas acerca das imagens de controle, e nas palavras da autora “amar a negritude é uma postura política”.

Foram as pastorais e meu contato com Dom José Brandão de Castro que eu fui me fortalecendo, o irmão Salatiel, e depois quando comecei a fazer capoeira, eu jogava na rua, e naquela época isso era um absurdo. Quando eu entrava na roda cantavam uma musiquinha “se essa mulher fosse minha eu tirava ela da roda e botava pra lavar pano...” (Vera Vilar, 2023)

A ativista relatou como seu modo de vida era julgado pelos familiares, especialmente sua mãe, que atribuíu seu comportamento à sua sexualidade.

Na época começaram a ter uma desconfiança da minha sexualidade, tinha uma história de sapatão. Porque eu tocava violão e fazia coisas que não eram aceitáveis para uma mulher. Minha mãe achava que eu usava maconha, e eu nem sabia o que era (Vera Vilar, 2023)

Foi seu contato com a irmã Salete, uma freira negra e que atuava junto às organizações sociais que fez com que ela se fortalecesse em sua identidade de mulher negra e se inserisse nos movimentos sociais.

Então, conversando com irmã Salete, que era uma negra retinta, com bastante características negroides, e que me chamou para o grupo de consciência negra. Criamos um grupo pequeno, ela fazia enquanto freira o trabalho e nós contribuíamos. Depois disso veio o UNA, A SACI (Vera Vilar, 2023)

Para Vera, atualmente, as mulheres e meninas negras passam por uma nova fase de empoderamento e orgulham-se da sua identidade, e isso se atribui aos novos movimentos e referências negras.

Hoje me alegro quando vejo uma menina no ônibus com os cabelos soltos, toda empoderada. Eu digo logo que ela ta linda, belíssima, tem que elogiar para elas se empoderarem mais, porque se chegaram hoje a ter a coragem de assumir, precisamos contribuir, ajudar. Hoje vemos adolescentes e crianças e de tranças e assumir os cabelos (Vera Vilar, 2023)

## **O Movimento Negro**



Vera iniciou sua militância em um grupo que se chamava Grupo de Direitos Humanos de Propriá, depois se tornou Grupo de Direitos Humanos Dom José Brandão de Castro. Depois o grupo migrou para Aracaju.

Eu, Gigi, Zumbaré e irmã Salete começamos o Grupo de União e Consciência Negra, e eu fui coordenadora do grupo em Sergipe, e cheguei a ir para dois encontros nacionais, e na época era um grupo grande nacionalmente, existia em vários estados. Esse grupo se desfez depois, justamente por conta de brigas internas, por conta de recursos, estrutura...tinham muitos projetos internacionais e isso gerava brigas. Aí continuei minha ligação com a SACI, e posteriormente conheci o trabalho do MST, EM 1986. Eu levei minha irmã Verinha comigo, ela sempre ia junto, levava ela a tiracolo, minha mãe odiava, batia muito nela por minha causa. Mamãe dizia que ia me bater se me pagasse, aí eu não voltava pra casa (Vera Vilar, 2023)

A poetisa apontou dinâmicas diferentes de militância ao longo de sua trajetória, iniciando na igreja com pautas voltadas para os direitos humanos, posteriormente no movimento negro, depois atuando no movimento sem-terra e por fim retornando para o movimento negro.

Depois de algum tempo entrei no movimento Sem Terra. Primeiro entrei no Grupo de União e Consciência Negra, que era um grupo nacional que existia. E continuei acompanhando o antigo UNA, que se tornou depois a SACI. Ainda fiz um trabalho como educadora, fiz um trabalho em Ranchinho, na beira do quilombo. Tanto no quilombo, como em ranchinho, e eu fui a primeira pessoa a dar um curso, a história do negro no Brasil, em Mocambo. Quando ainda não tinha luz, isso também no início dos anos 80. Eu aproveitei que conhecia algumas pessoas lá, eu me ofereci para dar o curso, porque as pessoas tinham dificuldade de se assumir como negras, tinham pavor, inclusive por conta da história de tanto sofrimento né (Vera Vilar, 2023)

O trabalho desenvolvido nas comunidades, foi resultado de um projeto da SACI, cujo resultado se encontra em um caderno publicado. Vera entendia que parte da dificuldade apontada pela comunidade em aceitar a identidade, era fruto do sofrimento vivido pelo racismo e preconceitos contra a população quilombola.

Essa passagem da entrevista remete a uma condição que diversos movimentos estavam recorrendo para desenvolver suas ações e projetos, os financiamentos a partir dos editais. A socióloga Gohn (2022), na obra *Ativismos no Brasil* afirma que “Políticas públicas de apoio às causas identitárias, acompanhadas de editais para projetos sociais de apoio às temáticas, facilitaram a aproximação de vários dos grupos já envolvidos na militância política partidária” (Gohn, 2022, p. 139)

Para Vera Vilar, muitas ações só eram possíveis por meio de editais de incentivo, uma vez que o movimento não possuía recursos próprios para o

desenvolvimento de projetos de grande incidência, como oficinas em comunidades distantes da capital, produção de materiais gráficos, pedagógicos etc.

Vera vivenciou a militância no período final da ditadura, ela relatou que se você fosse negro seria um alvo para os policiais.

Se você fosse negro, se vestisse com características africanas, você era sempre parado e revistado, você era sempre acusado, muito mais do que hoje, as pessoas tinham até medo de você. Porque existia e existe até hoje uma formação para os militares em geral, que ainda hoje continua e está bem viva, isso faz com que policiais despreparados como é a grande maioria. (Vera Vilar, 2023)

Sobre o racismo institucional, a ativista também já vivenciou em ambiente de trabalho, onde já foi questionada se era dos serviços gerais.

Me perguntaram se eu trabalhava na terceirizada, que é quem trabalha nos serviços gerais e manutenção, aí quando informei que sou assessora de cultura de toda a escola do legislativo da assembleia, então pela trajetória que tenho, tem muita gente que me conhece pelo nome, mas não me conhece pessoalmente, aí quando vê se decepiona (Vera Vilar, 2023)

Ao longo de sua militância, em relação às questões de gênero, Vera conta que participou das primeiras reuniões do Conselho Estadual da Mulher, que à época, ainda não tinha esse nome, era o Direito da Condição Feminina, por volta do início dos anos 2000.

Dei palestras nos bairros, tinha o conselho paritário, gestão e movimento. Fui a primeira presidenta, e tínhamos muitos problemas, então criamos um café mensal para as mulheres e lá mensalmente fazia chá para as mulheres, música ao vivo e sorteios. Eram mulheres de bairros periféricos, a gente entrava em contato com as associações. Estive presente na inauguração da primeira delegacia da mulher, e nesse período tinham muitas demandas com a violência contra a mulher (Vera Vilar, 2023)

No entanto, esse espaço de discussões políticas sobre as demandas das mulheres, não havia o debate racial, segundo a ativista, eram debates mais gerais sobre a condição da mulher, mas as mulheres que eram o público das ações do conselho eram mulheres negras e pobres em sua maioria.

Apesar de Vera ter integrado o Conselho, e de ser uma mulher negra, os encaminhamentos e debates do Conselho de Mulheres ainda persistia em tratar os debates de gênero em uma perspectiva essencialista, abordando a categoria mulher dentro de uma lógica neutra, como se não houvesse os diversos marcadores sociais que atravessam o conjunto de mulheres sergipanas, não traduzindo a pluralidade dessas mulheres.

Apesar de Vera Vilar ter dedicado sua vida à luta antirracista e ocupado espaços importantes, como o Conselho Estadual da Mulher, a questão racial permaneceu marginalizada mesmo nesses ambientes de discussão de gênero. Isso revela uma contradição estrutural: muitas vezes, os movimentos sociais — mesmo aqueles que se propõem a combater desigualdades — reproduzem hierarquias que silenciam certas opressões.

### **2.3 Caminhos de axé e resistência – Lígia Borges**

O caminho de Lígia Maria da Silva Borges, mulher negra de 58 anos, mãe de duas mulheres, está alinhado com a luta, a arte e a religiosidade de matriz africana. Nascida em Capela, município de Alagoas, foi morar ainda criança em Maceió.

Filha de um casal inter-racial, mãe branca e pai preto retinto, como ela mesma coloca, Lígia Borges viveu os conflitos raciais dentro de casa, como muitas pessoas negras. Apesar de não ter o apoio materno para viver sua negritude, isso nunca fez com que recuasse no processo de valorização de seus traços e de seu cabelo crespo, que ela fez questão de afirmar que jamais alisou.

Foi criada em Maceió, até o falecimento do pai, já no final de sua adolescência, por volta dos 19 anos, foi quando sua mãe resolveu ir morar em Aracaju, já que seu pai havia sido trabalhador da Petrobrás, e, portanto, facilitaria estar em Aracaju para que a família tivesse algum apoio.

Ela conheceu o pai de suas filhas, Carol e Fernanda, ela tinha por volta de 23 anos quando teve a primeira filha, e foi com seu companheiro à época, morar no interior da Bahia.

Posteriormente, eles se divorciaram e ela retornou para Aracaju, quando, segundo Lígia, finalmente conseguiu se aproximar do movimento negro, um desejo antigo e que estava se consolidando. “Quando eu me vi livre, que eu era dona de mim, aí agora eu vou buscar o movimento negro”, ressaltou. (Lígia Borges, 2025)

Lígia chega em época de carnaval, e ao avistar o Grupo Afro Cultural Unidos do Quilombo montando os tambores e se organizando para tocar, ela teve certeza que era esse espaço que ela queria se inserir.

“Quando passou o Carnaval eu conheci Irivan na Rua 24h, no Projeto OE da SACI, estava todo mundo reunido lá, era inauguração da Rua 24h, e lá em conheci

Trindade, conheci Pedro Neto, e foi quando Pedro Neto me apresentou a Irivan”, relembra Lígia.

A militante fala que após esse encontro, voltaram a se encontrar em um bar muito frequentado pela militância negra, chamado Toca do Ossain, e foi lá que ela recebeu o convite para cantar no Grupo Quilombo e aceitou prontamente.

Segundo a Tese de Dantas (2003), o Grupo Quilombo já desenvolvia muitas ações na comunidade quilombola Caixa D'água, localizada no bairro Cirurgia, tendo o Mestre Saci à frente, principalmente no campo da capoeira. Ainda segundo a pesquisa, com a chegada de Irivan, isso se amplia para a possibilidade de um bloco afro em Aracaju.

Inicia sua militância em 1993, foi um contato essencial para aprofundar na cultura afro sergipana e brasileira, é nesse período que ela se especializa em produção. De acordo com Dantas (2003), Irivan Assis foi coordenador do Grupo Unidos do Quilombo.

Segundo Irivan, em 1986 o Grupo Unidos do Quilombo já desenvolvia suas atividades de capoeira na Caixa D'água – localidade que integra o bairro Cirurgia, próximo ao centro comercial de Aracaju. A sua inserção no grupo e capoeira coordenado de mestre Saci e a proximidade com o mesmo parecem ter mudado a forma como Irivan percebia a sua vida e o mundo social (...) (Dantas, 2003, p. 60)

Na ocasião, ela teve a oportunidade de produzir vários shows de artistas nacionais e local, a exemplo dos 300 anos de zumbi realizado no Encontro Cultural de Laranjeiras, em Sergipe. A atividade como produtora cultural acontecia juntamente com a atividade como artesã, ofício que ela iniciou aos 23 anos de idade em Maceió através de um indígena que a ensinou o macramê.

Dessa forma, Lígia Borges afirma que por meio da arte e da cultura é que ela se encontrou na militância racial, foi por onde se identificou, e não conseguia ter a mesma identificação com um perfil de militância acadêmica ou burocratizada.

### **O encontro com o Candomblé**

A militante conta que com aproximadamente 5 anos de relacionamento com Irivan, ela conhece a tia dele e também Yalorixá, Maria Bata Curta, uma conhecida sacerdotisa sergipana, que a convidou para jogar o jogo de búzios e desde esse momento seus caminhos se transformaram. “Quando ela abriu aqueles búzios, fez

toda a diferença na minha vida, ela disse tudo que eu vivia e passava e que eu não conseguia dizer”, afirmou Lígia.

Após o jogo, ela recebeu o chamado para esse caminho como compromisso, passou a conviver com a Yá até o seu falecimento, durante 10 anos, e absorveu tudo que pode aprender com ela ao longo dos anos.

Foram momentos de muita dificuldade, a Yalorixá de Lígia havia perdido o espaço do terreiro após um problema familiar, então, a casa religiosa funcionava em uma casa de aluguel, tornando a prática de comunidade mais difícil.

Foi nesse período que Lígia se tornou Yalorixá, e assumiu o compromisso religioso entendendo a importância de manutenção e preservação da cultura e história de seu tronco religioso, nas palavras dela:

Com humildade, eu estava preparada para garantir a preservação e conservação de uma nação de Candomblé Ketu – trazida para a cidade de Aracaju, por intermédio de Maria Bata Curta sua Avo de Orixá. Demonstrei minha percepção cultural, na luta das Religiões de Matriz Africana e na importância de conservar suas lendas, seus mitos, sua cosmovisão e por consequência a história do seu povo (Lígia Borges, 2023)

Yá Lígia Borges tomou para si, no seu ativismo, a importância da defesa das populações de religião de matriz africana, e o combate à intolerância religiosa. Para ela, assim como são transmitidos os saberes afrodiaspóricos e afroreligiosos nas religiões de matriz africana, é através da oralidade que é possível fazer o fortalecimento das pautas raciais.

Cabe ressaltar que a vivência e a existência das religiões de matrizes africanas estão entre as frentes de maior resistência da população negra, uma vez que foram duramente perseguidas desde o período de escravidão até os dias atuais. Esse lugar de resistência foi observado por Gonzalez (2020):

E sabemos o quanto os terreiros de candomblé, de umbanda, de batuque, de xangô etc. etc. foram perseguidos pela polícia a mando de autoridades políticas e religiosas. Isso sem falar nos blocos e escolas de samba. De qualquer modo, as “mães” e as “tias” souberam segurar a barra de seus “filhos” e “sobrinhos”, fazendo seus terreiros (religiosos ou de samba) verdadeiros centros de resistência cultural (Gonzalez, 2020, p. 206)

Em diálogo com Lélia Gonzalez (2020), a vivência de mulheres negras de terreiro por si só representa resistência e sobrevivência, dela e dos seus/suas. Verdadeiras detentoras e guardiãs da cultura negra, e que se faz viva e circular através da oralidade.

Enquanto uma Griô - palavra tem origem na tradição oral africana, utilizada para designar mestres portadores de saberes e fazeres da cultura, esses transmitidos oralmente do povo negro tenho participado por todo o Brasil como palestrante em defesa dos povos tradicionais de matriz africana e pela liberdade religiosa” (Lígia Borges, 2023)

Ao encampar a luta que reflete a sua própria existência e autodefinição enquanto uma mulher de candomblé, Yá Lígia se compromete com a preservação da tradição afro-religiosa e com a luta pelo bem-viver da população negra. Nas palavras de Helena Theodoro (2008):

A mulher negra se estrutura como uma pessoa que toma para si a responsabilidade de manter a unidade familiar e a coesão grupal e de preservar as tradições culturais e religiosas de seu grupo, em função da nova realidade de opressão econômica e a discriminação racial pós-abolição criaram no seio da sociedade brasileira. (Theodoro, 2008, p.92)

Para a Yalorixá, o caminho da militância no movimento negro e de mulheres negras se fundem, a experiência vivida em Sergipe revelou que eram movimentos que se retroalimentavam, uma vez que ativistas estavam localizadas nas duas instâncias. “O movimento de mulheres negras acontece paralelo ao movimento NEGRO. Diversas entidades faziam parte do Fórum estadual de mulheres negras”, ressaltou a ativista.

### **O Movimento de Mulheres Negras**

Para Lígia, a luta das mulheres negras não está separada da defesa da ancestralidade religiosa e do movimento negro, ela entende que todas essas frentes fazem parte de um mesmo lugar, a defesa da vida e dos direitos das pessoas negras.

Foi na década de 90 que Lígia conhece e se insere na luta de mulheres negras, através do Fórum Nacional de Mulheres Negras e do Fórum Estadual de Mulheres Negras de Sergipe.

Esse encontro se deu através da militante Joseanes Lima, que na época era ativista da SACI, que a levou para fazer a 1ª viagem nacional para atividades de mulheres negras.

Mesmo sem recordar as datas específicas, Lígia traz da memória uma viagem que fizeram para Belo Horizonte (MG), onde foi elencada a importância de se articular mais mulheres negras, no entanto, ela percebeu que a articulação que se queria promover era de mulheres universitárias. “Era um público que não compreendia a linguagem da gente, da macumbeira do chão mesmo, então houve um atrito. Saímos

de lá com a missão de formar os fóruns nos estados, fizemos a articulação em Aracaju, eleição e 1º Fórum de Mulheres Negras de Sergipe”.

Lígia relembra que a eleição do Fórum de Mulheres Negras de Sergipe aconteceu no mesmo dia do Seminário do Negro no Trabalho, que ocorreu no Instituto Semear, o Fórum era formado por nomes que são referências em diversas organizações negras, como Joseanes Lima, Zenaide, Jane Lúcia, Solanges Elias, Raimunda Andrade e outras.

A militante coloca que com o tempo, o Fórum foi se esvaziando e perdendo a força. Segundo ela, ainda hoje o Fórum ainda existe nacionalmente, e tem tentado se articular novamente.

Além de estar no Quilombo, Lígia também está como coordenadora estadual da REMA (Rede de Matriz Africana), onde atua desde 2020 e que vem conseguindo capilarizar para outros municípios sergipanos.

Para ela, essa é uma oportunidade de agregar outros territórios e iniciativas negras, não só de pessoas de terreiro, mas atividades culturais, retomando o histórico de quando ela iniciou na militância.

A REMA é uma Rede nacional, que tem como objetivo principal o enfrentamento ao racismo e a intolerância religiosa, e em Sergipe está ativa desde 2020.

A trajetória e atuação de Lígia Borges, conhecida atualmente como Yá Lígia, demarca um lugar comum das mulheres negras, o encontro com sua negritude, mesmo diante dos conflitos raciais dentro e fora da família, e o despertar após o contato com o movimento negro, como um divisor de águas e um propósito de vida.

Cabe também ressaltar que para Lígia, sua luta como mulher negra não reflete o feminismo ocidental, para ela, o que norteia seu caminhar político é a vivência de uma perspectiva feminina africana, afro-religioso, para ela foi a partir desse lugar que essa caminhada fez sentido na sua atuação pela transformação social e pelos direitos das pessoas negras.

#### **2.4 “Sou protagonista da minha própria história” – Nilma Batista**

Nilma Batista de Jesus, 54 anos, é uma ativista negra nascida no bairro Industrial de Aracaju (SE) e uma das principais vozes do movimento negro sergipano desde os anos 1990. Sua trajetória é marcada pela luta antirracista, pela valorização

da identidade negra e pelo acesso à educação – tornando-se a primeira da família a ingressar no ensino superior, formando-se em Artes Visuais pela UFS (2001).

“Sou protagonista da minha própria história”, essa é uma das passagens das falas de Nilma Batista, mulher negra, que construiu o movimento negro sergipano na década de 90. Sua trajetória é marcada pela luta incessante pela educação, pelo acesso ao ensino superior e pela sua própria autodefinição.

Nascida em uma família de pai e mãe negros, com vó descendente de indígena, parda, cabelo liso, definida por Nilma “aquela pele parda, toda pintadinha” (Nilma Batista, 2023). Como muitas pessoas negras, a ativista narrou dificuldades com o racismo ainda na infância, nas relações intrafamiliares. Assim como muitas meninas negras, Nilma Batista foi levada a negar seus traços, seu cabelo crespo, sendo levada a manter o cabelo alisado.

E na infância, aquelas questões de discriminação racial, minha mãe sempre procurava alisar nossos cabelos, sempre de ferro, pente quente, chapinha, que não é a chapinha de hoje em dia, depois os cremes de pasta, de soda, e logo foram evoluindo para sempre alisando o cabelo, e que para mim, não fazia a mínima diferença do preconceito. (Nilma Batista, 2023).

Ao enquadrar Nilma em uma estética embranquecida, talvez sua mãe quisesse impedir que a filha vivenciasse o racismo por seus traços, pelos cabelos crespos, no entanto, também imprimia em Nilma a sensação de negar seu cabelo, e não a protegia dos preconceitos.

Em seu artigo ‘Alisando nossos cabelos’, bell hooks (2005) a experiência das mulheres negras norte americanas com o processo capilar, como alisar também simbolizava uma passagem, e um ritual de amadurecimento de meninas se tornando mulheres e de fortalecimento de vínculo, mas como as empresas começaram a investir nesse nicho e esvaziar essa relação, tornando um processo meramente de consumo, mercadológico.

O alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos. Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco. Antes da integração, os negros podiam se preocupar menos sobre o que os brancos pensavam sobre o seu cabelo. (hooks, 2005, p.)

A ativista sentia a necessidade de viver seus traços e seus cabelos de forma natural. Após o falecimento de sua mãe, de forma prematura, aos 41 anos, foi que Nilma, com 16, decidiu assumir seu cabelo natural.



Eu já sentia aquela liberdade de não precisar mais passar por isso com meu cabelo, e o meu despertar começou aí, na minha adolescência, de assumir mais o meu cabelo, poder fazer um black, poder fazer uma transição, tirar o alisado, sempre procurando essas questões de autorreconhecimento, me entender. (Nilma Batista, 2023).

Esse processo de autorreconhecimento e autodefinição é parte do ativismo, do orgulho pela própria identidade, se tornando também um símbolo de resistência. Segundo hooks (2005), “principalmente o black, entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista e fora considerado uma celebração da condição de negro(a).” (hooks, 2005, p.)

### **A educação como caminho para a luta racial**

A educação, e principalmente o ensino superior, não era uma realidade para a maioria das famílias negras e em maior situação de vulnerabilidade social. No entanto, para muitas pessoas negras, era o caminho possível para uma melhor condição de vida para si e para seus familiares.

As pessoas negras que conseguiam esse acesso, também almejavam para seus familiares e pessoas do seu entorno, de sua comunidade. Nilma, em seu relato, falou sobre a experiência com um curso vestibular para pessoas negras, o ‘Lélia Gonzales’, que tinha como objetivo contribuir para pessoas negras e periféricas ingressarem na universidade.

Um dia, eu decidi que na verdade, eu queria estudar, entrar numa universidade como as pessoas brancas faziam, estudavam, entravam na universidade, se formavam, e eu queria ser formada, e foi quando eu tive contato com o pessoal do Movimento Negro, ainda não tinha MNU aqui, era Agnaldo, Farias, Ronaldo, Casagrande, Digenal, entre outros que eu fui conhecendo, Sônia, outras pessoas, e eu fui participar do pré-vestibular para negros, e carentes. Depois disso, o meu despertar foi aí, pois a proposta era estudar, entrar na universidade, depois retornar para ajudar outros negros e negras para entrarem na universidade também, e assim foi a trajetória, teve essa liberdade da questão do cabelo, fui me reconhecendo, me aceitando, e ter essa vontade de ser alguém. Minha vó era professora, mas professor naquela época daqueles cursos médios, meus pais não tiveram universidade, e eu percebi que tinha de entrar naquele momento. (Nilma Batista, 2023).

Nessa passagem, fica entendido que Nilma seria a primeira pessoa de sua família a ingressar no ensino superior. Ela iria romper com um histórico familiar de exclusão a esse espaço e, ao escolher esse caminho, contou com o apoio de outras pessoas negras, a identidade e o apoio dos ativistas foram fatores fundamentais para a decisão de Nilma na caminhada para o ensino superior. Vale destacar que a ativista

entendia que após conseguir ocupar esse espaço tão sonhado do ensino superior, precisava ajudar a outras pessoas negras a ingressarem.

Foi por meio desse sonho, desse anseio de cursar o ensino superior, que Nilma estreitou os laços com o movimento negro sergipano.

Então, o movimento negro em Sergipe, eu conheci a partir desse anseio de entrar na faculdade, cursar o ensino superior, que até então, ninguém da minha família tinha entrado na universidade, e aquilo me incomodava, e fui conhecendo algumas pessoas que se reuniam, falavam do movimento, tinham o pensamento e algumas ações, e eu comecei a me inteirar mais, das questões raciais, e do combate ao racismo e as lutas. Foi por volta dos anos 90, eu entrei na universidade em 1998, então, em meados do ano de 1996 comecei a andar com pessoas de movimento, que tinham comunicação com os movimentos negros da Bahia, especificamente Salvador, e eu comecei a participar de reuniões que eles faziam, encontros informais, foi em meados de 96, eu já estava estudando para o vestibular, e aí comecei o vestibular em 97, e entrei para a universidade em 1998. (Nilma Batista, 2023).

Apesar de ter sido impulsionada por pessoas do movimento negro, Nilma afirma que o espaço era em sua maioria masculino. Quase não tinham mulheres negras nos espaços da militância, e quando tinham, não eram valorizadas ou ocupavam papéis de decisão política, sempre estavam ligadas a estrutura, ao apoio para auxiliar os homens, isso quando não ligavam as mulheres negras ao envolvimento afetivo com os homens negros da militância.

O movimento de mulheres negras é mais recente para mim, porque, até então, as mulheres negras que participavam desses encontros, não sei se infelizmente, ou felizmente, eram uns encontros mais assim, não sei se posso referir a isso para que não fique de forma desvalorizada, mas tinham muitas mulheres que estavam ali por conta daqueles homens negros, que tinham suas relações afetivas, então a participação das mulheres era fazer uma feijoada, era fazer um almoço, uma cervejada, algo assim, mas não dentro dessa discussão, pra mim nesse início não, não tinha discussão, nem efetividade de luta dessas mulheres não. (Nilma Batista, 2023).

Essa mesma percepção de Nilma foi compartilhada por outras ativistas em entrevista para a pesquisa. A centralização das ações e decisões a partir dos homens, e o direcionamento de ações mais estruturais e de organização ficando com as mulheres, mesmo que elas tivessem todas as condições de contribuir com proposições políticas. Se retomarmos os discursos de Lélia González sobre o movimento de mulheres negras, é possível fazer uma relação de como essas mulheres negras sentiram a necessidade de se organizarem em seus próprios movimentos depois de vivenciar um histórico de silenciamentos nas suas organizações mistas.

Para Nilma, as mulheres negras viveram esse processo de se tornar protagonista da própria história, da sua luta, de perceber que não poderiam continuar invisibilizadas e vítimas de opressão no próprio movimento.

Hoje a importância da luta das mulheres negras é mais uma luta numa visão mais feminista, de atuação, de valorização dessas mulheres, mudou muito, não é como antigamente, que elas faziam a comida, para os homens discutirem o movimento negro, hoje elas estão mais efetivas nas discussões, nas atuações, nos cargos, hoje elas não querem mais ser mulheres de fulano que é representante do movimento, elas querem ser representantes delas mesmas, à frente dessas lutas, à frente de governo, de cargos que valorizem as mulheres, dos conselhos, em que os conselhos não sejam constituídas apenas de mulheres brancas, mas de negras também, que são as que mais sentem, que passam pela discriminação de cargos de confiança, de liderança, de que elas sejam valorizadas e respeitadas mulheres e mulheres negras como dentro dessa vastidão de colorismo. E agora nessa posição de defender à luta da mulher que está na luta, e que sempre esteve sendo empreendedora, protagonista, a que sustenta a casa, a que cria os filhos, com dificuldade, vão para o trabalho, para a faculdade, estão praticamente nessa luta só, desamparada. (Nilma Batista, 2023).

Nilma entende que nessa caminhada ela não se espelhou em referências femininas dentro do movimento, mas tirou da sua própria história e da sua família, a força necessária para trilhar a sua.

Eu acho que eu sou minha inspiração, eu não me inspirei em outras mulheres não, elas já tinham suas próprias trajetórias, tinha perfis totalmente diferentes do meu, de filhos, de relacionamento, de luta, então eu sempre me coloquei como protagonista da minha história, de querer correr atrás do que sempre quis. (Nilma Batista, 2023).

A militante passou por situações de racismo institucional na universidade, e relatou como essas experiências eram solitárias, como muitas vezes ela não pode contar com ninguém para superar essas violências.

Na universidade mesmo, eu fui discriminada várias vezes por um professor que baixava minhas notas, até mesmo já confessou em público que era racista, e que fazia isso porque a sociedade tinha ensinado ele a ser assim, e eu fui atrás dos meus direitos, não tinha nenhuma mulher como referência dentro de uma universidade, tudo que eu passei, as discriminações dentro do departamento de Jornalismo, rádio TV, e artes visuais ficaram contra mim, apenas uma professora ficou ao meu favor. Praticamente ali dentro eu tive que lutar só, não tinha nenhum exemplo de como é levantar a cabeça e ir atrás de justiça, mostrar que o racismo e a discriminação não podem ser pautados para ser avaliada a minha nota, minha eficiência dentro de uma universidade, então o que eu posso dizer é isso. (Nilma Batista, 2023).

Apesar de toda essa luta, Nilma não concluiu seus estudos em Sergipe, foi no Rio de Janeiro, sozinha e com seu primeiro filho aos 36 anos que ela volta a estudar e termina sua graduação. Ela relata as críticas sofridas pela idade em que concluiu os

estudos, e pela idade que teve seu primeiro filho. De forma enfática, revela não se arrepender de suas escolhas e do orgulho de si mesma. “Então assim, eu sou protagonista da minha própria história, eu mesmo me inspiro em mim, foi escolha minha”. (Nilma Batista, 2023).

A entrevista com Nilma Batista apresentou uma realidade recorrente nas trajetórias de mulheres negras militantes, a invisibilização das mulheres negras em espaços de decisão. Em seus relatos, descreve como, inicialmente, muitas ativistas eram relegadas a funções de apoio—como cozinhar e organizar eventos—enquanto os homens centralizavam as discussões políticas. Essa dinâmica reproduzia, mesmo dentro do movimento, as estruturas racistas e patriarcais da sociedade.

No entanto, Nilma destaca uma virada histórica: as mulheres negras passaram a se organizar de forma autônoma, recusando o lugar de "companheiras de" para se tornarem protagonistas de suas próprias lutas. Hoje, elas ocupam cargos de liderança, conselhos e governos, exigindo representação efetiva e combatendo a discriminação racial e de gênero.

O racismo institucional enfrentado na universidade, não a fez desistir de buscar suas conquistas, pois, como ela reforçou em seu relato, ela estava determinada a romper ciclos de exclusão. Aos 36 anos, mãe e sem redes de apoio, concluiu sua graduação em Artes Visuais no Rio de Janeiro, desafiando críticas sobre idade e maternidade.

Nilma não se vê como herdeira de outras lideranças, mas como autora da própria história: *"Eu mesmo me inspiro em mim"*. Sua fala ecoa a urgência de mulheres negras escreverem suas narrativas—não como coadjuvantes, mas como sujeitas políticas que transformam dor em luta coletiva. Sua vida é um testemunho de que a emancipação começa quando elas se reconhecem como donas de suas vozes e corpos.

## **2.5 - Militante em rede: Márcia Vieira da Silva**

Ouvir a história da ativista Márcia Vieira da Silva, permite dimensionar os processos de articulação e rede que aconteciam em Sergipe, entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000. Sua história se cruza com a de tantas outras mulheres negras ativistas que foram suas contemporâneas, mas suas visões podem ser distintas. A militante que é educadora popular social, como se denomina, iniciou sua

trajetória no movimento negro através de um amigo que a apresentou aos integrantes do grupo Abaô de capoeira angola.

Meu primeiro momento no movimento social, fui com um amigo visitar um casal Rejane e Robson, que moravam no Augusto Franco, e os conheci através desse amigo, e fui para a última roda do final do ano do Abaô. Numa roda de capoeira no Parque da Sementeira, a partir de então começou minha jornada no movimento negro. (Márcia Vieira, 2023)

A partir desse contato ela conheceu a organização Sociedade de Estudos Afro e Cidadania (SACI), uma das primeiras e principais organizações do movimento negro sergipano. Segundo Márcia, a Saci dava suporte ao Abaô. Ao conhecer o trabalho da Saci, Márcia também conheceu Joseanes Lima, que já integrava a Saci. “É a Sociedade Afro de Estudos e Cidadania que dava suporte ao grupo do Abaô, e tive a oportunidade de conhecer Joseane Lima, Trindade e também Pedro Neto, foi a primeira ONG do movimento negro que eu conheci.” (Márcia Vieira, 2023)

Nesse período Márcia atuou no Grupo social chamado Ginga de Angola, um grupo de capoeira que ela ajudou a fundar e que também era uma ONG. Quando o grupo se desfez ela foi chamada para trabalhar como técnica na Saci. Foi durante seu trabalho na Saci que ela se aproximou da luta de mulheres negras, através do assessoramento de um dos projetos.

Acompanhei um projeto na Saci que acompanhava mulheres quilombolas, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura, no quilombo da Mussuca, a partir desse grupo foi criado o grupo de mulheres quilombolas Grumac da Mussuca, onde lá foram oferecidos cursos de pesca, de artesanato, etc, acompanhei esse grupo durante uns dois anos. (Márcia Vieira, 2023)

### **Articulação com mulheres negras até a fundação da OMIN**

Após o contato com a Saci, e tendo Joseanes Lima como referência, Márcia juntamente com outras mulheres negras de Aracaju revitaliza o Fórum de Mulheres de Sergipe. Segundo a militante, o momento político era ideal, com Marcelo Déda como prefeito no primeiro mandato, o Fórum foi às ruas exigir políticas públicas para as mulheres. Márcia pontuou que “No primeiro Mandato de Prefeito de Marcelo Deda, nós do Fórum de Mulheres fomos à rua, e Deda criou a coordenadoria de mulheres, na prefeitura, e o conselho de mulheres” (Márcia Vieira, ano)

A rede de articulação e fortalecimento de mulheres negras se ampliou e, em 2001, Márcia e as companheiras do movimento negro fundaram a OMIN –

Organização de Mulheres Negras Maria do Egito. À época a organização se articulava nacionalmente com duas organizações, a AMB e AMNB.

Desde então começou minha militância pelas mulheres negras, e no ano de 2001, foi criado através do apoio da Saci, a OMIN, que era um grupo de mulheres negras Maria do Egito, o projeto focado em aumentar a autoestima das mulheres, emponderá-las, e fui escolhida pela AMB (Articulação de mulheres do Brasil), para representar o Fórum. (Márcia Vieira, 2023)

Além da articulação nacional com o movimento de mulheres, a OMIN também tinha o viés de incidir na política pública do município. Uma das formas de incidência da OMIN no município de Aracaju foi a inserção nas discussões a respeito da construção do PPA (Plano Plurianual), que envolve a distribuição dos recursos do município para políticas públicas em diferentes campos, e que contribuem para as transformações sociais. O PPA é um importante instrumento que contribui para o planejamento anual dos governos (municipais, estaduais e federal). Previsto no artigo 165 da Constituição Federal visa estabelecer os objetivos, diretrizes e metas da administração pública, e tem duração de 4 anos:

Nós participávamos da construção do PPA, em 2003, propondo políticas públicas de transversalidade de gênero e raça, participamos das conferências de mulheres, ajudamos a organizar o Fórum de Economia Solidária entendendo que nós mulheres negras somos as primeiras empreendedoras desse país, e pleiteamos uma vaga no fórum pela OMIN. (Márcia Vieira, 2023)

Ainda no tocante à administração pública, a OMIN também tinha entre suas pautas o enfrentamento à violência contra a mulher, e se unia às demais organizações pela implementação de uma delegacia das mulheres.

Nós também reivindicamos na época a construção da delegacia da mulher que funcionava na Barão de Maruim, e que não tinha expediente nem a noite, nem aos finais de semana, e a luta através do fórum de mulheres negras conseguiu com que a delegacia mudasse o horário do atendimento. (Márcia Vieira, 2023)

Outra frente de atuação muito importante da OMIN foi a contribuição com a produção de conhecimento sobre mulheres negras. Márcia destacou a atuação junto a algumas ONGs, como a pesquisa no livro 'Mulheres Negras do Brasil' da intelectual Shuma Shum Maher<sup>9</sup> e coordenadora da ONG Rede de Desenvolvimento Humano. Além disso, a OMIN contribuiu para divulgar a produção e trajetória de Lélia González, uma das principais intelectuais e referências na militância das mulheres negras.

Ajudamos no livro de mulheres negras do Brasil que foi escrito por Shuma Shum Maher feminista renomada da Rede, fizemos o primeiro prêmio Mulher

<sup>9</sup> **SCHUMAHER, Schuma**; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 496 p

negra de Sergipe, fizemos também o lançamento do livro Mulheres Negras do Brasil, fomos escolhidas para receber e exposição Lélia Gonzales. Então eu, como mulher negra e militante, militei em várias instâncias, junto das mulheres. Então toda minha participação e militância, foi em prol do empoderamento feminino negro, combate ao racismo, e que toda política tivesse a transversalidade de gênero e raça. (Márcia Vieira, 2023)

A trajetória de Márcia Vieira foi marcada pelo perfil de uma articuladora, a militante contribuiu para a construção de redes e articulações entre as organizações em Sergipe e em âmbito nacional, além de uma forte atuação na política institucional, através de conselhos e da gestão pública.

Uma das lideranças da primeira Ong de mulheres negras em Sergipe, a Organização de Mulheres Negra Mariaa do Egito – OMIN, Márcia contribuiu para a fundação e fortalecimento de outras organizações, como o Grupo de Mulheres Quilombolas da Mussuca, o Fórum de Mulheres de Sergipe e o avanço das políticas públicas como a 1ª Coordenadoria de Mulheres de Aracaju.

A trajetória de Márcia Vieira ilustra a força do ativismo em rede e a importância da persistência na luta por direitos. Sua história reforça a necessidade de se preservar a memória das lutas sociais, mostrando como o trabalho de base e a articulação política contribuem significativamente para a conquista dos direitos para as mulheres negras.

## **2.6 - A educação popular como luta antirracista: Dayse Ramos**

Aos 51 anos, cria do bairro 18 do Forte, Dayse Ramos, professora e militante de esquerda desde os anos 80 me fala em entrevista sobre a sua trajetória, a sua caminhada e sonhos durante essas décadas. Professora, educadora popular, e integrante do movimento negro e do Partido dos Trabalhadores (PT), a ativista participou de projetos como Visão Mundial da AMABA (Associação de Moradores do Bairro América), também esteve à frente do Projeto Educação de jovens e adultos, em parceria com o MEC (Ministério da Educação), CESEP, SACI, UFS.

Foi ainda na infância que Dayse teve o primeiro contato com a militância, a luta veio de berço, sua família esteve presente nos movimentos sociais de Sergipe e nas primeiras movimentações do PT no estado:

A minha experiência com os movimentos sociais ela vem um pouco de dentro da militância da minha família, dos meus pais, dos meus tios, de alguns amigos deles, e comecei ir a um grupo de jovens, mas não me encontrei muito no grupo de jovens, nessa parte, porque não trabalhava muito a Teologia da

libertação, que eu era da renovação carismática, então já pendia pra outro lado que eu não me sentia bem, não me encontrei. (Dayse Ramos, 2023)

Foi na adolescência, precisamente durante o período que estudava no Centro da Cidade, que ela conheceu outros e outras militantes, começou a frequentar as reuniões do movimento negro, em específico o UNA (União de Negros de Aracaju). “Eu ia muito para as reuniões do movimento negro, na época era o UNA, e eram reuniões rápidas, pela tarde, e como era muito jovem participava mais cedo, e até faltava aula para poder estar inserida nos processos”, lembrou.

O seu início no movimento negro, por volta da década de 80, foi marcado por diversas referências citadas por ela, como “Trindade, Zumbaré, e outros companheiros, João Bosco, Selma Conceição, uma grande companheira também, líder de movimentos negros, uma turma muito boa, que eu tinha mais aproximação”. (Dayse Ramos, 2023)

Dayse passa por um afastamento desse processo devido a dificuldades familiares e retoma em meados dos anos 90, já na AMABA e projeto Recriart.

A vida começa a lhe dar mais responsabilidades, lhe chamar mais responsabilidades, e você deixa um pouco de lado essa questão da militância, mas dá um intervalo aí de uns anos, depois você volta com força total para militância de comunidades, eu fui da Amaba (Associação de moradores do bairro América e adjacências), trabalhei no projeto Recriart, em 1994 a 1997, em uma fase que os movimentos estavam declinando por conta tá atual conjuntura do país, tiveram também algumas questões internas, e aí eu dei uma afastada novamente, passei um tempo afastada da questão dos movimentos por conta de alguns problemas pessoais. (Dayse Ramos, 2023)

Como a passagem da entrevista destaca, a militância de Dayse, como mulher negra e oriunda de comunidade periférica, proporciona um olhar ampliado sobre as lutas sociais e as transformações. Não cabendo apenas focar em um aspecto da militância, mas na luta de toda uma população vulnerável pela emancipação. A esse respeito, Sueli Carneiro reflete que:

A condição de mulher e negra, o papel histórico que as mulheres negras desempenham nas suas comunidades; a comunidade de destino colocada para homens e mulheres negras pelo racismo e a discriminação, impedem que os esforços organizativos das mulheres negras possam se realizar dissociados da luta geral de emancipação do povo negro (Carneiro, 2018, p.171)

Um fato interessante que a militante destaca na entrevista é que após esse período de desânimo na atuação nos movimentos sociais, foi a reeleição de Dilma Rousseff que acende uma esperança para que ela voltasse para o campo das lutas.



Uma das coisas que me fizeram voltar foi na reeleição da Dilma Rousseff, e eu tava realmente bem afastada, essa época toda do PT no poder, eu estava afastada, mas com a reeleição eu retomei, e a partir disso a gente começou a trabalhar a questão de resgatar os movimentos sociais que alguns faziam trabalhos isolados. (Dayse Ramos, 2023)

## **A ascensão dos movimentos negros em Sergipe**

Ao relembrar sua trajetória de vida e militância, a ativista perpassa por memórias sobre que trazem a sua percepção de como teria sido o surgimento das organizações negras em Sergipe. Dayse destacou a importância da UNA, um dos primeiros movimentos comprometidos com a pauta racial no estado.

Na minha fase adulta, eu não fazia mais parte do UNA, e migrei para outros caminhos, depois quando eu já dei uma retomada, já era outra configuração, já era a SACI, e eu era próxima, e houve uma época que estava muito grande a incidência dos movimentos sociais, tinha a SACI, Unegro, o CESEP, o MNU que eu também ia para as reuniões, mas também não era orgânica, não era filiada ao MNU na época, vim ser somente orgânica em 2014. (Dayse Ramos, 2023)

Sobre a participação de mulheres no movimento, ela relembra a atuação de mulheres negras no UNA, que foi quando ela viu de perto mulheres ocupando esse espaço.

A experiência que eu tenho era mais com a Gigi, que naquela época já era ativa no movimento, já fazia rebuliço na cidade, mas por mim passava por uma questão de liberdade, por isso não tive muita vivência nas atividades. Além de Gigi, outras ativistas como Selma Conceição, Rai, não lembro se Solange já era daquela época, são pessoas que eu mais tenho aproximação. (Dayse Ramos, 2023)

Ela coloca que no período da Saci, que foi posterior ao UNA, já havia mais pessoas na construção do movimento negro sergipano, e já se viam mais mulheres negras inseridas nas atividades.

Já tinham muitas atividades de mulheres, com o pessoal do MNU, tinha movimento de meninos e meninas de rua muito forte na época, foram bons tempos, extraímos muita informação, muita base, trabalhávamos nas periferias com os jovens, com as famílias, e da condição das famílias, no início dos anos 90. O projeto era financiado por uma ONG internacional, porém não me recordo o nome, e pela Sesi. (Dayse Ramos, 2023)

De forma recorrente é visto nos discursos de mulheres negras atuantes em organizações, a experiência com a machismo nesses espaços, ao ser perguntada se percebia esse comportamento nas organizações em Sergipe, Dayse afirma que sim, e ressalta que algumas mulheres fizeram enfrentamentos para ocupar espaços de liderança.

Existia, e era algo que nós camuflávamos, tinham algumas mulheres que ficavam à frente, como Roseane, Naires, Joseane, Sônia Oliveira, Vera Núbia. Tinham mulheres que ocupavam cargos de direção, as mulheres do CESEPE, naquela época já fazíamos muito corpo a corpo político, para colocar candidatura de mulheres, mas protagonismo era sempre dos homens, e quando eram mulheres, tinha pouca visibilidade. (Dayse Ramos, 2023)

A questão afetiva amorosa entre militantes (mulheres e homens negros), também era um tema difícil. Por um lado, se havia uma constatação da secundarização da atuação dessas mulheres nos espaços de militância, e consequentemente uma invisibilidade, por outro, nas relações amorosas também se davam pela via do ‘escondido’, e novamente, muitas dessas mulheres se viam desvalorizadas.

As mulheres para os homens estavam como figurantes, não era uma questão discutida, e não era deixado transparecer qualquer incomodo, para não deixar claro que havia um relacionamento com alguém do meio, porque os homens não assumiam as mulheres, então existia a questão da invisibilidade política e afetiva dessas mulheres negras”, (Dayse Ramos, 2023)

A dupla invisibilidade, constatada nessa passagem, marca esse lugar de opressão permeada por diversas camadas, o lugar afetivo dessa mulher e o lugar dela na luta por transformações e direitos sociais. A violência de gênero também era uma realidade dentro dos movimentos mistos e sindicais, conforme relata a ativista: “Por exemplo, eu sei de várias pessoas que tinham relações extraconjugais, e ficavam com as meninas do movimento negro paralelo, você não vê acolhimento, os homens agiam dessa forma, com violência verbal, moral, psicológica”. (Dayse Ramos, 2023)

### **O partido e a militância**

A educadora popular e petista faz ainda uma leitura política da abertura para maior ocupação das mulheres nos espaços quando Lula assume a presidência pela primeira vez. Para ela, foi o período de maior incidência, não só nos espaços de poder na política institucional, mas também na academia. A fala de Dayse é muito significativa, principalmente se analisarmos que foi nesse período que o Brasil teve sua primeira ministra negra, Matilde Ribeiro, que assumiu a pasta da SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial). “As mulheres tinham mais protagonismo no governo Lula, que abria debate, deu condição das mulheres fazerem mestrados, especializações, então existia essa troca”, refletiu.

Nesse sentido, se destaca também as políticas públicas que permitiram essa ampliação. No entanto, essa conquista é fruto de uma trajetória de lutas do movimento negro, destaca-se a política de cotas na educação (universidades públicas) e a Lei 10.639.

Na transição do Governo Lula para o Governo Dilma, foi uma fase que eu estava distante de tudo, acompanhava de longe, mas houveram fases bem interessantes, no ano 2000, nós montamos uma cooperativa de técnico, e até hoje ela sobrevive, mas na época foi um auge, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e tinham mulheres negras a frente desse projeto da cooperativa, tinham presidente, diretoria, conselhos, formado por mulheres, agregando emprego para várias pessoas, melhorando a economia, teve muita estrutura. Tiveram outras ações isoladas também do movimento negro. (Dayse Ramos, 2023)

A entrevista com Dayse Ramos trouxe vários aspectos muito presentes na vida de mulheres negras e militantes, os percalços em seguir no ativismo, os cuidados com a família e a maternidade e a luta incansável pela sobrevivência. São realidades que nem sempre são acolhidas no interior das organizações do movimento negro.

Assim como algumas das entrevistadas nessa pesquisa, Dayse teve seu início na militância marcado pelo ativismo na comunidade em que viveu, na associação até conhecer outros espaços de organização social.

Seu relato sobre sua caminhada, fica evidente como Dayse sempre concatenou a educação em suas atividades na militância, demarcando a importância da educação para a luta racial e vice-versa.

Apesar dos desafios, sua trajetória mostra a força da educação popular como ferramenta de transformação. Seja trabalhando com EJA e projetos comunitários, Dayse ajudou a construir alternativas de resistência nas periferias, reforçando que a luta antirracista não se dá apenas no discurso, mas na prática cotidiana de formação política e organização coletiva.

## **2.7 Gigi Poetisa – Uma mulher negra em movimento**

Josineide Dantas, mais conhecida como Gigi Poetisa, é uma mulher negra de 59 anos, agente de saúde. Nascida na cidade ribeirinha de Propriá, filha de José Dantas e Maria da Conceição Dantas – pais de outros 12 filhos –, ela se define, em suas próprias palavras, como "filha de índio com negro".

Foi criada com a avó, também indígena, e que morava em uma antiga fazenda onde sua vó trabalhava. Hoje ela analisa que ali já havia um contexto, resultado do que foi a colonização. “Nasci na cidade ribeirinha, na cidade Propriá, né? Que era uma antiga fazenda. Colonização aí, né? Por incrível que pareça, negros e indígenas mais, né? Como aquela cidade era uma fazenda chamava fazenda panela, e eu nasci lá nessa cidade. Tenho 58 anos, nasci em 1965”, relata.

O período era muito difícil, principalmente para as famílias mais vulneráveis, sem acesso até mesmo a registrar os filhos em cartório. Segundo Gigi, seus pais tinham entendimentos diferentes sobre sua data de nascimento. “Naquela época, não tinha como registrar, tinha que ter dinheiro. Isso minha mãe que conta né, que muita gente não era registrada naquela época. Lá nos anos 50 e 60, ditadura militar, então tudo era pago”.

A família de Gigi era católica praticante, e Gigi cresceu fazendo parte da religião, mas desde cedo percebia as desigualdades reproduzidas também na comunidade católica.

A igreja católica era perversa né, ela dominava, principalmente nessas cidades ribeirinhas, no sertão, chegavam os belgas, né? Os belgas, os franciscanos, aqui em Aracaju têm uma influência dos capuchinhos. Então minha mãe vivia dentro da igreja católica e eu morava vizinha ao candomblé. Então eu vivia mais no candomblé do que na igreja, e era odiada porque desde os 12 anos eu já fazia muitos questionamentos, perguntava por que Maria tinha que ser branca? Por que todo mundo tinha que ser branco? Por que eu tinha que ser índia ou escrava? (Gigi Poetisa, 2024).

Ela não se enxergava como uma pessoa branca, se via como negra, mas sua família rejeitava a identidade racial, fruto do racismo da época. Para ela, essa rejeição não fazia sentido, uma vez que a maioria da população da região era negra. “Eu nunca me vi como uma pessoa branca, sempre senti muita exclusão. A maioria da população é negra, dizem que ali era uma aldeia, quilombo, onde negros e índios se refugiavam, mas era uma cidade em que as pessoas não se reconheciam como negras.”, relembrou Gigi.

Essa negação da própria identidade é refletida por autores como Frantz Fanon (2020) e Neusa Santos (2021), a busca pelo embranquecimento seria uma forma de se proteger da violência racial, da frequente sensação de subalternidade e inferioridade que eram atribuídas às pessoas negras.

Fanon, em sua obra, descreve como o colonizado internaliza a inferioridade imposta pelo colonizador, buscando se distanciar da negritude para ser aceito. Neusa Santos, por sua vez, evidencia como o racismo opera subjetivamente, levando muitas pessoas negras a negarem sua identidade como forma de evitar a marginalização.

A contradição entre viver em um território majoritariamente negro e, ao mesmo tempo, não se reconhecer como tal, demonstra o impacto do racismo na construção da subjetividade e na identidade racial dos indivíduos. Essa negação não acontece por acaso, e sim é resultado de séculos de exclusão e violência que fazem com que a branquitude seja vista como um ideal de status e pertencimento.

Aos 12 anos, Gigi começou a perceber que não fazia sentido essa negação de sua família, porque se por um lado ela não poderia afirmar que é negra, por outro ela sofria preconceito na igreja ao ser acusada de contaminar os colegas com piolho. O ambiente escolar também foi um espaço hostil vivenciado por Gigi, a separação feita em sala de aula por cor e o tratamento rude despertou nela uma revolta durante a infância e adolescência.

E aí vem a questão da rebeldia né? Porque quando você se torna uma pessoa que é excluída nos espaços, aí você passa a ser rebelde, aí vem essa questão histórica mesmo, então minha infância foi cheia do que as pessoas hoje dizem que é bullying né? Minha infância foi muito perversa. Uma coisa que eu percebia em sala de aula, é que de um lado ficavam as meninas e meninos mais claros, e do outro lado as pretas, as escurinhas sentadas com as escurinhas.(Gigi Poetisa, 2024).

### **A Militância**

Gigi iniciou sua caminhada na militância através de sua irmã mais velha, hoje professora aposentada, e de sua amiga Vera Villar, também de Propriá, e que para ela era uma referência. “Eu entrei na militância mesmo através de minha irmã, imagine, através dela e de Vera Villar. Eu com 16 anos, Vera alguns anos mais velha, você sabia que lá tinha o CSU, e Vera Villar era monitora do CSU, e eu era adolescente militante.”, colocou Gigi.

Foi também nesse período os primeiros contatos de Gigi com o movimento negro, seu primeiro espaço de luta em defesa da população negra foi o Grupo Consciência de Consciência Negra. Ela contou que militou no primeiro do Grupo de Consciência Negra na sua cidade, fazendo a militância nos bairros. “A gente não tinha tecnologia, mas existiam as revistas, as revistas informativas, que circulavam e sempre tinha algumas pontuações sobre essas questões identitárias”, explica.

Inquietava Gigi a questão da intolerância religiosa, então, segunda ela, iniciou rodas de conversa dentro das escolas através dos Centros Cívicos, nesse período as atividades também ocorriam em Aracaju, e foi a partir daí que ela conheceu outras pessoas que militavam nos movimentos sociais. “Tinha encontro dos jovens em Aracaju, e os municípios iam, aí eu participava, foi quando conheci Edvaldo Nogueira, Jocineide Dantas...eu cheguei em Aracaju em 1983.”, relata.

Através das Pastorais, diversas pessoas se encontravam para reivindicar seus direitos. “Existia a Pastoral da Juventude da igreja, e eu fazia parte, e era o único lugar que a gente conseguia se rebelar. Existia a pastoral da terra, que foi onde conheci Zenaide, Vera Villar fez parte da Pastoral da Terra, que hoje é o MST (Movimento Sem Terra)”.

A militante relata que era feito um mapeamento das pessoas que faziam parte da pastoral, e a maioria eram pessoas negras que buscavam esse espaço para se organizar e lutar por seus direitos. A maioria delas desempregadas e vivendo diversas dificuldades de acesso aos direitos básicos. “E por que entram nas Pastorais? Porque estão desempregadas, porque querem reivindicar alguma coisa, e no final da Ditadura Militar, final não né? Porque acaba em 89, mas em 81 ainda era muito perversa, era Governo de João Figueiredo, e ele era muito carrasco, muito perverso.”, reforça.

### **A importância de Irmã Odete na formação política de Gigi**

Esse capítulo da trajetória de Gigi Poetisa traz uma informação fundamental para pensar a trajetória das militantes negras em Sergipe. Através da igreja, mesmo com as contradições existentes, a militante se fortaleceu ao encontrar outras pessoas negras que também estavam buscando se organizar coletivamente.

Aí a gente começa a se organizar dentro das Pastorais, na igreja, e aí com a chegada de uma irmã, que veio, uma irmã Marista, que era africana, foi aí que começou a minha militância de fato. O nome dela era Odete, dentro da Pastoral fazíamos estudos bíblicos, trabalhos comunitários etc. E quando conheci Irmã Odete, Eu, Zumbaré e Vera Villar somos tudo crias dela, e foi aí que eu fui entender a militância de fato como mulher negra, identitariamente negra, africana, foi graças a essa irmã. Ela era do Zaires, em seguida conheci Catimbó, que também era da Pastoral e africano. Eles levaram a África para dentro da Pastoral, isso lá por meio de 82 e 83. (Gigi Poetisa, 2024)

Nos próximos sub-capítulos da tese trataremos da história de Irmã Odete, ela que foi lembrada por duas militantes, Vera Villar e Gigi Poetisa. Para Gigi, a freira era africana, mas, na verdade, ela é natural do interior de São Paulo.

Irmã Odete tinha 1,90 m, era negra, e aí ela começava a falar como tratavam ela dentro da igreja, e ela como freira, mas sempre colocavam ela pra trocar o bujão, os trabalhos pesados sempre a colocavam, ela não tinha privilégio nenhum dentro da igreja, e ela começa a falar isso pra gente. (Gigi Poetisa, 2024)

Gigi era provocada por Odete a refletir a sua realidade enquanto mulher negra, segundo a militante. “Aí ela dizia assim, Gigi, me conte, como você entra no mercadinho? Você já foi abordada? Então ela me provocava. Essa formação, como mulher negra mesmo, começou dentro da igreja, dentro da Pastoral da Juventude, e fizeram parte desse Projeto, eu, Zumbaré e Vera Villar”. Gigi explica que foi a Irmã Odete que trouxe essa ideia, e que ela juntamente com Valdilene (já falecida), Zumbaré e Vera Villar funda o Grupo União e Consciência Negra em 1983, em Propriá.

Odete não apenas incentivou a juventude negra de Propriá, como também contribuiu para a estruturação do movimento, conseguindo enviar representantes para o 1º Encontro de Negras e Negros em Goiânia.

Teve o 1º Encontro de Negras e Negros do Brasil, em Goiânia. Irmã Odete compra a passagem de Vera Villar que era a única com 18 anos, para ir para esse encontro. Depois teve um em Recife, esse eu fui, e é quando a gente conhece Abdias, nesse encontro em Recife. O nosso grupo foi o primeiro de Sergipe, não tinha outro movimento negro na época. (Gigi Poetisa, 2024)

Gigi passa no vestibular para cursar Educação Física na UFS, aos 17 anos. Ela vai morar em Aracaju, e é nesse período que ela conhece outras pessoas que militavam no movimento negro, é também nesse momento que ela conhece e ingressa no UNA (União dos Negros de Aracaju).

Nessa época, foi quando eu conheci o UNA – União de Negros de Aracaju, aliás, antes disso conheci Irvan e Saci, e eles tinham o Quilombo, naquele morro ali que ainda não era o Centro de Criatividade, e comecei a fazer militância ali, pegar as meninas para fazer capoeira, era através da cultura que a gente trazia o povo. Conheci Rai (Raimunda Andrade), e aí a gente começa a fazer a militância. Eu, Rai, Solange...mas eu não transitava só no UNA, eu fazia mais trabalho de base porque era o meu perfil, que eu vinha do movimento eclesial, da igreja. O UNA é fundado em 1983, tem registro e tudo. E aí mulheres não tinham voz dentro do UNA, e eu quebrava o pau. (Gigi Poetisa, 2024)

O relato de Gigi se assemelha a muitos outros relatos de mulheres negras na militância do movimento negro misto, onde muitas vezes prepondera as decisões

masculinas e a contribuição de mulheres negras é invisibilizada. Essa invisibilização da atuação de mulheres negras é um tema desenvolvido dentro do feminismo negro, que denuncia a marginalização das mulheres dentro de espaços políticos e sociais que, teoricamente, deveriam ser inclusivos.

O trecho também destaca a importância das estratégias culturais e comunitárias na organização política, como a capoeira e o trabalho de base, que foram ferramentas fundamentais para a mobilização da população negra. Além disso, a menção à militância oriunda do movimento eclesástico ressalta o papel da religiosidade como um dos pilares históricos na organização política das mulheres negras.

Esse cenário dialoga diretamente com a necessidade de uma abordagem interseccional na análise do movimento negro, considerando as dinâmicas de gênero dentro da luta racial. Muitas mulheres negras, como Gigi, tiveram que "quebrar o pau" para conquistar espaços de fala e decisão, o que reforça a importância de se registrar e valorizar essas trajetórias para que não sejam apagadas da memória coletiva.

Gigi também frequentou outros grupos de militância negra, como ela coloca:

Nessa época, eu me junto com Júlia Ban, mulher negra, que era lésbica, e Bobinho, e a gente funda o Bantos. Esse foi um movimento que desenvolvemos mais no Bairro América, principalmente ali na Praça Franklin Roosevelt. Porque eu já era da Amaba, eu dava oficina de teatro. (Gigi Poetisa, 2024)

Segundo ela, não foi possível permanecer muito tempo no UNA, pois ela se sentia julgada, como se não conseguisse militar de forma séria. A julgavam pelo seu jeito mais irreverente.

Nos anos 80, a pauta de mulheres negras, nós levantávamos quando éramos impedidas de falar. Nós ousadamente, com Izabel do samba (Izabel Nunes), Lindalva Bastos, começamos a convidar as mulheres do axé para entrar. A mãe de Júlia, e aí essas mulheres entram no movimento e começam a defender as pautas de mulheres negras. Inclusive o Encontro que ocorreu em Pernambuco, eu ainda não tinha filho, e Izabel foi escolhida para ser nossa representante na plenária. Tinha Tereza Cristina, que faleceu, irmã de Regina...e aí a gente consegue fazer algumas ações, estávamos circulando em movimentos mistos, onde muitas vezes não tínhamos voz. (Gigi Poetisa, 2024)

### **A arte como ferramenta de luta**



Gigi colocou diversas vezes que a sua militância era desenvolvida com através da arte, e a arte também pode ser uma forma de politizar as pessoas. Após se casar, ela decide se afastar por um período do ativismo para se dedicar a família.

No entanto, uma amiga a convida para desenvolver oficinas com a juventude, e Gigi decide retornar à militância. “Com as meninas fazíamos dança afro, com os meninos capoeira. Era uma forma de aproximar, para então fazer o debate de raça. Por meio da cultura a gente trazia pra esse debate”, pontuou Gigi.

Gigi destacou um incômodo que sempre sentiu, de preconceito contra os ativistas negros que traziam a discussão racial por meio da cultura. “Eu tenho uma crítica muito grande quando só colocam dona Nadir e a população da Mussuca como só cultura, como se não tivessem nada a ensinar. Como se aquelas mulheres não pensassem, como se não tivesse conhecimento, não tivesse vida, como se ela não levasse a cultura como uma ferramenta revolucionária”, enfatiza.

Sueli Carneiro (2018) vai refletir que o descrédito que parte da militância política dá aos e as militantes negras ocorre devido a um olhar limitante das formas de atuar no enfrentamento ao racismo e ao apagamento identitário. Para ela, o ativismo cultural é fundamental na formação política da população negra e na preservação da memória e identidade do negro no Brasil.

### **Mulheres Negras na política partidária**

Gigi destaca as dificuldades enfrentadas por mulheres negras na política partidária, especialmente no Partido dos Trabalhadores (PT), onde a presença feminina já era limitada, e a de mulheres negras, ainda mais restrita. Ela menciona que, apesar dos esforços para fortalecer a participação política dessas mulheres, a representatividade era escassa. Um exemplo disso foi a eleição de Rosângela como a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Aracaju, embora sua atuação tenha sido dificultada pela violência política e pela falta de apoio interno, levando-a a focar em pautas simbólicas, como datas comemorativas.

Gigi também relembra que, naquele período, já se discutia a importância do ensino sobre a história da África nas escolas e que ela e Maria do Céu levantavam debates sobre anemia falciforme, mesmo antes de atuarem na área da saúde. Ela ressalta que muitos companheiros negros do movimento buscavam informações sobre cultura com ela, mas raramente a convidavam para ocupar espaços de fala.

Além disso, menciona que a única pessoa que poderia oferecer algum apoio, Conceição Vieira, nunca se reconheceu publicamente como mulher negra.

### **Atuação no MNU**

Gigi compartilha sua experiência no Movimento Negro Unificado (MNU) e destaca que o movimento só conseguiu se organizar efetivamente após a ditadura, em 1989. Ela ressalta que os negros também foram vítimas da repressão, mas suas histórias foram apagadas. Segundo ela, enquanto os brancos eram perseguidos e mortos, os negros sequer podiam se manifestar sem correr risco de vida. “Eu estive em uma atividade da OAB sobre a ditadura, na Comissão da Verdade, e não há registros dos negros que lutaram. E por que não há registros? Porque os negros eram executados, mortos na ditadura militar, desapareciam. Não éramos nem considerados gente, nem seres humanos. Imagina um preto fazendo revolução?”

O Movimento Negro Unificado chegou a Aracaju por volta de 1999, trazido por Carlos Augusto e sua família, além de outras lideranças como Geilza e Geilma. No entanto, o movimento sempre teve mais força nas regiões Sul e Sudeste. Na Bahia, ganhou destaque com figuras como Bujan e Vovô.

Gigi relembra a visita de Vovô a Aracaju, ocasião em que ele buscou informações sobre as articulações do movimento negro no estado. Além disso, menciona que sua trajetória já foi tema de reportagens em uma revista africana, mas enfatiza que, para ela, esse reconhecimento não é o mais importante.

A sua entrevista consegue unir pontos fundamentais para a compreensão da trajetória da luta de mulheres negras sergipanas organizadas nos movimentos sociais. Inicialmente ainda jovem em Propriá, foi o trabalho da Pastoral que a captou para pensar as lutas e justiça social e posteriormente outras articulações com pessoas negras, revelando o potencial da articulação em rede.

Mesmo comprometida com a militância e as pautas de transformações sociais, Gigi sempre se manteve fiel a sua postura mais libertária, e nunca aceitou as regras e padrões impostos.

A arte para Gigi, é um território político onde se contestam hierarquias, se constrói identidade e se mobiliza a comunidade. A crítica ao descrédito dado ao ativismo cultural é também uma denúncia do epistemicídio racial — a negação do saber produzido por corpos negros. A trajetória de Gigi, entre a arte, o MNU e a política

partidária, revela a complexidade da resistência negra no Brasil, que exige reconhecer a cultura como trincheira e as mulheres negras como sujeitos centrais na transformação social. Ao longo de sua trajetória, ela soube costurar a cultura e a militância, entendendo que são territórios negros.

### **2.8 Irmã Odete: Baluarte da Resistência e da Luta Negra**

Irmã Maria Odete é uma mulher negra, de 80 anos, freira, ativista, nascida em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, em uma família de origem humilde. Encontrou na religiosidade não apenas seu caminho espiritual, mas também uma força para a transformação social. Sua trajetória ganha destaque na pesquisa por meio de entrevistas com outras ativistas, que destacam sua luta e inspiração na comunidade.

Após os indícios de sua atuação, que se confirmaram nos registros encontrados no jornal A Defesa, produzido pela Diocese de Propriá, foi fundamental para se debruçar nessa trajetória. Um deles trazia como referência a entrevista com uma freira que também foi militante do movimento negro. A irmã Odete. A entrevista foi realizada em 1986, alusiva ao 20 de novembro.

Com o título “Consciência e Libertação do Negro”, o texto inicia falando da importância da data como um momento de reafirmação da identidade racial e da autocrítica em relação ao embranquecimento que a população negra vive, fruto do racismo.

Odete participa há 5 anos do grupo “União e Consciência Negra” e já traz em sua fala o problema da ausência de histórias como a de Zumbi nos livros didáticos. Segundo a freira “os livros didáticos contribuíram para o esquecimento de Zumbi e da luta dos negros, porque a história é sempre contada a partir do opressor e não do oprimido” (Odete, A Defesa, 1986, p. 4)



**Figura 2. edição do Jornal A Defesa – 1986, entrevista com irmã Odete no dia da Consciência Negra. Fonte: Acervo da UFS (online)**

Cabe ressaltar que o olhar de Odete trouxe uma pauta que na atualidade é uma das conquistas mais importantes do movimento negro, que é a importância de se conhecer e estudar a história da população africana e afro diaspórica, atualmente materializada através da Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Essa lacuna ou invisibilidade sobre a história de luta da população negra a partir da perspectiva de pessoas negras se assemelha ao que Beatriz Nascimento (2021) refletia em seu artigo "Por uma história do homem negro".

A historiadora faz uma crítica sobre como a produção da história sobre o negro foi feita a partir do olhar de pessoas brancas, como acadêmicos brancos que tem ao longo dos anos escolhido o negro como objeto de pesquisa, muitas vezes incorrendo em construções estereotipadas.

Para Nascimento (2023), seria urgente a história do negro sendo contada por quem a vive. "Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando." (Nascimento, 2023, p. 45)

Com isso, a intelectual pontuava que a história do negro não poderia ser limitada a ser entendida no período escravocrata por exemplo. Que era importante ir

além, entender outras experiências e vivências. Outra crítica e análise trazida por Odete foi em relação a representação das pessoas negras na mídia. Ela exemplifica trazendo a novela “Sinhá Moça”, que nas palavras dela “Teve uns lances de branco que precisavam de uma reflexão. Nunca apresentou o negro como senhor de sua história, o branco é que aparece como libertador do negro”.

Com essa fala Irmã Odete aborda a principal questão da crítica que Beatriz Nascimento (2023) já fazia, da distorção da história da população negra quando é contada pela perspectiva do branco. A mídia, nesse sentido, cumpre o papel de difundir essa ideia, mesmo que através de produções fictícias, mas que se propõe a representar um período da história do Brasil, e ao representar colocando que as pessoas negras escravizadas foram salvas por pessoas brancas, esvazia a história de luta e resistência dessa população frente à uma das experiências mais nefastas no mundo, a escravidão.

Um ponto alto da entrevista com Irmã Odete é a fala sobre a importância de as pessoas negras estarem organizadas em movimentos sociais, ela traz como exemplo o Movimento Negro Unificado (MNU) e o movimento do qual ela faz parte, Grupo União e Consciência Negra.

A experiência da chegada a Sergipe marcou um ponto fundamental na trajetória religiosa e social de Irmã Odete. Sergipe foi seu primeiro campo de atuação dentro da congregação, representando um desafio. Sua formação ocorreu em Belo Horizonte, Minas Gerais, e o impacto da mudança para o sertão sergipano foi intensificado pelo período de seca extrema que encontrou ao chegar. Posteriormente, enfrentou também uma grande enchente, o que lhe causou certo receio. Ainda assim, conseguiu permanecer na localidade, vivendo no sertão e estabelecendo uma relação próxima com as mulheres sertanejas.

Durante essa vivência, observou de perto as dificuldades enfrentadas pelas mulheres do sertão, especialmente no acesso à água. A comunidade na qual estava inserida se envolveu em movimentos de apoio, auxiliando na preparação da terra para captar e armazenar água. Esse contato direto despertou nela uma consciência social mais profunda, especialmente em relação à questão racial e à necessidade de promover a conscientização entre as mulheres com quem convivia. A partir desse envolvimento, buscou incentivar essas mulheres a não apenas reconhecerem a

duresa da realidade em que viviam, mas também a adotarem uma postura ativa frente a ela.

A chegada a Sergipe ocorreu por volta de 1982, no início dos anos 1980. Até então, não havia tido contato direto com movimentos negros organizados, mas já possuía uma percepção aguçada da condição da população negra, resultado de experiências anteriores, incluindo seu trabalho como empregada doméstica antes de ingressar na vida religiosa. Foi por meio de leituras e interações que começou a aprofundar sua compreensão sobre as dinâmicas da negritude no Brasil.

### **Religiosidade e militância negra**

Irmã Odete conta que seu primeiro contato com organizações do movimento negro deu-se por meio de interações com pessoas de fora do estado, incluindo outras irmãs negras dentro da congregação. A partir dessas relações, começou a participar do movimento pela consciência negra. Sua congregação permitiu que se engajasse nessas atividades, o que possibilitou sua inserção em espaços de mobilização e articulação. Com isso, passou a integrar encontros de âmbito nacional, estabelecendo conexões com outras religiosas e religiosos negros.

A participação nesses eventos inicialmente não encontrou resistência dentro da congregação, pois houve um diálogo prévio com as demais irmãs, que compreenderam sua motivação e a liberaram para se envolver com a causa. Assim, teve a oportunidade de viajar a diferentes localidades para representar a organização em encontros e debates, com destaque para eventos realizados em São Paulo e Goiânia, onde sua participação foi recorrente.

A religiosa lembra que à medida que seu engajamento aumentava, surgiram desafios financeiros. Com a ampliação dos convites para comparecer a diversos eventos, passou a sentir a limitação de depender exclusivamente do suporte da congregação para viabilizar essas deslocações. Diferentemente de outras congregações que liberavam recursos para suas integrantes participarem de atividades militantes, a sua apresentava restrições que dificultavam a continuidade desse envolvimento sem a necessidade de buscar outros meios de financiamento.

Em Sergipe, seu engajamento foi fundamental para a adesão de outras pessoas ao movimento negro. Sua atuação no estado a tornou uma referência nesse campo, contribuindo para a formação de grupos e articulações locais. Posteriormente,

sua atuação se expandiu também para a Paraíba, ampliando ainda mais sua trajetória na luta pela consciência e valorização da população negra.

O último convite que recebi foi para um evento no Maranhão, que representava o local mais distante ao qual fui chamada. Apesar de já possuir os recursos financeiros para a viagem, senti a necessidade de discutir essa decisão com a congregação. Nesse momento, percebi que seria difícil continuar participando ativamente do movimento e, assim, optei por encerrar minha atuação direta. (Irmã Odete, 2024)

Segundo a freira, um apoiador chegou a oferecer ajuda financeira para que ela seguisse, mas devolveu o valor, pois compreendi que a continuidade da presença dela nos encontros estava se tornando cada vez mais complicada.

Nos encontros de consciência negra, não havia distinção religiosa entre os participantes. Independente da origem ou crença, a aceitação era ampla, o que nos permitiu transitar por diferentes espaços, como os terreiros de candomblé. “Participamos de um evento em Salvador, onde permanecemos por alguns dias com um grupo de terreiro. Essa experiência nos ajudou a aprofundar conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e fortalecer nossas perspectivas dentro do movimento negro”.

Irmã Odete fala que nesse período foram promovidos encontros inter-religiosos para trocar experiências e refletir sobre a melhor forma de apoiar as comunidades negras e suas práticas espirituais, para ela, essa era uma oportunidade fundamental de se aproximar com as raízes da população negra.

Sua atuação esteve concentrada na região do Baixo São Francisco, no sertão sergipano. O receio de abordar diretamente as questões raciais era comum, e muitas vezes ela utilizava estratégias sutis para introduzir o debate. “O movimento negro, por exemplo, era mencionado de maneira cuidadosa, evitando confrontos diretos. As manifestações culturais, como o canto e a música, eram formas iniciais de expressão, permitindo que o discurso fosse aos poucos incorporados sem causar choque”.

Além disso, a forma de se vestir também era uma estratégia de identificação e resistência. “Sempre apreciei roupas compridas e rodadas, acompanhadas de arranjos, coloridas”, revela Odete.

As atividades desenvolvidas na região do Baixo São Francisco incluíam ações que, de maneira indireta, abordavam a questão racial. Celebrava-se, por exemplo, o Dia de Zumbi dos Palmares e outras datas significativas, mas sempre associadas a

elementos religiosos ou culturais para evitar reações negativas. A experiência em outras localidades reforçou a importância dessas estratégias.

No Maranhão, por exemplo, a festa de São Benedito era um espaço onde a cultura negra se manifestava de forma vibrante. Para Odete, o momento de celebração religiosa proporcionava um ambiente mais favorável para a discussão sobre identidade negra, pois era uma tradição amplamente aceita pela comunidade. Quanto ao acesso a leituras e discussões mais aprofundadas sobre o tema racial, esses conteúdos chegavam por meio de grupos de coordenação e de amigos que traziam materiais para debate.

No entanto, o processo de assimilação dessas ideias e sua difusão exigiam cautela, para evitar resistências. No período final da ditadura militar, que se estendeu até a década de 1980, a repressão política influenciava a forma como os temas eram tratados. Porém, a questão racial enfrentava barreiras que iam além do regime autoritário. O contexto social e político da época era fortemente marcado pelo coronelismo, especialmente em estados como Sergipe. Havia uma forte influência das estruturas de poder tradicionais, o que tornava ainda mais desafiador o desenvolvimento de movimentos de conscientização, especialmente no que dizia respeito às questões raciais.

Um dos instrumentos que ajudavam na circulação de informações e na formação política era um jornal comunitário. O jornalzinho, como era chamado, era distribuído regularmente e utilizado como uma ferramenta para fortalecer os debates e manter os integrantes do grupo informados. Nos encontros, as notícias publicadas eram discutidas, e as informações circulavam também por meio de pequenos grupos que se organizavam para compartilhar o conteúdo. Essa estratégia era fundamental, sobretudo porque muitas vezes o acesso à informação era limitado.

A participação infantil também era uma característica importante das atividades do grupo. As crianças se envolviam com entusiasmo nas atividades propostas, principalmente aquelas que envolviam canto, dança e outras formas de expressão artística.

A trajetória de participação no movimento foi intensa, mas também desafiadora. Quando surgiu a oportunidade de integrar a coordenação do grupo, houve uma reflexão sobre as dificuldades inerentes a essa responsabilidade. A coordenação



demandava encontros extras e uma dedicação maior, o que gerava um conflito pessoal, especialmente porque Irmã Odete também tinha compromissos religiosos.

A relação entre a consciência negra e a vocação religiosa foi um dilema enfrentado por algumas participantes. O receio de que a militância pudesse ser vista como uma escolha excludente dentro do espaço religioso fez com que algumas decisões fossem tomadas com cautela. No entanto, a participação no movimento foi uma experiência transformadora, proporcionando um despertar para questões raciais e fortalecendo a identidade negra.

### **Referências negras na Congregação**

O movimento contou com o apoio de diversas pessoas ao longo de sua trajetória. Entre elas, destacam-se irmãs da Congregação, como a irmã Júlia e a irmã Benedita, que desempenharam um papel fundamental no compartilhamento de reflexões e na sustentação do trabalho. Essas irmãs, provenientes de diferentes estados, foram peças-chave na formação de uma rede de apoio e acolhimento.

Além disso, a hospitalidade das integrantes do movimento também foi essencial para viabilizar a participação em encontros. Muitas vezes, as viagens exigiam hospedagem em casas de irmãs e outros colaboradores, o que fortalecia os laços entre os envolvidos e permitia a continuidade dos debates.

Por fim, essa caminhada foi marcada por desafios, aprendizados e pelo fortalecimento de uma consciência racial coletiva. A troca de experiências e o apoio mútuo foram fundamentais para a consolidação do movimento e para a formação de uma rede de resistência e empoderamento negro. Odete menciona a influência do padre Detinho, um religioso francês que atuava na região da Boca do Rio, em Salvador, Bahia. Ele teve um papel importante em sua formação, demonstrando entusiasmo e apoio às suas iniciativas, especialmente no contexto da atuação pastoral.

Um dos momentos relevantes dessa caminhada foi sua participação em um encontro, realizado em Salvador, que proporcionou uma imersão na realidade das periferias, permitindo uma compreensão aprofundada das desigualdades e desafios enfrentados pelas comunidades negras da cidade. A experiência na capital baiana foi marcante, dado o dinamismo cultural e social que caracteriza Salvador, um espaço vibrante de resistência e identidade afro-brasileira.

### **Origem familiar**

A trajetória da entrevistada tem suas raízes na cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. Filha de uma família humilde e trabalhadora, seu pai era boiadeiro e sua família paterna esteve envolvida com atividades rurais. Enquanto os irmãos do pai dedicavam-se à agricultura e ao transporte de gado, sua família nuclear era composta por quatro irmãos, dos quais um faleceu ainda na infância.

Seu chamado para a vida religiosa surgiu ainda na juventude, em Jaboticabal, São Paulo, onde havia uma forte presença de comunidades religiosas. A proximidade geográfica e o contato com as irmãs da congregação despertaram sua vocação. Aos 16 anos, deixou sua cidade natal e mudou-se para Belo Horizonte, dando início a uma jornada que incluiu passagens por Cachoeira do Itapemirim antes de se estabelecer em sua missão no Norte do Brasil.

A decisão de ingressar na vida religiosa não foi fácil, especialmente dentro da dinâmica familiar. Sua mãe, em particular, enfrentou dificuldades para aceitar sua escolha, manifestando tristeza diante da separação. No entanto, a entrevistada permaneceu firme em sua decisão, movida por uma convicção profunda em sua vocação. Seu pai, embora com resistência inicial, acabou respeitando sua escolha. Esse percurso evidencia as tensões e desafios enfrentados por mulheres que optam pelo caminho religioso, especialmente em contextos familiares em que essa escolha não é uma tradição consolidada.

Com muita emoção, Irmã Odete trouxe em seu relato, os lugares em que morou e que eram atravessados pelo Rio São Francisco, como vivem em comunidades que margeiam suas águas. A entrevistada relembra sua trajetória, marcada por mudanças e pela presença constante de espaços simples, habitados por pessoas que lutam diariamente. “Eu sou feliz. Eu sempre morei em lugar simples, assim, de povo, comunidade de povo simples, de povo que luta, que sofre. É onde a gente se sente bem ali, poder fazer alguma coisa”.

Esses lugares, para ela, sempre representaram pertencimento e acolhimento, reforçando a importância do contato direto com as comunidades populares.

A experiência como professora em Minas Gerais, especialmente em Pirapora, foi um momento de aprendizado e troca. Ela destaca o carinho e a receptividade dos alunos e das irmãs com quem trabalhou, evidenciando a solidariedade e a construção

coletiva como princípios fundamentais em sua caminhada. Essa vivência também se conecta a outros espaços por onde passou, como Xique-Xique, na Bahia, outro ponto de sua trajetória às margens do São Francisco.

A relação com o rio não se dá apenas no aspecto geográfico, mas também simbólico e afetivo. O São Francisco surge como um elo entre os lugares e as pessoas, costurando histórias de luta, resistência e pertencimento. A emoção ao relembrar essa trajetória demonstra o impacto e a profundidade dessas experiências, bem como a importância da memória na construção das identidades individuais e coletivas.

A trajetória de irmã Odete e a falta de conhecimento sobre sua atuação, tanto nos registros do movimento negro quanto nas pesquisas acadêmicas, revela a importância dessas memórias ganharem espaço e serem amplamente contadas.

o apagamento histórico de mulheres negras e militantes de base, cujas lutas muitas vezes permanecem restritas à oralidade das comunidades onde atuaram. Sua história está diretamente ligada à resistência da população negra e sertaneja de Sergipe, um povo que ainda enfrenta a falta de acesso a direitos básicos e o desconhecimento sobre sua própria identidade.

A percepção sensível da militante sobre o não reconhecimento do povo em relação a própria identidade racial, foi preponderante para trazer alguma mudança, para a autoestima das pessoas assistidas pelas ações da igreja, mesmo que para isso, Odete tivesse que ser a semente de mudança na própria igreja.

Foi justamente essa consciência sobre o racismo internalizado que levou irmã Odete a agir. Ela percebeu que muitas das pessoas assistidas pela Igreja não se reconheciam em sua negritude, fruto de séculos de opressão e exclusão. Assim, assumiu o papel de semente de mudança até mesmo dentro da instituição religiosa, trabalhando para fortalecer a autoestima daqueles que eram tratados como invisíveis. Sua luta não era apenas por assistência, mas por emancipação e reconhecimento.

Registrar e difundir sua vida é uma forma de reparação, garantindo que outras mulheres negras, militantes e lideranças comunitárias não sejam apagadas. Mais do que isso, é uma maneira de inspirar novas gerações a continuarem tecendo, como ela fez, redes de solidariedade e esperança às margens do São Francisco e muito além.

## **2.9 A docência com compromisso social – Professora Nely**

A professora Maria Nely, mulher negra, nascida em Siriri (SE), 77 anos, foi uma das primeiras pessoas negras a lecionar na Universidade Federal de Sergipe e uma das responsáveis pela inauguração do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), narrou que foi a primeira em sua família a romper um ciclo de exploração.

Minha tataravó foi escrava, minha bisavó também escrava. Eles nasceram na mesma fazenda onde eu nasci. A minha tataravó não, a minha bisavó. Minha bisavó já era brasileira. A minha avó, minha mãe e eu. Então, são cinco mulheres. E eu fui a exceção. Uma exceção porque fui criada por uma família. Se não fosse isso, eu seria como a maioria das mulheres da minha época. Eu nasci em 1948. E você sabe a dificuldade que é alguém que nasce na década de 40. Tudo pra mim é começo, começo, começo. Do zero pra chegar até o cem. (Professora Nely, 2024)

A fala da professora, salienta a realidade de muitas famílias negras, as dificuldades de acesso aos direitos fundamentais, e os obstáculos para a ascensão social. Nely foi criada por um dos filhos dos donos da fazenda em que sua mãe trabalhava e morava, a quem ela atribui o título de “pai de criação”.

Segundo ela relata, ele a trouxe de Siriri para Aracaju aos dois anos, em 1950, oportunizando-a estudar em boas escolas, como o Colégio Nossa Senhora Divina, onde ela começou a se destacar pela precocidade. “Entrei muito cedo. Tão cedo que tive que repetir o exame de admissão, porque eu não tinha idade pra fazer o exame de admissão. E era quieta, enjoada, brigava com as professoras.”

Aquela realidade das escolas vivida por Nely ainda na infância, ainda não era acessada por muitas pessoas negras. “Eu era uma... Então, tinham duas negras na sala. E as pessoas eram filhas de antigos proprietários de fazendas, de grandes propriedades.”, frisou.

A conclusão do curso foi influenciada por sua Tia Zuleika, que oportunizou a continuidade aos seus estudos. No entanto, sua madrinha, proprietária do engenho, não ofereceu apoio. Como consequência, Nely ingressou no Colégio Ateneu por volta de 1963. Em 1964, período inicial da Revolução, seu pai de criação, que costumava falar com orgulho de Aracaju, já havia falecido. Durante sua passagem pelo Ateneu, percebeu uma diferença em relação à sua formação anterior em colégios particulares. Embora não tivesse predisposição para a política ou para protestos, suas formas de manifestação ocorriam de maneira distinta, sem envolvimento político direto.

Desde a infância, já havia definido que seria professora e nunca teve interesse por brincadeiras tradicionalmente femininas, como brincar de boneca, preferindo

atividades como andar de bicicleta e tocar violão, apesar da expectativa de que aprendesse piano. Esse comportamento destoante dos padrões gerava estranhamento. Ao ingressar no Ateneu, um colégio misto, notou que, diferentemente de suas colegas, não tinha interesse em namoros. Com o tempo, começou a perceber que havia algo diferente do padrão, mas só compreendeu sua orientação sexual quando já era professora. Foi por volta dos 17 anos que passou a entender melhor sua identidade, algo que, naquele contexto, representava um grande desafio.

“Sapatão é sapatão, é lésbica, até os tempos era bem pesados. E em casa ninguém nem abria a boca para falar. A sociedade não aceitava. Então eu fui uma pessoa que tive que engolir muitos sapos, sabendo que eu era o que eu era.”, narrou Nely.

Essa passagem da fala de Nely, retoma a importância de analisar as opressões através de uma lente interseccional, entendendo os marcadores sociais que atravessam o sujeito. Nely tem em seu corpo a marca do gênero, da raça e da sexualidade, mulher negra e lésbica, é a perspectiva interseccional que autoras como bell hooks (2019), Kimberlé Crenshaw e Audre Lorde (2019) já refletiram. Sobre como mulheres negras lésbicas são vistas na sociedade, Lorde (2019) fala que:

Parte da necessidade de julgar mal e ignorar lésbicas negras vem de um medo muito real de que aquelas que abertamente priorizam mulheres, que não dependem mais de homens para se autodefinir, possam reordenar todo nosso conceito de relações sociais (Lorde, 2019. p.151)

Ou seja, a violência que Nely sofria por ser mulher negra e lésbica, refletia a reação de um segmento que temia perder o poder sobre aquele corpo.

Após concluir o ensino médio no Ateneu e ingressar na Universidade Federal de Sergipe (UFS), enfrentou desafios logo no início, entrando em conflito com alguns professores. Ao responder uma pergunta em sala de aula e ser corrigida, defendeu sua resposta com firmeza, argumentando que os docentes deveriam se aprofundar mais na leitura para questionar adequadamente seus alunos. Sempre teve clareza sobre sua vocação para o magistério, demonstrando desde cedo sua determinação ao simular aulas por conta própria. Na universidade, manteve essa postura, consciente de seu objetivo de se tornar professora, apesar das dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico.

Foi nesse período que os conflitos raciais começaram a surgir com mais frequência para Nely. Ao ingressar na universidade, os cursos ainda eram ministrados na rua de Campos, onde hoje funciona o Instituto Federal de Sergipe (IFS), na antiga Faculdade de Filosofia. O número de estudantes era reduzido; no vestibular, iniciaram 21 alunos, mas apenas 16 permaneceram, sendo apenas duas alunas negras: ela e Maria do Carmo, funcionária da Câmara Municipal. O restante da turma era majoritariamente branca. Durante o curso, as turmas continuavam pequenas, com cerca de oito a dez alunos, o que exigia maior adaptação dos estudantes.

No trote universitário, passou por uma experiência marcante. Foi vestida de Chapeuzinho Vermelho, e teve o corpo pintado com tinta óleo, o que dificultou sua remoção e danificou seu cabelo. Além disso, foi alvo de uma provocação pública, sendo colocada em uma faixa com uma mensagem que fazia alusão à história infantil de maneira pejorativa. A situação chamou a atenção do diretor da instituição, Dom Luciano, que interveio rapidamente para encerrar a exposição. Após esse episódio, decidiu se afastar do trote e seguiu sua trajetória acadêmica, passando a dar aulas na escola normal. “E assim que eu passei no vestibular lá, eu comecei a dar aula, porque eu precisava ganhar dinheiro. Comecei a dar aula com 17 anos e me aposentei na universidade aos 47 anos”, revelou Nely.

No espaço universitário, onde a maioria dos alunos e alunas eram pessoas brancas, a presença de Nely gerava incomodo. Era como se estivesse ocupando um espaço que não foi feito para pessoas negras estarem, um corpo negro que desafiava a ordem, a branquitude normativa da academia. Sobre o racismo institucional, Cida Bento (2022) fala que

Em um ambiente em que todas as pessoas são brancas, elas se identificam umas com as outras e se veem como iguais, membros de um mesmo grupo. Essa presença exclusiva de brancos, aliás, faz parte da realidade da maioria das organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Quando isso é rompido pela presença de uma pessoa negra, o grupo se sente ameaçado pelo “diferente”, que por ser na instituição ou no departamento a única pessoa negra, em um país majoritariamente negro, expõe os pés de barro do “sistema meritocrático (Bento, 2022, p. 73)

Segundo Nely, durante a Revolução de 1964, o tema era completamente silenciado dentro da universidade. Nenhum professor se atrevia a abordar o assunto em sala de aula, pois era proibido discutir o contexto político da época. Quando uma aluna, Dina Menezes, uma intelectual negra brilhante, questionou o professor Rabello

sobre o motivo de não tratar do marxismo, ele evitou o debate, afirmando que aquele não era o momento adequado. Dina, já formada em Serviço Social e buscando ampliar seus conhecimentos, insistiu na questão, mas a discussão resultou em sua saída do curso. Posteriormente, tornou-se professora universitária na área de Serviço Social.

Enquanto isso, a trajetória acadêmica seguiu seu curso, levando à formatura em 1969. No ano seguinte, em 1970, já estava participando do primeiro concurso público do Estado, dando início à sua carreira profissional. Sobre o concurso, a professora completou “passamos eu, Fernando Lins, Ieda, Milena, que já saiu daqui de Aracaju, e mais uns quatro, cinco professores. Eu era a única negra desse concurso.”

A questão racial só se tornou evidente para ela no momento da conclusão do curso ginásial. Criada em um ambiente familiar onde havia uma irmã negra, Nilza, nunca havia percebido diretamente situações de racismo. No entanto, ao finalizar seus estudos, foi a primeira colocada entre todas as turmas e chamada para receber uma medalha pela diretora, dona Judite.

No momento da premiação, ouviu um comentário racista vindo de alguém na plateia, questionando como, entre tantas alunas brancas, uma negra poderia ocupar o primeiro lugar. Seu pai de criação, que ainda estava vivo na época, prontamente reagiu, segurando seu braço e afirmando com firmeza que aquela negra tinha pai. Em seguida, acompanhou-a até o auditório do Ateneu, onde a medalha foi entregue. Mesmo sem compreender totalmente o peso daquelas palavras na época, sempre sentiu o acolhimento e o apoio familiar diante dessas situações.

A Professora Nely explicou que seu pai de criação, um homem branco de olhos azuis, exerceu com ela o que chamou de “política de ação afetiva”, diferenciando-a da política de ação afirmativa. Ele a trouxe para Aracaju em 1950, quando ela tinha apenas dois anos, pois era casado com sua madrinha. Apesar do carinho e admiração que sentia por ele, destacou que sua madrinha a tratava de forma muito diferente, chegando a submetê-la a situações de violência, tratando-a como uma escrava e agredindo-a fisicamente.

Desde criança, Nely se mostrava cheia de energia e personalidade forte. No entanto, tinha uma relação de respeito e obediência com seu pai de criação, com quem aprendeu muito. Ele desejava que ela estudasse piano, mas ela preferiu violão.

Foi ao seu lado que desenvolveu o gosto pela música clássica, passando longas horas ouvindo ao seu lado, além de aprender a apreciar um pouco de matemática, já que ele era militar e lhe ensinava a matéria. Seu carinho por ele era imenso, e recordou seu nome com admiração: Coronel Malfredo da Silva Marques.

A Professora Nely relatou que, embora não tenha sido frequentemente alvo de ofensas raciais diretas, enfrentou diversas formas de discriminação ao longo de sua trajetória. Comentários como "você não vai passar nesse concurso" ou "você não vai entrar nisso aqui" marcaram sua experiência, evidenciando barreiras impostas à sua ascensão acadêmica e profissional. No entanto, atribuiu sua resistência e superação a uma postura firme e confiante, destacando que, apesar de sua estatura de 1,52m — que diminuiu com o tempo —, sua presença em sala de aula ou diante de uma plateia sempre se impôs pela força de sua voz e pelo domínio do público.

Ela observou que seu conhecimento aprofundado sobre os temas que estudava causava surpresa e, muitas vezes, desconforto em determinados espaços, levando à percepção de que sua inteligência era inesperada para uma mulher negra. Como exemplo, mencionou os desafios que enfrentou para ingressar na universidade, tendo que prestar três concursos devido à perseguição e resistência contra sua entrada. A preferência institucional era por outras candidatas, como as professoras Teresinha Oliva, Maria das Praças e Ivonete Rocha, sendo que esta última conseguiu ingressar por adotar o que chamou de "política da boa vizinhança".

Além disso, lembrou que sua chegada à universidade já foi marcada por conflitos, pois entrou no vestibular debatendo com professoras, o que gerou desconforto e criou a impressão de que ela "queria saber de tudo". No entanto, destacou que sua dedicação à história era genuína, preferindo o estudo à prática de outras atividades, como aprender a tocar violão. Ressaltou, ainda, a importância da influência de seu pai de criação, Manfredo, que a ensinou a ler jornais, ampliando sua formação intelectual.

### **A negritude na universidade**

A Professora Nely relatou que sua percepção sobre as discussões raciais dentro da universidade ocorreu em dois momentos distintos: enquanto aluna e posteriormente como professora. Durante sua graduação, que concluiu aos 21 anos, o ambiente acadêmico não favorecia debates aprofundados sobre a questão racial,



especialmente devido ao contexto da ditadura militar. Ela mencionou que conversava superficialmente sobre o tema apenas com algumas colegas, como Dina Menezes e Maria do Carmo, pois não havia um espaço consolidado para essas discussões entre os estudantes.

A única exceção foi a professora Beatriz Góes Dantas, que abordava a questão racial por meio da disciplina que lecionava. Por influência dessa professora, Nely realizou seu primeiro trabalho de pesquisa em casas de candomblé, experiência que a marcou profundamente. Beatriz Góes Dantas promovia uma abordagem pedagógica diferenciada, tirando os alunos da sala de aula para vivenciar experiências diretas nos terreiros. Esse contato inicial com o candomblé foi significativo para Nely, que anos depois, já como docente, teve uma conversa com Beatriz, na qual a professora comentou que seu orixá era muito forte e que ela não precisou passar pelo ritual de iniciação, pois já havia "nascido feita".

A Professora Nely compartilhou uma experiência dolorosa relacionada a um professor, José Silveiro Leifortz, que, ao longo de sua trajetória acadêmica, a havia classificado como psicologicamente inadaptada. Ela revelou que, após se aposentar, ligou para ele e o desafiou sobre uma afirmação que ele havia feito, de que ela não ficaria dois anos na universidade. Ao receber a notícia de sua aposentadoria, ele respondeu de forma hostil, dizendo que, se dependesse dele, ela nunca teria ingressado na universidade, e o fez com um tom de raiva. "Ele disse, "por mim você nunca tem entrado, sua negrinha.""", revelou a professora.

Essa hostilidade racista revela que a presença de Nely, mulher negra e professora em uma universidade onde os docentes eram majoritariamente brancos, incomodava. A categoria de "outsider within" mobilizada por Collins (2016), se refere aos corpos marginalizados ocupando espaços acadêmicos, esse lugar apesar da violência do outro, proporciona um olhar analítico importante sobre si e sobre as relações de poder.

Dessa forma, sua trajetória acadêmica não foi fácil, evidenciando a dificuldade de ser uma mulher negra em um ambiente majoritariamente branco. Ela mencionou que, mesmo com o apoio de algumas pessoas como a professora Beatriz, a composição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), criado por ocasião do

centenário da abolição, era predominantemente branca, com ela, Dina Menezes e o professor Valdir dos Anjos sendo as exceções.

A professora Nely passou dez anos como coordenadora do NEAB, um grupo multifacetado, composto por pessoas de áreas distintas, ao total eram 11. Ela explicou que, em 1986, ela assumiu uma posição importante na universidade, contando com o apoio de pessoas como a professora Glória, que, apesar de ser branca e de classe alta, acreditava no seu trabalho e a apoiou. Ela também mencionou o apoio do Professor José Araújo, diretor do Centro de Ciências Humanas na época. Nely destacou que, durante sua gestão, foi possível realizar importantes eventos, como o Sexto Encontro de Negros, que teve a aceitação da universidade. Além disso, ela organizou um curso sobre a História do Negro em Sergipe e trouxe professores de renome, como Manolo Florentino e Luiz Motti, para contribuir com o evento.

Enquanto mulher negra na academia, a professora Nely viveu momentos de tensão por conta do racismo, mas os conflitos também se deram no âmbito do movimento negro sergipano, onde ela era discriminada por ser uma acadêmica. “O próprio movimento negro em Sergipe dizia que eu era paramilitante, entendeu? Que eu tinha sido excluída porque eu era uma negra burguesa. Ah, eu lembrei muito do momento de muita chatice”, disse.

Além dos conflitos raciais, a professora Nely precisou lidar com casos de lesbofobia dentro da Universidade, quando durante a sua aula, um aluno entrou e a acusou de estar tendo um caso com sua esposa, a situação ocorreu na frente dos alunos. Como resultado, o homem foi suspenso por 60 dias, no entanto, o episódio gerou um grande desconforto para Nely. Essa situação expõe que as opressões devem ser percebidas de forma interseccional, uma vez que diversos marcadores sociais são acionados nessa violência sofrida por Nely.

Gênero, raça e sexualidade, como coloca autoras negras brasileiras e norte americanas, como Gonzalez (2018), Crenshaw, Davis (2016), Carneiro (2018) e outras, são categorias que não devem ser dissociadas ao analisar fenômenos de discriminação. A professora Nely traz uma importante análise sobre o movimento negro sergipano, ela pontua que as práticas sexistas no interior do movimento eram frequentes e silenciavam as mulheres negras.

Eu acho que eu até tomo a liberdade de dizer pra você o seguinte. Temos um momento, nós temos uma primeira fase, que é de 1938 até 1937. Nós temos

a segunda fase, de 1937 a 1945. Nós temos a terceira fase, 64 a 78. E temos a quarta fase, 78, que é essa que está abordando aí, de 78 a 2015. E nós estamos em outra fase. É uma fase belíssima. Uma fase que as mulheres negras se assumiram ao empoderamento. Elas viram que a educação e o sexismo estão em relação muito grande. Se inspiraram na Beatriz Nascimento. (Professora Nely, 2024)

Professora Nely destacou que mulheres negras como Sueli Carneiro e Conceição Evaristo, que estavam na mesma época que ela, têm desempenhado um papel crucial, afirmando que não são apenas figuras de apoio, mas estão na vanguarda da história. Ela enfatizou a importância do matriarcado, afirmando que, apesar das dificuldades, as mulheres têm resistido. A professora ressaltou que, ao invés de dividir os papéis de gênero, é preciso compreender a transição histórica que está acontecendo. Para ela, a materialização dessa luta deve acontecer por meio do voto, o que é fundamental para o fortalecimento das mulheres na política. Ela afirma que só se começou a discutir a questão do movimento negro, de mulheres no movimento negro, a questão da violência, a partir da Lélia González e de Beatriz Nascimento, “porque elas eram os livros de cabeceira nosso. A gente lia. Temos que ter a nossa história. Porque, se a gente não escreve a história, o branco vem e ocupa o que quer.”, pontuou.

Essa fala ressalta a centralidade de intelectuais negras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento na construção de um pensamento crítico sobre raça, gênero e violência no Brasil. Ao afirmar que essas mulheres eram “os livros de cabeceira”, a fala destaca não apenas a importância de suas reflexões teóricas, mas também como elas serviram de guia para as gerações seguintes na luta por direitos e visibilidade.

A citação também evidencia a urgência da produção de narrativas próprias por parte da população negra. A afirmação de que “se a gente não escreve a história, o branco vem e ocupa o que quer” denuncia a forma como a historiografia oficial frequentemente apaga ou distorce as contribuições negras. Essa ideia está alinhada com a proposta de Beatriz Nascimento de contar a história do país a partir de um olhar negro, ou seja, de uma perspectiva que valorize as experiências, resistências e protagonismos da população negra.

A trajetória da professora Nely, mesmo marcada pelo pioneirismo ao ocupar espaços de relevância da universidade federal e ao contribuir para a fundação do

Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB), não foi suficiente para impedir ela vivenciasse os impactos do racismo institucional, inclusive entre seus pares.

### **3.0 Abrindo os caminhos – Joseanes Lima**

Joseanes Lima dos Santos, sergipana de Itabaiana e criada no Bairro América, em Aracaju, mulher negra, de 56 anos, formada em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), carrega em sua trajetória a marca da liderança e da articulação entre organizações.

Com uma vivência profundamente enraizada na coletividade, cresceu em uma família numerosa, ao lado de três irmãs e dois irmãos. Seu pai, enfermeiro, e sua mãe, costureira e empreendedora, sempre valorizaram a criatividade e a autonomia, influências que moldaram sua visão de mundo.

Desde muito jovem, Joseanes demonstrou um olhar crítico e questionador sobre a realidade ao seu redor. “O meu perfil pessoal é sempre de crítica. Eu olho para mim e para o contexto ao meu redor”, afirma. Sua paixão pela leitura surgiu cedo, apesar das limitações financeiras. Com o incentivo dos pais, que também apreciavam os livros, encontrou na literatura uma ferramenta para ampliar sua percepção de mundo.

Na pré-adolescência, começou a questionar os padrões impostos às mulheres negras, especialmente a pressão pelo alisamento do cabelo e as normas de vestimenta. “Sempre me senti desconfortável com essa exigência de me encaixar em padrões que não dialogavam comigo. Nunca fiz questão de me inserir neles”, relembra. Esse inconformismo, aliado à sua capacidade de articulação, marcou o início de sua militância, orientando sua trajetória de luta e resistência. “Uma coisa que eu me sentia muito desconfortável fazer parte daquele padrão que aí depois assim até o próprio corpo também a forma que era colocado que a gente tinha que se vestir, eu nunca fiz questão de me inserir nos padrões”, destacou.

Essa rejeição dos padrões estéticos impostos pela sociedade já sinalizava em Joseanes uma autodefinição enquanto mulher negra, e o orgulho de seus traços, não se deixando sucumbir pelo ideal de beleza branco. Sobre esse processo de autodefinição por mulheres negras, Collins enfatiza que:

Quando nós mulheres negras, nos autodefinimos, rejeitamos claramente o pressuposto de que aqueles em posição de autoridade para interpretar nossa realidade têm o direito de fazê-lo. Independentemente do conteúdo real das

autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos. (Collins, 2019, p. 206)

E essa parece ter sido a escolha de Joseanes desde a infância, uma definição positiva de si. Ainda na escola, Joseanes sempre se mostrou interessada em tudo que era oferecido, sede de aprendizado, fez macramê, violão, volleyball e o que surgisse. Foi nessa época que despertou o gosto pela leitura, poeiras, Clarice Linspector, Machado de Assis e outros.

Quando foi ficando maior, na adolescência, ela quis muito buscar um emprego para ter sua autonomia, apesar de sua mãe argumentar que não era necessário. “Nesse período eu quis buscar um trabalho, apesar de minha mãe dizer que não precisava, mas eu queria. Depois de perceber as condições do trabalho eu saí. Em 1993 eu passei no vestibular da UFS para letras francês”.

Foi o seu ingresso na UFS que permite que ela se envolva com os movimentos estudantis. “Antes disso, em 1988, no centenário da abolição, o Brasil todo estava envolvido, e o UNA estava envolvido, eu estava dentro do UNA, junto com Carlos Alberto e Carlos Trindade”, relembrou a militante.

### **Seu ingresso no UNA (União de Negros e Negras de Aracaju)**

Assim como muitas militantes de sua época, Joseanes teve contato com organizações do seu bairro e com grupos dentro da igreja. No entanto, ao presenciar algumas contradições, percebeu que o trabalho realizado ali não era suficiente para enfrentar as desigualdades.

“Antes do UNA, entrei na associação do meu bairro, a AMABA, onde realizava trabalhos com meninos e meninas em situação de rua. Também participei do grupo de jovens da igreja, mas pensava: não é possível, enquanto estamos aqui rezando, as desigualdades continuam acontecendo lá fora”, questionava.

Para ela, era necessário atuar de forma concreta junto às pessoas. “Como não encontrei esse espaço na igreja, me dediquei à AMABA no trabalho com crianças e adolescentes”, completou. Foi em uma reunião da AMABA que Joseanes conheceu os membros do UNA, incluindo Carlos Trindade e Carlos Alberto. Trindade era o presidente do CESEP. Ela disse que Trindade realizou uma oficina pelo CESEP, no bairro América, sobre identidade negra. “Havia outras pessoas do movimento negro, como Djenal Nobre, que já é falecido. Após a oficina, Trindade me convidou para

integrar o UNA e, a partir daí, começamos a nos consolidar enquanto grupo político”, explica.

Joseanes destaca que o UNA possuía uma forte base de formação política, com leituras aprofundadas sobre questões raciais. “Em 1993, realizamos um seminário para discutir a situação da mulher negra em Sergipe, com a presença de Valdecir Nascimento, militante negra de Salvador, e Hildete Pereira, de Pernambuco, entre outras”, relembra.

Segundo ela, o evento foi organizado por um grupo de mulheres negras e recebeu o nome Seminário de Mulheres Negras, Mestiças e Pobres. Aconteceu no Centro Histórico, próximo à Catedral. “Valdecir ministrou uma oficina excelente”, acrescenta. O período narrado por Joseanes, foi um momento de efervescência das organizações de mulheres negras, após as mobilizações do centenário da abolição, a recente criação da Fundação Palmares e a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Esse contexto materializa a afirmação e Matilde Ribeiro (2022):

Pela contundência e presença de diversas ONG's e instituições de mulheres negras no cenário nacional e internacional, verifica-se que o fomento do feminismo negro brasileiro tem seu impulso e estímulo para o fortalecimento da luta organizada e visibilidade das ações em busca do enfrentamento das injustiças e vulnerabilidades sociais da população negra e em especial das mulheres negras. (Ribeiro, 2022, p. 59)

Ao ingressar no movimento negro, Joseanes percebeu a necessidade de ampliar a participação das mulheres negras no processo político. “Não podemos ficar apenas em funções secundárias, não podemos ser só secretárias. Eu não vou ser secretária de ninguém”, afirmava.



**Figura 3. Solange Elias, Joseanes Lima e Zuleide. Data: não informada.** Fonte: acervo de Carlos Trindade

As relações dentro do movimento nem sempre foram fáceis. Devido à sua postura ativa e à sua insistência em discutir política e encaminhamentos estratégicos, Joseanes enfrentou resistência por parte dos homens. “Eu decidi ocupar esse espaço, discutindo as pautas das mulheres negras dentro do movimento”, destaca.

Como colocado pela militante, não foi um processo tranquilo o de convencimento dos companheiros de que as questões de gênero precisavam ser tratadas no movimento negro, essa solidariedade não ocorreu de forma natural. Sueli Carneiro vai refletir da seguinte forma:

O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros. (Carneiro, 2018, p. 200)

Assim, a vivência de Joseanes no movimento negro evidencia os desafios enfrentados pelas mulheres negras dentro dos próprios movimentos de luta racial, onde a inclusão da pauta de gênero nem sempre foi imediata ou bem recebida. Sua determinação em ocupar espaços políticos e estratégicos reflete a resistência histórica das mulheres negras contra a marginalização dentro e fora do movimento. Como aponta Sueli Carneiro, a incorporação da dimensão de gênero na agenda do movimento negro foi resultado de uma luta contínua e necessária. Dessa forma, a experiência de Joseanes reafirma a importância da participação ativa das mulheres negras na política, garantindo que suas demandas e perspectivas sejam centrais na construção de um projeto de transformação social.

A militante explica que a realização do seminário ocorreu por meio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Em 1997, Carlos Trindade a convidou para trabalhar na Saci, um novo momento em sua trajetória ativista, no qual consolidou sua luta racial com uma forte interface com o feminismo negro. “Participei da construção do 1º e do 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras. Passei a integrar a comissão organizadora e já tinha contato com diversas lideranças do movimento de mulheres negras nacional, como Valdecir Nascimento, Jurema Werneck, Lúcia Xavier, entre outras.”

O resgate dessa memória evidencia que as mulheres sergipanas já articulavam, tanto regional quanto nacionalmente, com outros grupos de mulheres negras e com o movimento negro. Esse processo dialoga com a análise da professora Joselina da Silva, no livro *O Movimento de Mulheres Negras*, ao abordar as mobilizações que antecederam o I Encontro de Mulheres Negras. Sobre as articulações prévias, ela afirma: “Segundo o boletim produzido à época, estiveram presentes, na reunião, representantes dos seguintes estados: Sergipe, Maranhão, Distrito Federal, São Paulo e Bahia” (Silva, 2014, p.26).

Em seu relato sobre essas primeiras articulações, Joseanes lembra que, em 1992, participou do Planeta Fêmea, evento preparatório para a Conferência do Clima, o que marcou sua inserção no movimento nacional de mulheres negras. “Participei de todos os processos de Durban, incluindo o regional Nordeste, que realizamos em Sergipe, no Hotel Beira Mar. A Sueli Carneiro veio, e reunimos mulheres negras do Nordeste alinhadas com Durban”, relembra.

### **Articulações Nacionais com Ativistas Negras**

“Minha participação foi intensa. A primeira reunião da AMNB que organizei foi aqui em Sergipe. Shuma veio – uma amiga muito querida. Luiza Bairros ia dar uma palestra em Salvador, e fui até lá para assistir”, relatou Joseanes. A autora que Joseanes menciona é Maria Aparecida Schumacher, conhecida como Schuma, foi uma pedagoga e militante feminista brasileira, com vasta produção sobre as temáticas de gênero e raça no país.

Além disso, ela fala sobre ativistas históricas que ainda estão em atuação, como Vanda Machado, Regina Dami e Vilma Reis. “Temos um grupo de mulheres negras no país que reflete sobre a realidade das mulheres negras”, ressalta. Também nesse período de efervescência, Joseanes Lima foi selecionada para uma bolsa de estudos nos EUA, em Howard, por meio de uma parceria com Lúcia Xavier, do Criola. No entanto, não pôde ir, pois seu filho mais velho tinha apenas um ano de idade e não havia condições de ficar longe.

### **Trabalho junto aos quilombos**

Quando a SACI iniciou suas atividades, comecei a trabalhar com o Mocambo e acompanhei a Associação Brasileira de Antropologia, que produzia um relatório sobre a região. Durante um conflito de terras, eu estava atuando diretamente no local.



“Quando olho para trás, penso: Ogum estava lá, Exu estava lá, e eu não sabia. Era uma época de conflito armado. Eu descia na porta da fazenda e andava meia hora carregando os materiais para realizar atividades com o quilombo.” Segundo ela, havia dias em que, ao chegar, era recebida com gratidão. “Eu nunca parei para pensar. Eu simplesmente ia”.



**Figura 4. Joseanes (em pé) em atividade da Saci.** Fonte: acervo de Carlos Trindade

### **A solidão da militância feminista negra**

Na época que militava na Saci, Joseanes Lima havia tentado de muitas formas organizar um grupo de mulheres negras em Aracaju que pudesse atuar com foco na pauta de mulheres negras.

“Eu busquei companheiras para a gente somar como mulheres negras. Chamei muito, chamei demais. E aí, como nós não conseguimos formar um grupo, nós não conseguimos naquele período, e aí eu ficava muito na disputa com os caras. Disputava muito. Eu disputava muito. Eu sempre e disputei. E aí, assim, disputavam porque se não disputasse, eu ia fazer o que? Iria pra onde? Ia ser invisibilizada, né? Ia abafar e acabou. (Joseanes, 2024).

E em meio as batalhas da própria manutenção da vida e da militância, a sobrecarga também era uma realidade, mesmo que negada em muitos momentos.

Quanto a solidão, óbvio que eu sentia. Quando eu cheguei em Brasília em 2004, gente quando eu cheguei aqui eu percebi como eu estava cansada, isso

eu me dei conta do meu cansaço quando eu cheguei aqui eu passei um tempão, um tempão assim para me harmonizar. (Joseanes, 2024)

Essa solidão sentida por muitas mulheres negras, é discutida por Claudia Pacheco (2013), para a autora, não se trata apenas da relação afetiva, mas atravessa outros campos da vida, como trabalho, maternidade e até mesmo o ativismo. É a solidão da sobrecarga, advinda da estrutura da sociedade.

Antes de ficar em Brasília, Joseanes tenta reunir mulheres negras ativistas e esse trabalho dá origem a Organização Marias do Egito. “Nós organizamos algumas atividades, organizamos prêmios. assim, foi um trabalho essa ideia de fazer os prêmios. A gente se reunia na sede da SACI.”



**Figura 5. Joseanes em atividade de formação política da Saci.** Fonte: acervo de Carlos Trindade.

Essas mulheres já estavam atuando no movimento negro e em outras frentes sociais, em torno de 9 mulheres. “Nessa época já chegavam assim aqui referências tipo Lélia Gonzalez. Nós tínhamos uma relação muito próxima com o GELEDÉS, com o Fala Preta. Quando a gente acompanha... Eu acompanhei a formação do Fala Preta, que é uma organização na área de saúde que não existe mais. Acompanhamos a criação do Crioula, no Rio de Janeiro. Então, assim, tínhamos contato.”, explicou Joseanes.

Joseanes conta como ser uma militante profissionalizada da SACI contribuiu significativamente para a construção de articulações com organizações de mulheres negras de outros estados. Fala também, da relação com Shuma Shumaher, autora de mulheres negras brasileiras. “Está lá, está no livro de Shuma Também, né? Sim, a Shuma, nós organizamos o lançamento do livro dela em Sergipe, na Assembleia Legislativa.”

Para Joseanes, organizar o movimento de mulheres negras, atuar nessa frente era uma missão e escolha de vida, da qual ela nunca abriu mão.

No meu período nós não conseguimos criar um grupo, criar um coletivo. Nós, assim, nos encontrávamos com a Givalda, a Givalda, ela era do MOPS e da CMP, um grande quadro, inclusive, um quadro importante. nós tínhamos a Cleanes da Dança, que é outro quadro importante, a Lígia (Yá Lígia), no Quilombo, na formação do Quilombo, que era um grupo que estava se concentrando. Aí tinha Cleanes, tinha Lígia, tinha Givalda, tinha Gigi, tinha a Maria Júlia, que também era dança. Então, assim, você tinha mulheres na militância em espaços importantes. (Joseanes, 2024)

Joseanes aponta diversas referências de militantes negras e a fundamental atuação, mas reforça que havia uma dificuldade de consolidação do movimento de mulheres negras em Sergipe, no entanto, percebia que não era exclusividade de Sergipe.

Mas, assim, não é só uma coisa de Sergipe, depois que eu saí de Sergipe, eu vi que não era uma coisa exclusiva de Sergipe. Alagoas também, Brasília. Olha, Brasília, quando eu venho pra cá, que eu me junto com as pessoas, a gente funda a frente de Mulheres Negras do Dêbio. A Graça Santos, que é uma figura muito histórica, assim como a Vera Araújo, que hoje é ministra da TSE, da frente, a Regina Adami, que é fundadora da CONAC. (Joseanes, 2024)

Sobre o ativismo através das religiões de matrizes africanas, Joseanes fala que entende como outra forma de resistência e dinâmica, diferente dos movimentos sociais. Citou como exemplo de atuação Ya Angélica.

A lavagem da escadaria ali com a Angélica, da Senarabe. A Angélica fazia um trabalho, a Angélica tentou bastante também, a organização político-religiosa. Tentou muito, mas também foi um momento desfavorável para ela. A luta dela era, ela batalhou, ela lutou, ela conheceu todo mundo. Ela também dizia respeito à pauta, ao trabalho. Mas, assim, naquele período, as pessoas nem eram do candomblé, inclusive. Ou não usavam os seus fios de conta. Na verdade, muita gente era, mas não usava os fios de conta, como usa hoje. Não era. Todo mundo hoje é do candomblé, mas naquele período, o candomblé não era uma pauta principal. (Joseanes, 2024)

A militante enfatiza que Yá Angélica tinha um trabalho de muita luta, porque o período não era fácil para essa atuação. “Posso ter sido um pouco dura, talvez não tenha conduzido o trabalho com maior participação. Acho que poderia ter adotado

outras metodologias. Mas, afinal, o que se tem como referência para fazer tudo certo?”, questionou.

Joseanes recorda que, na universidade, havia a presença de Nelly, uma professora com quem mantinha diálogos frequentes. Ela menciona que costumava visitá-la em sua casa, onde passavam longas horas conversando e trocando ideias. Esses encontros, muitas vezes acompanhados de um momento descontraído, representavam para ela uma importante fonte de motivação, justamente pela disponibilidade de Nelly em recebê-la e compartilhar suas experiências.

Essas conversas eram fundamentais. Nelly era uma mulher que havia vivido muito mais do que eu, e sua trajetória mostrava como era difícil – e duro – permanecer fazendo aquele trabalho. Apenas nós duas sabíamos os desafios que enfrentávamos. Mas, apesar disso, ela enxergava minha determinação, minha vontade de seguir adiante, de não desistir. Acho que ela acreditava nisso, confiava. (Joseanes, 2024)

A militante recordou a atuação da professora Nelly, que em sua trajetória escreveu livros, consolidou seu espaço. “No entanto, era vista como uma pessoa muito rígida naquele período. Mas, para ser pioneira em um ambiente como a Universidade Federal de Sergipe era preciso firmeza. Não sucumbir ao racismo, que é perverso, exigia resistência. Muitas vezes, quando estamos apenas na militância e no movimento, não percebemos a profundidade do racismo estrutural. Mas, ao ocupar outros espaços, como garantir a permanência?”, completa.

Joseanes conta que desde que saiu de Aracaju, não trabalhou mais em espaços predominantemente negros. “Comecei na assessoria de responsabilidade social da Eletronorte, atuando na presidência da empresa. Depois, fui para a Câmara dos Deputados, assessorando parlamentares. Mais tarde, passei a integrar a coordenação da bancada feminina da Câmara, em um trabalho bastante interessante. Janete me acolheu em Guarulhos. Em seguida, fui para a Secretaria da Mulher, onde tive a oportunidade de contribuir na construção da Marcha Nacional de Mulheres Negras em 2015.”

A ativista relata que, ao longo de sua trajetória, sempre levou as pautas de gênero e raça para os espaços que ocupou, mantendo-se ativa em todas as frentes de atuação. Ela menciona que, na fundação da Frente Nacional de Mulheres Negras do Distrito Federal, a questão racial esteve no centro de suas ações.

No mestrado, a pesquisadora escolheu investigar seu próprio terreiro, o Terreiro Filhos de Obá, do qual faz parte. Segundo ela, sua dissertação teve como objetivo compreender a visão dos filhos sobre si mesmos, uma tarefa que lhe foi confiada pelos ancestrais da casa. Ao longo do tempo, diversas interpretações externas foram feitas sobre essa comunidade, muitas delas não condizentes com o pensamento do terreiro. Diante disso, ao ingressar no mestrado, solicitou a autorização do coletivo para desenvolver a pesquisa, o que lhe foi concedido.

Seu estudo buscou aprofundar a epistemologia do terreiro, analisando as formas de pensamento e organização que estruturam essa tradição. Embora ainda não saiba como sua pesquisa será incorporada à história do terreiro, ela acredita que já se tornou parte desse conhecimento coletivo. Além disso, destaca que outros membros da casa seguiram contribuindo para essa construção acadêmica, com pesquisas sobre a arquitetura do espaço e sua comunicação, ampliando e complementando a produção de saberes.

Ela também fala sobre como a sua ancestralidade impulsionou a sua trajetória de vida. “E aí, assim, a minha vida... Eu tive essa sorte, né? De nascer com essas missões. Mas eu tenho mais... Eu tenho uma característica, assim. Eu, como mulher de Ogum, sou filha de Ogum, eu paro e escuto. Eu não faço nada sem parar. escutar. E isso é sobre as nossas escolhas. Você tem que... Especialmente nossos negros. Então, assim, eu paro e escuto. Então, e a gente precisa estar sempre com passos e esses passos, eles precisam de alguma forma abrir caminho. Eu tenho 56 anos.”

Aos 56 anos, recorda o dia em que foi homenageada no Teatro, em Brasília, durante o lançamento do livro de Shuma. Inicialmente, relutou em participar do evento, mas, ao longo da noite, percebeu a importância daquele reconhecimento.

Além disso, relembra sua participação em uma pesquisa sobre o movimento negro brasileiro, conduzida por Amauri, do Rio de Janeiro. Durante a entrevista, discutiu as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras dentro do próprio movimento negro, incluindo os desafios para manter uma postura firme diante do assédio moral e sexual. Para se proteger dessas situações, adotou uma estratégia de enfrentamento, carregando consigo a força de suas duas espadas – uma referência simbólica à proteção e resistência.

Ela enfatiza que não foi fácil ser mulher negra dentro do movimento negro ou até mesmo nos espaços do movimento de mulheres negras, que ainda é recente na história do Brasil. Para ela, a falsa abolição da escravidão deixou marcas profundas, e o racismo estrutural segue presente na forma como as pessoas são tratadas. Esse legado se reflete em todos os espaços: na política, no terreiro, no próprio movimento negro. Assim, acredita que, por mais que o movimento lute contra opressões, ele também carrega resquícios do machismo da sociedade.

Diante disso, sua forma de lidar com essa realidade foi nunca se submeter a essas estruturas opressoras. No período em que trabalhou na SACI, atuando ao lado de Trindade, sentiu que teve autonomia para desenvolver seu trabalho. Para ela, essa liberdade foi essencial para se manter firme na luta sem precisar ceder às pressões patriarcais do próprio movimento. “As dificuldades poderiam ter sido maiores, mas não foram tanto quanto poderiam, porque busquei me preparar. Quando decidi estudar teoria feminista, passei 15 dias no Recife, imersa nesse aprendizado. Minha organização me proporcionou condições para essa formação, permitindo que eu me desenvolvesse como militante de forma completa, tanto na escrita quanto na fala.”, relembra a militante.

### **Vida profissional, maternidade e militância**

A ativista falou sobre sua intensa rotina no Ministério das Mulheres, onde atua como coordenadora de assuntos parlamentares. “Acompanho projetos de lei, desde sua tramitação até a sanção, e me vejo constantemente no meio das batalhas. Meu pai sempre diz que só me coloca em desafios grandes, e talvez tenha razão.”

O racismo e o machismo sempre estiveram presentes nos espaços que ocupou, mas ela aprendeu a identificá-los e a enfrentá-los com tranquilidade. Acredita que a leitura, a participação política e as experiências internacionais a prepararam para transitar nesses ambientes sem abrir mão de sua identidade como mulher negra.

Ao longo da trajetória, esteve em cargos estratégicos, como na assessoria de responsabilidade social da Eletronorte e na bancada feminina da Câmara dos Deputados. Em todas essas funções, sempre teve seu trabalho reconhecido. Embora sua atuação tenha sido frequentemente ligada à pauta de gênero, nunca deixou de levar a questão racial para o debate. Quando organizou uma audiência pública sobre mortalidade materna, por exemplo, garantiu o recorte racial na discussão.

Mesmo sem ter trabalhado diretamente em órgãos como a SEPPIR ou o Ministério da Igualdade Racial, sua militância em gênero e raça sempre esteve presente. Agora, no governo federal, ocupa a coordenação de uma assessoria parlamentar, onde acompanha projetos de lei de diversas áreas, como feminicídio, economia e educação. Ainda que sua atuação seja abrangente, todos sabem que ela é uma mulher negra — e essa identidade segue orientando sua trajetória.

Sua identidade sempre esteve presente na análise dos projetos de lei. Ao avaliar a tramitação, ela e sua chefe, Regina Adami, consideram os impactos para a população negra, como o aumento do encarceramento de homens negros. Apesar dos desafios, o governo também possibilita avanços, dentro do que é viável.

Para ela, a militância e a atuação institucional não são conflitantes. O combate ao racismo é complexo e exige presença em todos os espaços. Por isso, evita criticar negros que ocupam cargos estratégicos, desde que tenham consciência racial. Em Brasília, enfrentou o desafio de se adaptar e aprender o funcionamento político, mas entende que a população negra precisa agir estrategicamente para conquistar espaços.

Apesar das dificuldades, acredita que a vida deve ser vivida plenamente e que o legado é o que realmente permanece. A via da atuação institucional como estratégia para avanço das lutas do movimento negro foi uma realidade em diversos contextos principalmente a partir da década de 90, através desse caminho se desenvolvia o “tensionamento institucional”, segundo Leitão e Silva analisa:

Neste caso, o conflito se dá por dentro das estruturas estatais, através das disputas pelos rumos das Políticas de Estado, e também fora dele, no momento em que o ativismo institucional não substitui completamente a ação contestatória extrainstitucional dos movimentos sociais que, muitas vezes, mantém os mesmos repertórios de confrontos já tradicionais como marchas, protestos públicos etc. (Leitão, Silva, 2017, p. 6)

A maternidade foi um desafio, mas teve suporte. Em Aracaju, contava com a mãe para cuidar dos filhos enquanto viajava e militava. Em Brasília, onde o marido viajava com frequência, estruturou uma rede de apoio para conciliar trabalho e família. Isso permitiu que seguisse sua trajetória, algo que muitas mulheres negras com menos recursos não conseguem. Hoje, vivendo no Plano Piloto, lembra dos períodos em que esteve sozinha com os filhos pequenos e da importância dessa rede para sua caminhada.

Ela relembra as dificuldades enfrentadas para manter sua independência em Brasília, contando com motoristas de táxi e van para se locomover. Foi um período desafiador, mas, para ela, os desafios são escolhas conscientes. Quando o marido, Trindade, retornou para Aracaju, decidiu permanecer na capital para se redescobrir. "Preciso saber quem eu sou e qual é o meu tamanho", pensava. Sempre autônoma, via a falta de autonomia como algo sufocante, quase uma anulação de si mesma.

A escolha de ficar não foi fácil, mas a fez feliz. Sempre teve projetos para o futuro, e sua trajetória seguiu esse movimento. Recentemente, enquanto finalizava um curso de estudos latino-americanos em Harvard, refletia sobre isso. Seleccionada pelo ministério para participar da iniciativa, dedicou sua pesquisa à análise crítica dos projetos de lei em tramitação no Brasil entre 2004 e 2024, especificamente aqueles que tratam das mulheres negras. Seu objetivo era avaliar o impacto dessas legislações caso fossem aprovadas, utilizando indexadores que cruzavam dados de gênero e raça.

Mesmo sem o tempo necessário para aprofundar a pesquisa, devido à rotina intensa entre trabalho e vida doméstica, procurou trazer um olhar interseccional ao debate. Inspirada no conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw e nas reflexões de Lélia Gonzalez e Luciana Dias, percebeu que o parlamento brasileiro, especialmente a Câmara, ainda não incorpora plenamente a transversalidade em suas pautas. Sem esse olhar transversal, as políticas públicas não alcançam de fato as mulheres negras, deixando-as à margem do processo legislativo.

Ela conta que fazia parte de um grupo, com pessoas como Trindade, Robson Sérgio, Robson Martins, Alex, Fábio e Regina, onde tinham uma troca constante, que ia além das conversas cotidianas, e isso era muito importante para a sua caminhada. Um exemplo disso eram as conversas com Djenal, sempre provocando novas reflexões, algo que marcou bastante a entrevistada.

Trindade teve uma participação fundamental nesse processo. Ele sempre foi uma figura central, tanto na organização dos encontros, como no apoio a quem procurava ajuda. Mesmo hoje, ele continua atuando ativamente no Instituto Braços, junto com Robson. Ambos continuam sendo referências, especialmente para quem busca apoio e orientação. No entanto, não foi fácil para ninguém, nem para mim nem para as outras pessoas envolvidas. Nós ajudamos muitas pessoas, e essa parte da história é algo que não podemos esquecer. Fazíamos parte de um grupo nacional dentro do movimento negro, uma rede de organizações que se estendia por vários estados, como Sergipe,



Santa Catarina e São Paulo. A SACI, na época, era uma das maiores organizações do movimento negro no Brasil, e estava entre as primeiras a integrar as chamadas Negrongues, uma rede pioneira nesse tipo de organização. Com esse engajamento, ajudamos a construir a base de um movimento que se expandiu pelo país. (Joseanes, 2024).

Ela segue a entrevista contando que Sergipe tinha uma vantagem, principalmente com a presença de Trindade, um homem relativamente jovem, uma liderança ativa que impulsionou muitos projetos. “Fomos também uma das primeiras organizações a receber financiamento para projetos, o que nos permitiu fazer a diferença em várias iniciativas. Nosso orçamento era robusto e, com ele, conseguimos organizar diversos eventos e ações”. Ela lembra que, em uma época, até criaram um espaço de trabalho com computadores, algo inovador para a militância daquela época. “A ideia era oferecer um “escritório” para o movimento, com uma estrutura simples, mas eficaz”, disse.

A gente tinha, por exemplo, uma máquina de xerox, que era uma referência para outras organizações que não tinham esse recurso. Isso facilitava muito a troca de informações, já que, na época, o acesso à comunicação era bem limitado. Não havia celulares, e a internet ainda era discada. Mesmo assim, conseguimos produzir muitos projetos e atingir várias comunidades, algo que, hoje, é difícil de ver. Hoje, mesmo com toda a tecnologia disponível, não conseguimos encontrar um movimento negro no estado que tenha a mesma atuação e capacidade de gerar projetos como naquela época. O reconhecimento público era algo que também nos impulsionava. Era muito mais do que só a parte financeira, era a valorização do trabalho coletivo, da força do grupo, do engajamento de todos. Isso fez com que nossa atuação fosse reconhecida e respeitada. (Joseanes, 2024)

Joseanes trouxe situações de violência doméstica vivida por militantes negras, a exemplo do caso da Márcia Vieira, vítima de violência doméstica, onde imprimiram um ritmo para a delegada atender com prioridade o caso. Na ocasião também estava e curso a reativação do Conselho Municipal da Condição Feminina. “A gente trabalhou para reativar, inclusive, na época. Tinha em Aracaju o Conselho Municipal da Condição Feminina mas a gente não participava porque o governo era muito de direita”. A ativista pontuou o momento em que a professora Nelly enfrentou muito desrespeito, especialmente em sala de aula. “Certa vez, enquanto ela estava dando aula, um colega de trabalho entrou na sala e começou a acusá-la de várias coisas, inclusive de tentar roubar a mulher dele. Essas acusações foram extremamente desrespeitosas, especialmente considerando que a imagem das mulheres negras não é frequentemente valorizada em espaços de poder e tomada de decisão, mesmo em contextos como o movimento negro ou a universidade”, destacou.

Ainda sobre o contexto de violência que as mulheres negras vivenciaram no período da militância no período trazido, Joseanes entende que “quando homens, não todos, nos veem nesses espaços, eles parecem achar que podem nos confrontar como se fôssemos homens, sem nos dar a condição de sermos mulheres”

Para ela, o coletivo de mulheres negras tem referências africanas que ensinam a lutar e a enfrentar desafios. “Mesmo que não tenhamos consciência plena disso, sabemos que nossas ancestrais eram mulheres de força e resistência. Embora não aprofundássemos muito essa conexão, havia um modo de ser e de reagir à opressão dentro do movimento negro”, reflete.

Ela lembra um momento em que sofreu uma violência partida de um companheiro de militância, que chegou a ofendê-la. “O cara já era antigo, já era um cara maduro. Quando eu vi como me deu o dedo, eu fiquei assim. Um choque, né? Um choque, porque ele não aceitou a minha provocação. Entendeu? Ele se sentiu tão provocado, tão instigado por mim, que reagiu dessa forma. Isso é sim um assédio, isso é uma violência, né?”

### **Relação entre as organizações negras**

Segundo Joseanes, na época do UNA, o MNU ainda não existia aqui em Sergipe. O MNU demorou a se consolidar no estado porque o UNA estava envolvido com a CONNEN. “A minha condução não era bem da CONNEN, mas estava relacionada a ela. O MNU tentou encontrar quadros para se estabelecer aqui e, eventualmente, conseguiu”, explica.

Ela relata que nesse período Ana Ires, sua irmã, começou a integrar esse movimento. “O Ivan estava muito envolvido, assim como a família de Carlos Augusto e suas irmãs. Givalda também estava presente, mas não sei exatamente em que momento ela entrou”, complementou. Ela explica que Givalda era mais ligada a um grupo de pessoas ligadas a Carlos Farias. “Trabalhei bastante para trazer o MNU para cá. O Ivan, meu cunhado, que é do sindicato do Fisco, estava entre essas pessoas que já tinham contato com o MNU nacional e tentaram fazer essa ponte para implantar uma base aqui em Sergipe.” Joseanes enfatiza que as irmãs de Carlos Augusto também estavam envolvidas, Geilma e Geilza. Bem como Farias e o Ivan estavam à frente desse movimento.

### **Revivendo a solidariedade e o vigor de outros tempos**

Existiam as dificuldades e obstáculos como foram pontuados por Joseanes Lima, mas ela também fala dos espaços de afeto e solidariedade dentro do movimento. “Era muito bom a gente se encontrar pra comer moquecas, feijoadas, né? Ficar no boteco até tarde, até quatro horas da manhã, cinco, tudo isso só conversando, só formulando, né? Só trocando, só vivendo essa mística”.

A ativista contou um momento em que conseguiu junto a outras mulheres ajudar uma companheira que estava precisando de ajuda com moradia, mas sem falar o real motivo. “Aí ela falou, por que você me chamou? Isso foi uma questão política. Mentira, não é uma questão política. É porque ela tem uma filhinha.”, relatou. Hoje, em Sergipe, o movimento não tem o mesmo vigor que teve em outros tempos, segundo ela. “A energia de antes, o entusiasmo de conversas que se estendiam até quatro da manhã, a criação de ideias e projetos, simplesmente não existe mais da mesma forma”, afirmou. Como ela mesma menciona, ao conversar com o Trindade, ele também afirma que algo se perdeu nesse processo. “É importante lembrar dessa história, dessa trajetória de força e união, pois ela pode inspirar a continuar a caminhada, buscando reviver esse espírito de solidariedade”, pontuou.

Em uma conversa com Ana, ela refletiu sobre como, quando vai a Aracaju, seu tempo é muito corrido devido ao trabalho no terreiro. No entanto, apesar das dificuldades e desafios, a solidariedade permanece uma pauta constante. A rede de apoio entre as pessoas, especialmente entre aquelas que compartilham uma luta comum, nunca foi esquecida. Ela compartilha um exemplo pessoal: “Quando Marcão foi preso por tráfico, lá na Maloca, e a Nara ficou com dois filhos, não hesitamos em ajudar.” De acordo com ela, o apoio foi imediato, com uma ajuda para comprar gás, comida e, eventualmente, a empregabilidade de Nara, que foi inserida no mercado de trabalho através de contatos da rede.

Ela relembra a solidariedade dos tempos passados, quando pessoas como Solange Elias ajudavam Maria Júlia a estudar e conquistar sua formação, um apoio que, embora simples, fez toda a diferença para quem tinha acesso à oportunidade. “Os homens se ajudavam entre eles, e nós, mulheres, também nos apoiávamos mutuamente”, diz ela, destacando o aspecto da coletividade que sempre existiu dentro do movimento. Apesar de não ser um grupo com holofotes, havia sempre um olhar

atento à vida do outro, um compromisso com a ajuda mútua e com o fortalecimento da rede de apoio.

Atualmente, no entanto, ela nota que, embora o espírito de colaboração ainda exista, a necessidade de ser mais parceira se torna evidente. "Fulana está passando por uma dificuldade, precisamos ajudar. Não podemos deixar ninguém para trás", ela afirma, destacando a importância de se manter o cuidado e a ajuda nas dificuldades cotidianas, como o apoio a quem tem filhos autistas ou quem enfrenta outras adversidades. Em Brasília, ela faz parte de um grupo que, durante a pandemia, foi essencial na construção e manutenção dessa rede de apoio.

Para ela, a solidariedade não é mais tão intensa quanto foi no passado, mas ainda existe, embora de forma mais modesta. Ela acredita que, para reviver um momento de força e vigor como o de antes, é necessário cultivar uma nova dinâmica de grupo, um "espírito de coletividade" que reforce os laços entre os membros e motive a troca constante de apoio. Recorda com carinho os tempos em que almoçavam juntas, como o ritual semanal de feijoada com Isabel Nunes, ou as refeições simples, como as coxinhas no CESEP, mas que, naqueles momentos, eram símbolos de união e força.

Essa "liga" que existia entre as pessoas era mais do que um simples encontro, era um movimento coletivo, que se fortalecia na presença física e no compromisso com o outro. "Tem que ter grupo, tem que ter apoio, tem que ter esse vínculo", conclui ela, reforçando a importância da solidariedade para a continuidade do trabalho e da luta.

A entrevista com Joseanes mostrou que ao longo de sua trajetória de militância em Sergipe ela foi símbolo de articulação entre as demais militantes e organizações. Em sua forma de incidir, ficou marcado a sua perspectiva política alinhada ao pensamento do feminismo negro brasileiro, evocado por Sueli Carneiro (2003).

Ao mesmo tempo que é possível entender que essa perspectiva, de uma militância voltada para as pautas das mulheres negras nem sempre era acolhida por outras mulheres negras militantes, fazendo com que em algumas ocasiões, Joseanes se sentisse sozinha nessa frente.

É possível considerar que a militante contribuiu para a articulação e fortalecimento de uma frente de mulheres negras em Sergipe que se debruçasse nas pautas que já estavam sendo articuladas em um cenário nacional.

### **3.1A força da mulher quilombola – Xifroneze Santos**

Xifroneze Santos, é uma mulher negra, quilombola, de 47 anos, nascida em Propriá, mas que cresceu na comunidade quilombola de Caraíbas, é mãe, e é conhecida por sua trajetória em defesa da luta quilombola em Sergipe. Moradora da Comunidade de Caraíbas, para ela, a caminhada sempre se apresentou com muitos desafios, mas que nunca a fizeram recuar. “Minha trajetória sempre foi marcada por desafios, e até agora, venho trilhando meu próprio caminho, enfrentando as dificuldades que surgem”.

A militante destaca que o espaço da escola foi fundamental, mas que não era uma realidade vivida por muitos no seu entorno. Para a quilombola, a escolha pelo ativismo é parte da própria existência. “Desde cedo, percebi a necessidade de me envolver, de ser parte ativa das decisões e lutas da minha comunidade. Vi jovens determinados a mudar suas realidades, buscando conhecimento e disciplina, mesmo diante de tantas dificuldades”, relatou. Como muitas mulheres e pessoas negras, os conflitos raciais começaram a surgir nessa época, Xifroneze sentia isso, mesmo que não soubesse nomear. “Desde a escola, eu já percebia que sofria preconceito por ser negra. No entanto, na minha realidade, não se usava a palavra "preconceito" ou "racismo" para nomear essas situações. Isso acontecia e era tratado como algo natural.”

Ela relata que o contato com o movimento negro e quilombola a fez compreender a dimensão da luta racial. “Inicialmente, minha luta era pelo território, pela posse da terra e pela garantia dos direitos das comunidades quilombolas. Eu via a escravidão apenas como uma violência e um abuso de trabalho, mas não entendia sua conexão direta com a questão racial”. Foi também nesse processo que Xifroneze começou a relacionar as diversas dimensões das estruturas opressoras.

Com o tempo, fui entendendo que nossa comunidade sofria não apenas pela exploração do trabalho, mas porque éramos negros. Percebi que enfrentávamos discriminação pelo cabelo crespo, pela forma como éramos vistos e pela maneira como éramos tratados na sociedade. Foi esse processo de aprendizado e vivência na luta quilombola que me fez compreender e fortalecer minha identidade como mulher negra. (Xifroneze, 2024)

Era só o começo e sua trajetória e luta pelos direitos da comunidade que fazia parte e de tantas outras. Para ela, esse caminho sempre foi inegociável.

Compreendi que a participação política e social não é apenas um direito, mas um dever. Participei de movimentos, reuniões e debates, buscando sempre formas de melhorar as condições da nossa comunidade. Enfrentamos desafios estruturais, falta de recursos e dificuldades impostas por um sistema que muitas vezes não enxerga nossas necessidades. (Xifroneze, 2024)

Para Xifroneze a comunidade precisa de organização, voz e representatividade, e foi o que a motivou a assumir esse compromisso. “Esse compromisso com a transformação social me levou a integrar a diretoria da associação local em 1998, quando atuava na região de Caraíba. Naquele período, percebi o impacto do trabalho comunitário e a importância da participação coletiva para fortalecer nossas reivindicações.”

A comunidade, apesar das dificuldades, sempre mostrou resistência. “Nosso povo tem força e determinação para seguir em frente, e é essa energia que me motiva a continuar. Não podemos deixar o medo nos paralisar. Precisamos transformar nossas realidades, fortalecer nossas redes de apoio e lutar por um futuro mais justo.” Em 2007 ela contribui para a fundação da Associação Dona Parqueza, que é a Associação Quilombola. Em 2008 registra.

### **Relato de Experiência na Luta Quilombola e na Questão Racial**

No início, Xifroneze ainda estava tentando entender seu papel e participação no movimento. Ela relata foram suas primeiras Conferências.

Eu comecei minha militância como participante da comunidade quilombola, mas, naquele primeiro momento, ainda não conhecia a fundo a comunidade. Fui me envolvendo aos poucos. No começo, eu não sabia como era estar dentro da luta. Fui aprendendo com o tempo e com as experiências. Minha segunda participação foi em uma Conferência das Mulheres. Naquela ocasião, eu já tinha um pouco mais de conhecimento, pois guardava todo o material que recebia. Foi nessa conferência que percebi algo que me marcou: no cartaz oficial do evento, a imagem representada não trazia uma mulher negra, mas sim uma mulher branca. Esse detalhe me fez refletir sobre a invisibilização das mulheres negras, mesmo em espaços que discutiam seus direitos. (Xifroneze, 2024)

A quilombola relembra que foi nesse contexto que conheceu Eliana Moutinho, que também notou esse problema na conferência. “Isso me despertou para um olhar mais crítico sobre a representação e participação das mulheres negras nesses espaços”. Com o tempo, ela foi compreendendo e se aprofundando, entendeu a

importância de falar nos espaços de debate. “Participei de conferências e fóruns levando as pautas das comunidades quilombolas e dos territórios negros. Fui eleita para representar na Conferência Nacional, o que foi um momento muito significativo para mim.”, informou.

A militante traz à tona as lembranças de quando foi à Brasília pela primeira vez, e a virada de chave em sua vida.

Minha ida para Brasília foi extremamente emocionante. Foi minha primeira vez na capital e, depois disso, não parei mais. Em 2009, participei da construção do Estatuto da Igualdade Racial. Nesse mesmo ano, me reconheci dentro da luta quilombola e percebi que minha fala deveria estar pautada na realidade da minha comunidade. (Xifroneze, 2024)

### **O Papel da Caritas no apoio à luta**

Durante sua jornada, contou com o apoio de organizações como a Cáritas, que auxiliaram na estruturação de projetos voltados para a promoção da diversidade social e a valorização da identidade cultural da comunidade. Essas ações permitiram não apenas melhorias estruturais, mas também o resgate da memória coletiva e a valorização da história local.

A Cáritas teve um papel fundamental no apoio à nossa comunidade. Ela veio com uma equipe de diversidade social para compreender e atuar sobre a realidade local. Esse apoio foi essencial para fortalecer nossa luta e garantir que as dificuldades enfrentadas fossem reconhecidas e enfrentadas de maneira mais estruturada. (Xifroneze, 2024)

Xifroneze explica que no início, muitos membros da comunidade não tinham consciência da importância de se reconhecer como quilombolas. Havia resistência e até medo de assumir essa identidade devido a pressões externas e à falta de informação. No entanto, conforme a mobilização cresceu e a Cáritas ajudou na organização e articulação política, as pessoas começaram a se engajar mais.

A presença da Cáritas possibilitou o levantamento de dados, a realização de encontros e a visibilidade das nossas demandas. No entanto, também houve desafios, pois algumas pessoas temiam represálias e preferiam se afastar. Algumas chegaram a evitar se identificar oficialmente como quilombolas para não comprometer seus empregos ou relações na cidade. (Xifroneze, 2024)

### **O apoio do MNU para Xifroneze**

Quando Xifroneze iniciou nos espaços de participação social, foi na época em que ela conheceu integrantes do Movimento Negro Unificado, e ela destaca o papel das irmãs Geilma e Geilza nesse processo.

Foi com o apoio incondicional delas que a militante se encorajou para representar Sergipe em Conferências. “Na época, a Geilma estava ali envolvida de alguma forma. Ela já fazia parte do Movimento Negro Unificado (MNU), já estava ativa. E então fui para Brasília. Foi uma experiência muito emocionante, minha primeira vez na capital. E, depois disso, não parei mais”.

Nessa caminhada, ela foi se conectando outras comunidades no estado através da Cáritas.

Antes disso, eu não tinha ideia da existência de lugares como Serra da Guia e Moçambos. Mesmo quando via pessoas de comunidades quilombolas próximas, como Agueiro, não compreendia que estávamos enfrentando as mesmas dificuldades. Mas, aos poucos, fomos nos encontrando, nos entendendo e nos fortalecendo.”Eu saí da roça, de uma realidade muito simples, enxergando apenas as necessidades básicas. Não imaginava que, ao sair desse espaço, enfrentaria ainda mais desafios para me inserir nesse novo ambiente. (Xifroneze, 2024)

A influência das ativistas do MNU como Geilma e Geilza foram centrais, o amadurecimento no olhar para a estrutura e a leitura política do que estavam vivendo.

Essas mulheres sabiam como o racismo operava no Brasil. Quando perceberam minha inocência sobre a estrutura do país, me prepararam. Disseram: “Você precisa estar assim.” E eu aprendi. Me deram uma mala, um blazer. Quando cheguei em Brasília, vi que a realidade era completamente diferente da minha. Antes de eu partir, uma das mais velhas, que infelizmente já faleceu, me fez uma sabatina. Nos sentamos no chão do quarto, e ela me fez várias perguntas. No final, olhou para mim e disse: “Você ainda vai ser muito grande.” Aquilo me marcou profundamente. Perguntei por que ela achava isso, e ela respondeu: “Porque você tem muito futuro, e a comunidade vai sair dessa para algo melhor.”(Xifroneze, 2024)

Esse apoio emocional foi fundamental para permanecer na caminhada, enfrentando nervosismos e desafios. “Ao longo dos anos, percebi o quanto somos ameaçados por aqueles que sustentam essa estrutura racista. Vi o quanto as violações acontecem diante dos nossos olhos sem que nada seja feito. Mesmo diante dessas adversidades, segui firme.” Para ela, o mais difícil foi perceber que, em muitos casos, a luta é invisibilizada.

Os mortos são lembrados, mas não como indivíduos com histórias e direitos, e sim como números. A violência contra nossos corpos segue acontecendo, e as ameaças vêm de todos os lados: perseguições, negação de oportunidades de trabalho e exclusão de espaços. Trabalhamos muito, construímos conhecimento, mas quando precisamos de um reconhecimento oficial, ele nos é negado. (Xifroneze, 2024)

### **A vida na família – entre a militância e a vida pessoal**



Ela contou que havia sido mãe cedo e que seus filhos precisaram estudar fora da comunidade, pois não havia ensino fundamental completo no local. Quando chegaram à escola, sofreram bullying, e o sobrenome deles virou motivo de chacota. Ela lembrou que, quando seu filho tinha entre 18 e 19 anos, foi à escola e avisou que, se ele passasse pelo que ela havia passado, tomaria providências. Depois desse episódio, relatou que começaram a respeitá-lo.

Nos fins de semana, cuidar de uma casa com duas crianças já era um desafio, e ela pediu que se imaginasse como seria com sete. O mais velho tinha 14 anos, e os outros vinham em sequência. O que sobrava para ela eram as roupas. Passava três dias com a comissão e, quando voltava para casa, encontrava o banheiro cheio de baldes de roupa suja. No entanto, destacou que teve ajuda. Havia um grupo de mulheres da comunidade que, aos sábados e domingos, pegavam três sacos de roupa para lavar. Como a água era escassa, esse esforço era coletivo. Enquanto viajava, três amigas lavavam todas as suas roupas, e isso era algo muito significativo para ela. Sentia que podia contar com elas, sabendo que, além de cuidar dos filhos, também tinha essa rede de apoio.

Ela relatou que havia muita briga quando fazia mais tarefas domésticas, pois algumas pessoas achavam que, se nem todos ajudavam, ela também não deveria fazer. Disse que era uma guerra constante, mas que seguiu em frente, contando com a distância e o apoio do marido. Quando chegava em casa, muitas vezes encontrava tudo bagunçado e precisava arrumar o peixe e lidar com a rotina. Ressaltou que não foi fácil.

Mesmo depois de os filhos crescerem e não precisar mais dessa ajuda, ela afirmou que sabia que ainda podia contar com aquelas mulheres. Seu companheiro sempre a apoiou na militância, mas reconhecia que nem todas as mulheres tinham esse privilégio. Muitas sofriam opressão dentro de casa e, até hoje, esse era um problema presente na comunidade. Comentou que alguns homens ainda não aceitavam que suas esposas participassem dos movimentos. Muitas mulheres diziam a ela que tinham casa, marido, trabalho, comida para preparar e filhos para cuidar, e, por isso, não conseguiam se envolver. Segundo ela, muitas tentavam viver da melhor forma possível, mas ainda sofriam um forte controle.

Ela disse que nunca deixou isso impedi-la, mas reconhecia que não era fácil. Mencionou que estava organizando uma formação para discutir essa questão, pois acreditava que era necessário construir um novo estado de liberdade. Observava que, até os dias atuais, as mulheres enfrentavam dificuldades para ocupar espaços de decisão. Além disso, destacou que muitas famílias viviam em situação precária, sem emprego, dependendo apenas do trabalho doméstico ou informal. Ela afirmou que foi nesse momento que sua liderança começou a ganhar mais visibilidade e que a militância foi se fortalecendo, até que chegou à política.

Quando entrou para a política, disse que levava consigo uma experiência de vida muito forte, mas também dolorosa. Sabia que não teria o apoio de algumas pessoas, mas ressaltou que, quando a falta de apoio vinha dos seus, era ainda mais difícil. Para ela, o povo ainda não estava preparado, e não sabia se um dia estaria.

Observava que, a cada dois anos, as catástrofes eleitorais se repetiam e a conscientização não avançava. No fim, relatou que ainda queriam culpá-la pelo seu posicionamento.

Fui para a política com uma experiência de vida muito forte, mas também dolorosa. A gente sabe que não terá apoio de algumas pessoas, mas quando vem dos nossos, dói mais. Infelizmente, nosso povo ainda não está preparado. E eu não sei se um dia estará. A cada dois anos, vemos as catástrofes eleitorais se repetirem, e o povo não se conscientiza. No fim, ainda querem nos culpar pelo nosso posicionamento. (Xifroneze, 2024)

A trajetória de Xifroneze assim como tantas outras mulheres negras militantes, foi marcada por desafios atravessados pela raça e pela classe. Desde a infância, a militante teve contato com o racismo, mesmo sem saber do que se tratava. Foi a luta quilombola, e posteriormente, a militância no movimento negro, que contribuiu para que ela conseguisse fazer a conexão entre o racismo, a desigualdade de classe e a violência que a população vivia e vive nas comunidades quilombolas.

A vivência nos espaços de organização política alçou Xifroneze a esse lugar de referência como militante quilombola, representando Sergipe em espaços de decisão como as Conferências. Ao mesmo passo, que não podemos deixar de olhar para o lugar de renúncia e sacrifício, e que para seguir nessa representação e pleito pelos direitos da população negra e quilombola, ela precisou estar mais distante da família em muitos desses momentos.

Apesar de uma história e uma caminhada conhecida dentro das comunidades quilombolas e fora, Xifroneze foi vítima de violência política e não conseguiu se eleger em alguns pleitos eleitorais, reflexo de como os espaços e poder permanecem majoritariamente ocupados por homens brancos.

### **3.2 Classe e raça como bandeira de luta - Tereza Martins**

Tereza Martins, mulher negra, de 59 anos, professora do curso de Serviço Social (UFS), nasceu na comunidade quilombola Pontal dos Crioulos (Comunidade Lagoa dos Campinhos), no município de Amparo do São Francisco, mas foi registrada como nascida em Propriá, chegou a Aracaju aos cinco anos de idade. Desde cedo, sua vida foi marcada por desafios e por uma luta constante por justiça social.

Filha mais velha entre sete irmãos, ela cresceu em um ambiente onde os afazeres domésticos eram atribuídos a ela por ser a única mulher. Mesmo sem ter consciência do conceito, desde a infância praticou o feminismo, lutando para dividir as tarefas domésticas com seus irmãos. Essa experiência a fez perceber que, se não resistisse à imposição desses padrões de gênero, sua vida estaria limitada ao papel tradicionalmente destinado às mulheres. “Como eu tinha muitos irmãos e só eu mulher, então os afazeres domésticos sempre eram muito... Sempre me requisitavam muito e eu queria além outra coisa, eu não queria só ficar na cozinha, né”, relatou.

Ao se estabelecer no bairro Olaria, atualmente conhecido como Veneza 1, Tereza Martins e sua família enfrentaram uma realidade de exclusão social e falta de infraestrutura. O loteamento onde moravam não possuía saneamento básico, transporte público ou equipamentos essenciais como escolas e postos de saúde. Para estudar, Tereza precisava caminhar longas distâncias para encontrar um ponto de ônibus, enfrentando condições adversas, como enchentes durante o período de chuvas. Em um desses momentos, quase perdeu a vida ao ser arrastada pela água.

A vivência dessas dificuldades despertou nela o desejo de lutar por melhorias para sua comunidade. Sua militância teve início na associação de moradores, onde passou a reivindicar condições mínimas de existência para a população, como saneamento, escolas e postos de saúde. Foi coordenadora de um grupo de jovens e, posteriormente, tornou-se a primeira mulher negra a presidir a associação de moradores, cargo que ocupou por duas gestões, somando aproximadamente quatro anos de atuação.

### **Primeiros espaços de militância – a luta na Associação**

Durante sua gestão, Tereza enfrentou diversas batalhas, não apenas contra a precariedade estrutural do bairro, mas também contra problemas sociais profundos, como o impacto das drogas e a violência policial. Viu de perto amigos e conhecidos perderem a vida, seja pelo envolvimento com o tráfico, seja em confrontos com a polícia. Essa realidade a motivou ainda mais a buscar alternativas para a juventude e a engajar-se em lutas coletivas para transformar o bairro. “Então, assim, essa minha militância né, na associação de moradores, acho que partiu mesmo dessa necessidade de lutar por condições mínimas de existência no bairro, como saneamento básico, lutar por escola, lutar por composto de saúde. Então, se deu.”, explicou.

Ao longo dos anos, sua liderança foi fundamental para conquistas importantes, resultado de inúmeras demandas encaminhadas ao poder público. Seu compromisso com a comunidade e sua resiliência fizeram dela uma referência na luta por direitos e condições dignas de vida para a população periférica de Aracaju. Uma coisa que sempre a inquietou dentro do movimento religioso foi a ideia de um Deus distante. “Dentro da igreja, minha identificação — e acredito que a de muitas outras pessoas também — sempre esteve mais alinhada à Teologia da Libertação. Era essa perspectiva que nos dava suporte para lutar pela vida aqui e agora”, disse.

Tereza passou pelo grupo de jovens da igreja, e destaca a importância dessa experiência. Segundo ela, pode conviver com muitas pessoas e se deparar com diferentes realidades, muitas delas marcadas por dificuldades severas, como a relação com as drogas. “Sempre tive esse impulso de querer transformar as coisas ao meu redor. Não sei se isso é uma qualidade ou um defeito, mas sei que, às vezes, isso me impacta profundamente”. Na associação, enfrentou muitas lutas árduas. “Não é novidade para ninguém que as periferias são constantemente negligenciadas pelo poder público”, frisou.

A professora destaca que nesse período da associação ela deveria ter entre 20 e 25 anos, mas no grupo de jovens era adolescente, tinha por volta de 15 ou 16 anos.

Depois da associação, ela se casou.

A associação, por si só, já envolvia muitas lutas, inclusive a batalha pela conquista da nossa própria sede, um espaço para nos reunirmos, discutirmos e debatermos temas essenciais. Além disso, também enfrentei perseguições. Acho que uma das marcas da minha trajetória é justamente essa: as

perseguições que sofri por ser mulher, por ser negra e por nunca abaixar a cabeça. Isso, sem dúvida, me define. (Tereza, 2024)

Tereza sempre buscou agir de forma coletiva, e segundo ela, isso sempre foi motivo de incomodo. “Acho que isso incomodou — e ainda incomoda — muita gente. Vivemos em uma sociedade profundamente individualista, onde prevalece a lógica do “eu” e do “meu”. Mas, na minha trajetória, sempre tentei construir algo que não fosse apenas para mim, e sim para muitas pessoas, para um mundo melhor e mais justo”, destaca.

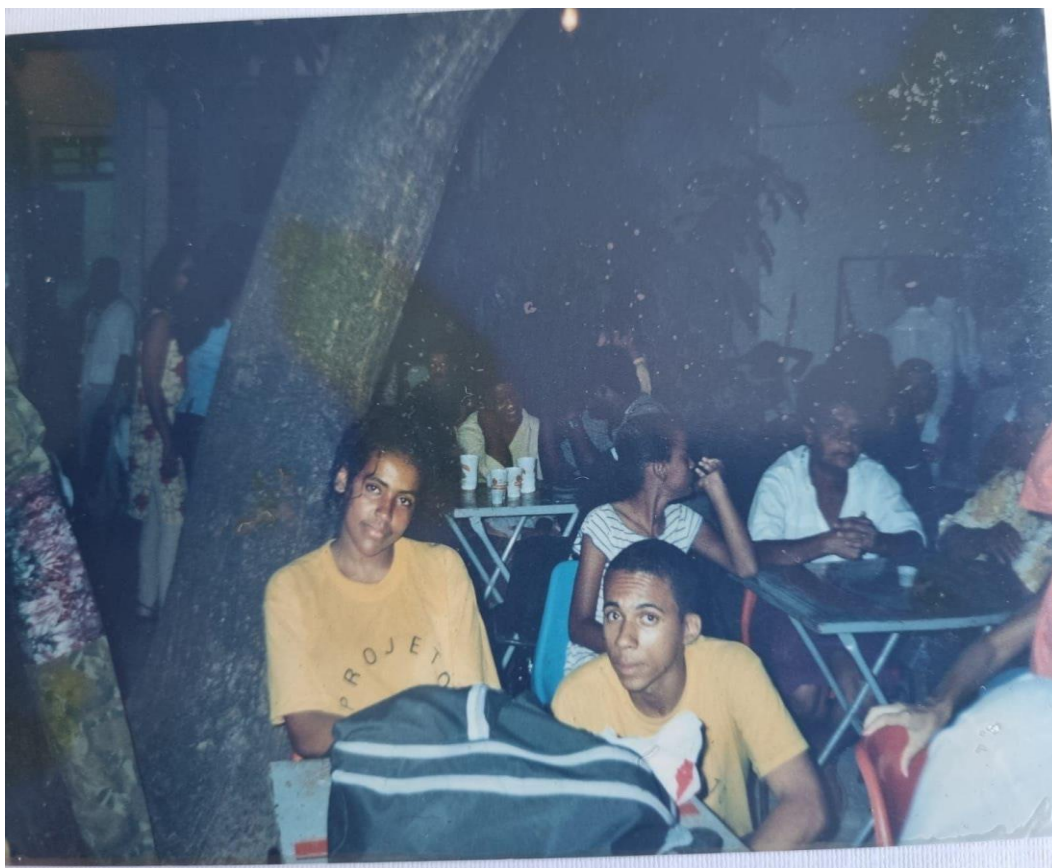
### **Trajetória acadêmica e a participação na Saci**

Tereza Martins ingressa na universidade após o período de ativismo na associação, quando passei no vestibular, já era casada e tinha uma filha. “Tenho duas filhas, na verdade. Entrar na universidade para cursar Serviço Social foi um marco muito importante para mim. Isso não só me abriu novas possibilidades e conhecimentos, mas também ampliou minha visão de mundo.”

Para ela, a universidade não significa apenas uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, mas a chance de enxergar além do que antes parecia visível. “O conhecimento é fundamental porque nos dá novas perspectivas e, ao mesmo tempo, nos fornece ferramentas para lutar de forma mais consciente.”, ressaltou.

Após o ingresso na universidade, Tereza conhece e entra na Saci, a convite de Regina Norma, também militante negra. “Bom, quando entrei na universidade, minha vivência em comunidade e minha experiência de trabalho com pessoas fizeram com que eu fosse convidada para a SACI”, informou. Mas, antes mesmo da SACI, ela já se reconhecia como uma mulher negra. Já tinha consciência de que sua trajetória era diferente, que as coisas para ela não eram iguais às de outras pessoas.

A militante narra que ao ingressar na SACI, começou a lidar mais diretamente com essas questões. Foi um momento muito importante, porque foi através dela que passei a atuar de maneira mais intensa no movimento negro. Minha trajetória na SACI foi um marco, pois ali tive contato com ações voltadas para as comunidades quilombolas, o que trouxe um aprendizado essencial.



**Figura 6. Tereza Martins em projeto da Saci.** Fonte: acervo de Carlos Trindade.

Tanto a universidade quanto a SAcI foram divisores de águas na vida de Tereza. A universidade abriu novas possibilidades e ferramentas de luta, enquanto a SAcI consolidou sua atuação no movimento negro, permitindo que ela entendesse a luta contra o racismo em uma perspectiva mais ampla, através de múltiplas ações e estratégias, ela complementou.

No espaço da SAcI, era onde trabalhavam a luta pelos direitos da população negra e quilombola, permitindo com que ela unisse a experiência prévia de luta por melhores condições de vida e justiça social. Fizemos um trabalho muito significativo no Lazareto, atuando diretamente com comunidades negras. Esse período foi extremamente importante para minha trajetória.

Na época da Saci, Tereza se recorda da atuação de outras companheiras negras, a exemplo de Vilma, que era advogada e fazia um trabalho muito relevante na defesa dos direitos das populações quilombolas. “Também havia a Josiane, que

era esposa de Trindade na época. Trabalhei com a Rejane Maria, além de mais duas mulheres negras que também atuavam na SACI”.



**Figura 7. Tereza Martins desenvolvendo atividade na Comunidade Quilombola de Mocambo pela SACI.** Fonte: acervo de Carlos Trindade

Depois desse período, ela retornou para a universidade para cursar o mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ela sempre quis ser professora universitária, e um mestrado na área era essencial para essa trajetória, especialmente devido às exigências dos concursos. “No entanto, não tinha condições financeiras para sair da minha cidade e fazer um mestrado em outro lugar, então optei por essa área.”, explicou.

### **Passagem pelo MST**

Foi durante a universidade que Tereza conhece melhor o MST e se aproxima da organização. “Na academia, minha grande inspiração sempre foi a reforma agrária, a luta pela terra. Por isso, passei pelo MST”, relembra. Ela explica que naquele momento, a luta pela terra, especialmente a do MST, estava em um período de grande efervescência. “Sempre fui apaixonada pela reforma agrária, então, fiquei no MST por aproximadamente um ano”.

Essa aproximação foi incentivada pelos professores. “Eles conheciam nossas paixões e acabavam nos envolvendo nessas lutas. Para mim, a experiência no MST foi muito importante. Minha trajetória no MST foi muito rica e inspiradora, mas foi um período curto. Não fiquei tanto tempo lá. Já na SACI, minha saída aconteceu porque entrei no mestrado e, ao receber uma bolsa, não pude continuar.”, explicou.

A professora fala como a SACI foi uma experiência fundamental. “Acredito que contribui com um trabalho significativo, pois trazia uma visão que talvez outras pessoas não tivessem: uma perspectiva que ia além da luta racial, incluindo também a questão das condições materiais de vida.”, completou.

Para Tereza, a luta racial e de classe sempre foram indissociáveis e ela carregava essa perspectiva em todos os espaços de atuação. “O movimento negro é plural, tem diversas frentes e lutas. Mas, na SACI, minha atuação foi importante porque eu trazia essa visão: ser negro muitas vezes significa estar na periferia, e era preciso lutar para melhorar esse espaço.”

Para ela é fundamental que haja essa abordagem no movimento negro—da luta por condições materiais objetivas, além da pauta racial. “Não que a luta contra o racismo não seja fundamental, mas é preciso também conquistar mudanças concretas na vida das pessoas”, pontua.

### **A Questão racial e a universidade**

Tereza Martins coloca que algo que foi logo percebido foi a escassez de pessoas negras na universidade. “E, além disso, muitas daquelas que estavam lá não se reconheciam como negras. Isso ainda acontece hoje”.

Eu trouxe minha trajetória comigo e, se alguém olhar meu currículo, verá como essa questão atravessa toda a minha caminhada acadêmica. Sempre persegui esse tema dentro da universidade, e isso se intensificou quando me tornei professora. Minhas pesquisas não surgem do nada—elas nascem da minha própria existência, da minha relação com minha história e com as pessoas com quem convivi. Levo isso para a academia. Uma das questões que sempre me inquietou foi que nunca me vi como parte da classe trabalhadora dentro da universidade. E hoje eu entendo por quê. A literatura que nos era apresentada sempre associou a classe trabalhadora a um perfil específico: operários brancos, muitas vezes imigrantes, envolvidos em lutas sindicais. Durante todo o meu curso, nunca encontrei uma única obra que nos colocasse como sujeitos de luta. Isso porque a literatura nos retratou historicamente como submissos, como um povo que “se deixou escravizar”. (Tereza Martins, 2024)

Havia até uma contraposição ao indígena, retratado como alguém que resistiu à escravidão. A literatura é perversa nesse sentido. Eu nunca me vi como parte da



classe trabalhadora porque nunca vi rostos negros nas narrativas sobre o movimento sindical.

Após a abolição, o sindicalismo foi majoritariamente construído a partir dos imigrantes, e nossa história de luta foi apagada. Não só nos negaram o reconhecimento das batalhas que travamos ao longo de quase quatro séculos de escravidão, como também nos roubaram a posição de sujeitos políticos fundamentais na construção do país.

Quando se fala em luta operária, a história que aparece é a dos imigrantes. Não que essa luta não seja importante, mas não é a única. Houve muitas lutas anteriores, e é justamente isso que eu busco resgatar na minha trajetória acadêmica. Tereza sempre sentiu as diferenças dentro da universidade, seja pela questão racial ou de classe, mesmo que não de forma explícita. E não apenas por ser negra, mas também por vir de um lugar que, socialmente, estava abaixo – abaixo, inclusive, do próprio marcador racial. “Eu vim de um quilombo. Ou seja, era uma outra realidade, uma outra trajetória. Eu morava na periferia, e, apesar de estar na universidade, eu não era uma negra de classe média. Eu era a negra periférica, quilombola, e isso fazia com que eu sentisse essa diferença de maneira muito intensa”, explicou.

Com sua formação política, pensar nessas questões a inquietavam e a colocavam em um “não lugar”, ou o que bell hooks vai denominar “outsiders within”, ou seja, mesmo fazendo parte daquele contexto universitário, ela sentia que tinha algo que a lembrava de não pertencer da mesma forma que as demais pessoas. “Outra coisa que sempre me marcou foi essa interrogação constante sobre o meu lugar. Qual era o meu lugar? Porque a própria formação acadêmica não me fornecia essa resposta, especialmente dentro da perspectiva de classe”, lembrou.

Para ela, os sindicatos falam sobre classe trabalhadora, mas de uma classe trabalhadora onde ela nem sempre se vê.

Eles falam de um trabalhador formal, com direitos garantidos, enquanto nós ocupamos outro patamar – o do trabalho informal, precário, dos piores empregos. E essa relação não era teorizada na minha formação. Era como se fôssemos uma outra classe. Só hoje percebo que, na verdade, sempre estivemos dentro dessa classe trabalhadora. Mas éramos o que chamam de “exército de reserva” – ou melhor, o exército de reserva da reserva. (Tereza Martins, 2024)

Para ela, essas reflexões eram motivo de angústia, de não se enxergar e de ver tantas lacunas. “Eu não me via como parte da classe trabalhadora e me

perguntava: por quê? Tanto que os próprios movimentos sociais dentro da universidade me pareciam algo estranho. O movimento estudantil falava de um lugar e de questões que eu não conseguia tocar, que não eram concretas para mim.”

Uma outra dimensão do problema só foi chegar de fato para Tereza ao ingressar na pesquisa.

Enquanto estudante, eu não conseguia expressar isso, porque tudo era muito naturalizado. Eu era pobre, e isso era visto como algo normal. Além disso, o conhecimento acadêmico é construído de maneira a deturpar completamente a nossa existência neste país. Ele fala sobre nós e de nós a partir de uma perspectiva profundamente perversa, que nos coloca sempre em posição de inferioridade. Então, como eu poderia me enxergar dentro de um espaço onde nós sempre ocupamos o papel passivo? E é exatamente essa ideia de passividade que a literatura acadêmica perpetua sobre nós. (Tereza Martins, 2024)

Essa observação que a militante traz, coaduna com um debate muito importante trazido por Grada Kilomba, sobre o conhecimento que é legitimado pela academia e qual a produção de conhecimento que não é legitimada. Isso tem relação direta com a forma como o racismo moldou determinadas estruturas de poder, e a universidade é um desses espaços. Como coloca Kilomba: “Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência crível” (Kilomba, 2019, p.53)

Tereza aponta que até a identificação de outras professoras negras não era fácil, as que existiam não se reconheciam nesse lugar, então era difícil construir esses lugares de referência.

Na verdade, até havia professoras negras, mas que não se identificavam como negras. Se eu fosse aplicar um processo de heteroidentificação, apontaria duas professoras, mas elas nunca se reconheceram publicamente como negras. E por quê? Porque a maioria absoluta do corpo docente era composto por professoras brancas. Então, eu nunca tive como referência uma mulher negra que se afirmasse como tal nesse espaço, nesse lugar de professora. (Tereza Martins, 2024)

Para ela, o debate racial dentro da universidade era praticamente inexistente, e até hoje ainda é muito incipiente. Tereza entende que há uma grande distorção sobre essa questão.

Com a luta dos movimentos negros, percebemos que alguns cursos começaram a avançar. Mas, mesmo assim, eu, hoje, como professora, me sinto muito discriminada. Como mulher negra que discute a temática étnico-racial, sinto na pele essa discriminação. Sempre foi assim. A questão racial sempre foi negligenciada, tratada como um debate menor. O que sempre predominou foi a discussão de classe. (Tereza Martins, 2024)

Essas questões começaram a tomar forma a partir do doutorado de Tereza, foi quando ela começou a aprofundar esse debate. “E foi justamente na tese de doutorado que passei a discutir a questão racial com mais profundidade. Para você ter ideia, no Departamento de Serviço Social, ninguém debatia essa questão. Absolutamente ninguém.”

Sua caminhada como professora começou em 2009, quando foi aprovada no concurso. No mestrado, ela trabalhou com a questão ambiental, muito atrelada à reforma agrária. O debate racial, de fato, só começou a trazer a partir do doutorado, quando estudou o racismo no mercado de trabalho. “Quando entrei na Universidade Federal de Sergipe (UFS), já tinha essa inquietação. Fui aprovada no concurso e comecei a atuar como professora em maio de 2009. Quando eu trazia o tema, minhas colegas encaravam como algo menor, sem importância. Um debate secundário”, explica.

Dentro da academia, ela assumiu também a coordenação da pós-graduação, o que trouxe a ela um suporte importante. Conhecer os mecanismos administrativos a ajudou muito nesse processo.

Acredito que, por meio das pesquisas na pós-graduação, conseguimos fortalecer esse debate, principalmente a partir das publicações voltadas à população negra. Acho que foi nesse momento, no doutorado, que o debate racial realmente se consolidou no meu trabalho. Defendi minha tese em 2012. Ah, e só voltando um pouco: meus projetos de extensão sempre estiveram muito ligados à questão racial. Esse foi outro espaço fundamental para trazer esse debate. (Tereza Martins, 2024)

### **A luta quilombola**

Tereza coloca que a luta quilombola, de fato, chega para ela em 2002, quando estava coordenando o programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário no sertão.

Através da Saci ela já desenvolvia ações em Mocambo e também no Lazaretto, que é uma comunidade negra.

Mas, isso só se consolidou ao trabalhar em um projeto de desenvolvimento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. “Esse projeto me levou ao sertão, ao Alto Sertão de Sergipe. Para mim, era um trabalho importante, porque envolvia agricultores”, disse. Segundo ela, foi ali que percebeu o tamanho dos desafios que uma mulher negra enfrenta ao assumir uma posição de liderança. “Eu era supervisora de um programa do governo federal no estado de Sergipe. E foi nesse contexto que percebi como as dificuldades para mulheres negras são ampliadas.”

Foi nesse espaço também institucional que Tereza sentiu o peso das diferenças de raça e gênero. Espaço em que sofreu perseguição e teve sua competência questionada. Mas também foi nesse ano que ela fortaleceu a militância no seu próprio quilombo, porque, de acordo com ela, mesmo entre aqueles que se dizem democráticos, na militância, nos partidos políticos, na própria esquerda, as práticas racistas permanecem. “Existe um racismo estrutural que impõe às pessoas negras—especialmente às mulheres—uma postura de subserviência, como se precisássemos sempre baixar a cabeça.”, colocou.

Ela conta que estava atuando nesse projeto como supervisora no Estado. Em 2002, um fazendeiro drenou completamente a Lagoa Natural dos Campinhos, um ecossistema vital para a comunidade. Ele secou a lagoa a ponto de matar milhares de peixes, tudo para plantar arroz.

Apesar de estar fora do quilombo durante o ano, eu nunca perdi minha conexão com a comunidade, pois passava todas as férias escolares lá. Quando cheguei naquele ano, me deparei com uma cena devastadora: o chão da lagoa completamente rachado, um espelho d'água de 12 quilômetros reduzido a nada. A lagoa era a grande mãe da comunidade, e sem ela, as pessoas ficaram sem alimento. Havia um sentimento generalizado de impotência. (Tereza Martins, 2024)

Ela mobilizou as quatro comunidades quilombolas do município de Amparo do São Francisco, perguntando o que achavam daquela situação e instigando-as a lutar. Tereza mostrou que, embora o fazendeiro fosse rico e poderoso, eles tinham o direito de resistir. “Organizamos um abaixo-assinado e solicitamos uma audiência com o Ministério Público Federal. Também denunciemos o caso ao Ibama, mas, na época, não tivemos nenhum retorno. Afinal, os fazendeiros tinham forte influência política no governo de João Alves.”

Apesar das dificuldades, conseguiram êxito com o Ministério Público, que determinou a desobstrução da passagem da água. Assim, a lagoa voltou a se encher, restabelecendo a fonte de sustento da comunidade.

### **Criminalização na luta**

Assim como muitas pessoas negras envolvidas na luta social, Tereza Martins também viveu momentos de criminalização, fruto de uma estrutura social opressora. Ela realizava quatro a cinco reuniões por dia com os povoados e com a coordenação, tentando construir uma militância forte o suficiente para enfrentar essa luta pelo direito das comunidades quilombolas.

Entre as estratégias que adotamos, acabei sendo presa pelo fazendeiro, que estava acompanhado pela polícia, o braço armado do Estado. Fui levada para a delegacia de Propriá sem que ninguém visse. Para você ter ideia, precisei sair da comunidade quilombola para telefonar, pois não havia sequer um orelhão. Enquanto isso, a polícia de Telha, de Própria, de Amparo do São Francisco e, ao que parece, de outro município, estava atirando contra nós porque decidimos remover a cerca que privatizava a lagoa. (Tereza Martins, 2024)

Com pouca estrutura de comunicação para pedir ajuda, ela saiu para telefonar na cidade, e nesse trajeto, foi presa e impedida de ver o massacre que estava acontecendo. “Foi uma cena muito fria: pessoas caindo na lagoa, muitas sem saber nadar... Era desesperador. No caminho até a delegacia, os policiais chegaram a engatilhar as armas para atirar em mim”, relembra.

A militante ficou detida por um tempo sem que ninguém soubesse onde ela estava, junto com a pessoa que pilotava a moto. “Consegui, por sorte, pegar um telefone dentro da delegacia, fui até o banheiro e tentei avisar onde eu estava. Enquanto isso, os policiais faziam pressão para que eu assinasse alguns papéis, mas eu me recusei.”, informa

Ao retomar esse momento de grande dificuldade, ela relata que a presença da deputada Ana Lúcia foi fundamental, e que ela já acompanhava um pouco dessa trajetória. “Ela pediu para que alguém fosse até a delegacia, e isso ajudou a reverter a situação. Enfim, isso é só um recorte da história, porque foram muitos acontecimentos.”, explica.

Tereza conta que sua filha Lumara participou da ocupação do INCRA, que foi um marco importante. Finaliza retomando que pouco se fala sobre o impacto da luta em Campinhos na organização do movimento quilombola em Sergipe. “A partir de dois eventos que realizamos – a primeira caminhada quilombola do estado e a primeira ocupação do INCRA –, conseguimos fortalecer o movimento como sujeito coletivo”.

### **3.3 A dança como lugar de resistência – Cleanes Silva**

Cleanes Maria Santos Silva, mulher negra, sergipana, 54 anos, uma das referências artísticas do estado. A bailarina nascida em 26 de julho, narra como entende a relação entre a religiosidade e seu nascimento. “Sou uma mulher preta que veio ao mundo em um mês simbólico, um mês que consagra as mulheres negras. No sincretismo religioso, essa data está ligada a Nossa Senhora Santana e Nanã, algo que só fui compreender melhor na fase adulta”, relatou.

Nascida e criada em Aracaju, no bairro Siqueira Campos, em uma família grande, com 13 irmãos, hoje restam seis. “Sendo a filha mais nova, cresci sem muita companhia infantil em casa, já que minhas irmãs eram adultas. Passei boa parte da infância brincando sozinha”, completa.

A educação de Cleanes começou em uma escola particular, e muitas das violências que ela viveu ali só reconheceu mais tarde. “Na época, ainda era comum castigos físicos, como bater na palma da mão caso errássemos uma resposta. Hoje sei que isso era violência, mas, na infância, era tratado como normal”, relembra.

Outro episódio marcante que a militante lembra foi sobre o cabelo. “Minha mãe, sem saber lidar com fios crespos, fazia “cocós” – amarrando os cabelos com cordões brancos. Na escola, isso gerava comentários e risadas. Só anos depois compreendi que esse tipo de humilhação era o que hoje chamamos de bullying”.

Essa passagem em sua trajetória, marca o que muitas mulheres negras vivenciaram ainda na infância, uma imposição de uma estética padrão, que é permeada por características brancas, e como características negras são relacionadas ao feio.

A educadora e intelectual Bárbara Carine avalia os impactos do racismo da seguinte forma, “no Brasil, na perpetuação do conceito social de raça, as pessoas vivem e morrem pela sua estampa, pela sua estética, pelo seu fenótipo” (Pinheiro, 2023, p. 51). Essa morte pode ser entendida também da subjetividade da mulher negra, que desde a infância vivencia episódios de violência e opressão, de desqualificação da sua imagem.

Aos 12 anos, ela sai da escola particular e vai para a escola pública, onde começou a perceber o mundo com outros olhos. “Foi nesse período que descobri a arte, ainda que sem querer. Minha família acreditava que todos deviam ocupar o tempo com algum curso, mas, como não tínhamos condições financeiras, eu só podia escolher entre as opções gratuitas. Eu queria praticar uma arte marcial, mas o destino me levou para a dança.”

No início Cleanes resistiu, mas com o tempo e o apoio do seu professor Reginaldo Daniel Flores, ela seguiu na dança e depois de três anos não quis mais sair.

Em 1987, começou a se destacar como uma das poucas alunas negras do grupo. “Havia muito poucos de nós ali – lembro de TT, Rivaldino, e alguns outros. Para me profissionalizar, participei de um curso de monitoria, que naquela época era o caminho disponível para quem queria ensinar”. Para ela, o curso foi um divisor de águas na sua trajetória e abriu portas para que a arte se tornasse parte fundamental da sua vida.

Cleanes começou a dar aulas em 1987 e nunca mais parou. Esteve em comunidades ensinando e, desde então, seguiu nesse caminho.

Como me destaquei, tive muito incentivo do meu professor. Naquela época, a Secretaria de Cultura investia bastante na arte, e a gente recebia bolsas para fazer cursos fora. Com o tempo, me tornei assistente de coreografia e, depois, assistente de direção, aprendendo cada vez mais. Sempre que surgiam bolsas, eu conseguia duas – uma como aluna e outra como assistente – o que me permitiu viajar com frequência, quatro ou cinco vezes por ano, para me especializar. (Cleanes, 2024)

No cenário da militância negra de Sergipe, existia o UNA, mas ela não participava diretamente. Foi em 1993, talvez 1995, que me aproximei do movimento negro, inicialmente através do movimento de mulheres.

### **Inserção no movimento negro e início da CIA Dançar't**

A inserção no espaço de atuação cultural e política ocorreu a partir de referências como Solange, Jane, Joseanes e Ana Íris. Durante esse período inicial, já mantinha uma escola de dança, e a irmã dela, diretora escolar antes de seu falecimento, frequentemente a convidava para realizar apresentações e interações com os alunos. Ainda que não tivesse plena consciência do que significava uma palestra, aceitava os convites e, com a insistência de sua irmã, compreendeu a necessidade de um espaço próprio para compartilhar esse conhecimento.

Nilma Lino Gomes, em seu artigo sobre educação e identidade negra, enfatiza que há uma relação intrínseca da educação com a cultura, nesse sentido, a cultura cumpre também um papel fundamental no processo de formação dos indivíduos.

Muitas vezes, as práticas educativas que acontecem paralelamente à educação escolar, desenvolvidas por grupos culturais, ONG's, movimentos sociais e grupos juvenis precisam ser considerados pelos educadores escolares como legítimas e formadoras. (Gomes, 2003, P.170)

O papel da organização de Cleanes, na realização de oficinas e diálogos com as juventudes negras, é uma ação pedagógica e que contribuiu significativamente para a formação e autoestima desse segmento. Cabe ressaltar, que ao reposicionar

a imagem do jovem negro, a organização Cia Dançar't incidiu no enfrentamento ao racismo na vida de crianças e jovens.



**Figura 8. Integrantes da Cia Dançar't visitam o Ilê Asipá, na foto Mestre Didi e Ojés (BA).** Fonte: Acervo de Cleanes Silva

Quando surgiu a oportunidade de utilizar um local disponível, iniciou a estruturação da própria escola de dança, o que impulsionou e deu visibilidade ao seu trabalho.

A partir do engajamento no movimento negro, integrou a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEM), o que possibilitou viagens a Recife, Salvador e Maranhão para conhecer terreiros e organizações como Soweto e Guedes. Durante essas viagens, acompanhava frequentemente Joseanes, militante da Saci. Contudo, esse período foi marcado por desafios, uma vez que o movimento negro, à época, apresentava resistência à inserção de grupos culturais, priorizando indivíduos e entidades em sua composição.

A inclusão de manifestações artísticas, especialmente ligadas à dança, não era amplamente aceita e enfrentava oposição de determinadas organizações.

Dirigia, então, a Companhia Dançar't, fundada em 1991, e sua participação no movimento negro consolidou-se por volta de 1992 ou 1993.



Nesse contexto, estabeleceu uma parceria com a SACI, após a dissolução do UNA. Sua formação foi intensamente influenciada por reuniões, estudos e militância, além da atuação na Rede de Educadores Populares. Essa rede, ao adotar uma metodologia aberta de educação popular, agregava professores e educadores de diferentes perfis, contribuindo de maneira significativa para a construção política e profissional.



**Figura 9. Cleanes Silva em atividade da Saci.** Fonte: acervo de Carlos Trindade.

A CIA Dançar't também desenvolveu uma forte relação com o Projeto O.E., por meio de uma parceria com a SACI. A companhia estruturava-se em dois núcleos: um infantil e outro adulto. O primeiro atendia o projeto "Meninos e Meninas de Rua", enquanto o segundo se engajava em atividades do movimento negro. Naquele momento, Robson liderava o projeto, e a atuação conjunta permitiu a capacitação de adolescentes e crianças, ampliando o impacto social da dança.



**Figura 10. Matéria da inauguração da sede da Cia Dançart em 1993.** Fonte: Acervo de Cleanes Silva

Embora atualmente o reconhecimento dessa iniciativa seja consolidado, inicialmente enfrentou resistência e críticas. Era comum ouvir que a dança não possuía conexão com as reuniões e atividades políticas. “Enfrentei questionamentos e ataques diretos, com frequentes afirmações de que minha atuação era deslocada do contexto militante. Entretanto, ao longo do tempo, muitas das pessoas que participaram desse processo passaram a reconhecer a relevância da iniciativa e seu impacto em suas trajetórias pessoais e profissionais.”, destacou.

As dificuldades não se restringiram ao âmbito político. Em sua juventude, as condições financeiras limitadas impunham desafios à continuidade na dança. A obrigatoriedade do uso de collant para apresentações exemplifica essa realidade: como não possuía um, utilizava o da prima, que o emprestava após usá-lo pela

manhã. Esse ciclo de uso, lavagem e devolução perdurou por um ano, até que, com o dinheiro de uma apresentação, conseguiu adquirir o próprio collant. Essa experiência reforça a importância do apoio coletivo na trajetória de artistas em contextos de vulnerabilidade social.

### **Primeiros Passos e a Influência de Reginaldo Daniel Flores**

Durante esse período, Reginaldo Daniel Flores, professor e referência na dança moderna, viajava frequentemente, deixando a responsabilidade pelo grupo a cargo de sua assistente. Foi nesse contexto que surgiu a oportunidade de criar um repertório próprio, denominado *Universo Rítmico das Raízes*. Apesar da resistência institucional, a apresentação realizada no auditório do Lourival Batista teve um impacto significativo. Essa experiência revelou as limitações da percepção sobre professores negros no cenário da dança, evidenciando o estigma de que estariam exclusivamente vinculados à dança afro.

Em 1988, aos 18 anos, ela assumiu oficialmente a direção do grupo, tornando-se responsável não apenas pelas apresentações, mas também pela gestão administrativa. Essa transição foi facilitada pelo suporte de Reginaldo Daniel Flores, que a preparou para elaborar projetos, organizar documentos e estruturar a administração do corpo municipal de dança.

Com o término da gestão municipal que a apoiava, houve uma reestruturação na política cultural, resultando no fim do grupo. Como resposta a essa nova realidade, foi fundada a Companhia Dançar't, que passou a ensaiar no espaço do Cultart, enfrentando desafios institucionais decorrentes da nova gestão que não apoiava a vinculação de grupos artísticos a órgãos públicos.

### **Contradições e Disputas no Campo da Dança**

A decisão política de desvincular grupos da administração pública gerou controvérsias, pois o Corpo Municipal de Dança era mantido pelo Estado, garantindo aos bailarinos uma estrutura favorável, com salários e materiais adequados. Esse suporte estatal causou desconforto entre outros grupos independentes, que enfrentavam dificuldades para obter oportunidades de apresentação. Assim, além da gestão e da luta pela manutenção do grupo, a pesquisadora também teve que lidar com as barreiras impostas por sua condição de mulher negra em um ambiente predominantemente masculino.

### **Pioneirismo Feminino na Dança**

No cenário artístico da época, a presença feminina era reduzida, sendo dominado por homens. Para uma mulher, conquistar espaço nesse meio era um desafio. Apesar disso, figuras como Dorinha Teixeira foram pioneiras na criação de escolas de balé, contribuindo para a diversificação da formação em dança na cidade. No entanto, a necessidade de especialização e a falta de apoio institucional resultaram no fechamento precoce de algumas dessas iniciativas.

No período em questão, o Corpo Municipal de Danças trabalhava exclusivamente com danças populares. No entanto, foi possível romper essa barreira e introduzir a dança afro no repertório do grupo. O momento decisivo ocorreu durante uma apresentação assistida pela então secretária de Cultura, que, surpreendentemente, não impediu a mudança e concedeu liberdade para a criação coreográfica. Esse episódio marca um ponto de inflexão na história do grupo, permitindo a ampliação das possibilidades expressivas e a valorização das matrizes culturais afro-brasileiras.

### **A Participação nos Movimentos Culturais e de Mulheres**

A inserção na cena cultural não se limitou ao Corpo Municipal de Danças. Durante a adolescência, houve um envolvimento significativo com os movimentos culturais e de mulheres, estabelecendo parcerias com instituições como a SACI e o Instituto Braços. Essas colaborações resultaram em projetos importantes, como cursos e eventos que promoviam o intercâmbio artístico. Destaca-se, ainda, a participação no conselho editorial da revista Gbalá e a relação com a Jornada de Jumbá, em Recife, fortalecendo a rede de produção cultural afro-brasileira.

Com a necessidade de manter a Companhia Dançar't em funcionamento, foram criados eventos autônomos, como o Sextão Cultural, que servia como fonte de financiamento. Esses eventos contaram com a participação de diversos grupos culturais, como Dejumbay e Soweto, evidenciando a conexão entre diferentes coletivos da dança afro. Além disso, a sede da Companhia Dançar't, localizada no bairro Siqueira Campos, tornou-se um importante espaço de efervescência cultural, promovendo festivais e ações comunitárias.

### **O Festival de Dança para Grupos Independentes e a Exclusão nos Festivais Convencionais**

O Festival de Dança para Grupos Independentes surgiu em 1993 como resposta à exclusão de grupos negros e periféricos dos festivais tradicionais. Nas academias de dança, a participação era restrita a quem podia pagar, o que limitava a inserção de bailarinos negros, especialmente mulheres. Essa realidade não se limitava à dança, mas também a outras formas de expressão artística, evidenciando um sistema de exclusão racial e econômica. Esse cenário levou à criação de espaços alternativos para valorização da cultura afro-brasileira.

A introdução da dança afro no repertório do Corpo Municipal de Danças e a criação de espaços culturais alternativos demonstram a relevância da atuação de mulheres negras na transformação do cenário artístico. Apesar das barreiras institucionais e sociais, foi possível estabelecer um campo de resistência e criação, permitindo que a cultura negra ocupasse um espaço de destaque. O reconhecimento dessas histórias e experiências é essencial para a compreensão do impacto das danças afro-brasileiras na construção de identidades e na promoção da diversidade cultural.

O relato sobre a propaganda da Ipanema Tecidos revela um caso emblemático de racismo estrutural e exclusão da mulher negra nos espaços midiáticos. A experiência narrada ilustra como, em um período em que a representatividade negra era ainda mais limitada do que hoje, a imagem do corpo negro era controlada e muitas vezes invisibilizada, sendo tolerada apenas dentro de certos limites impostos pelos padrões eurocêntricos de beleza.

No convite para a propaganda para a loja Ipanema Tecidos, a militante se depara com uma situação emblemática: ao invés de aparecer integralmente na filmagem, sua imagem foi enquadrada apenas da cintura para baixo. Essa decisão não foi casual, mas uma escolha consciente da produção, que evitava exibir seu rosto e cabelo, elementos que não se encaixavam no padrão branco hegemônico da publicidade da época.

A ausência de uma justificativa clara e a reação hesitante do diretor demonstram que a discriminação não era explícita, mas operava de forma velada, sustentada por um racismo estrutural que não precisava ser verbalizado para ser compreendido. A fragmentação do corpo negro nesse contexto reflete uma estratégia recorrente da publicidade e da mídia em geral: quando não podem negar totalmente

a existência de pessoas negras, elas são representadas de forma parcial, subjugadas a uma narrativa que reforça a sua posição de subalternidade.

A experiência de Cleanes na propaganda não é um episódio isolado, mas um reflexo de um sistema excludente que impôs barreiras para a presença da mulher negra na publicidade. A imposição de padrões brancos de beleza, a fragmentação da imagem negra e a necessidade de reivindicar espaços básicos de visibilidade são marcas desse processo.

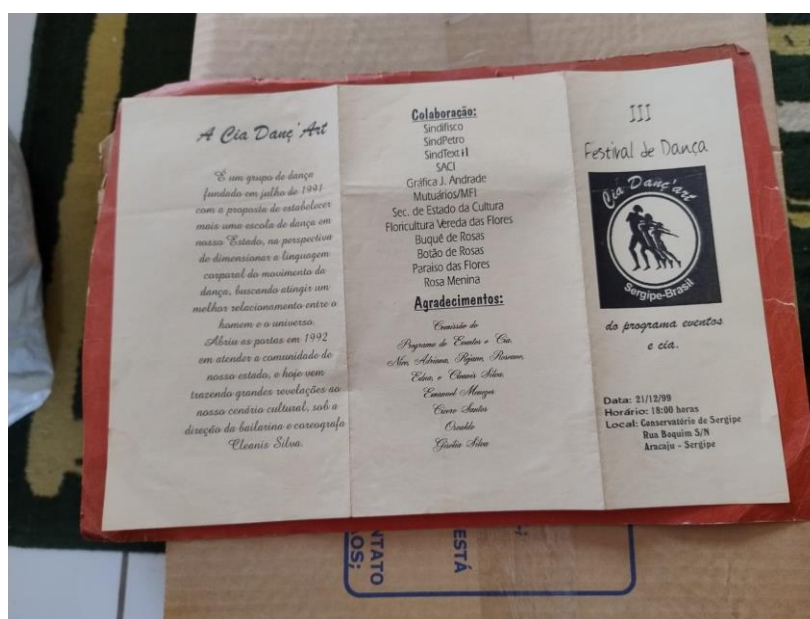


Figura 11. Panfleto do Festival de dança. Fonte: acervo de Cleanes Silva

### Referências na militância

Joseanes foi uma figura essencial na trajetória de Cleanes. Sua influência, sua força e sua coragem foram determinantes para que eu retomasse a Companhia Dançar't. "Se existe alguém que pode contar sobre essa caminhada com riqueza de detalhes e com o olhar de quem viveu cada passo ao meu lado, essa pessoa é ela", afirmou.

Durante os anos, viajaram muito juntas, ela pontua que cada experiência foi um aprendizado. Ela talvez nem saiba, mas sempre foi minha referência. "Uma vez, até disse isso a ela, mas não sei se ela chegou a ouvir ou absorver o que eu queria expressar. O fato é que sua presença foi fundamental para moldar minha visão sobre a arte, sobre a luta e sobre o papel da mulher negra nos espaços que ocupamos.", colocou.

A militante fala que Joseanes era polêmica, e que ela mesma tinha consciência disso. “Para ser sincera, essa era uma das características que mais admirava nela. Não se calava, não se curvava, não pedia permissão para existir. Isso incomodava muita gente, mas era também absolutamente necessário. Mulheres como ela abrem caminhos para que outras possam vir depois”.

Grande admiradora da trajetória e postura de Joseanes, Cleanes destaca que lembra de observar:

Que mulher retada! Um dia, quero ter essa coragem toda. Hoje, ao olhar para trás, vê o quanto aprendeu com ela e o quanto sua presença foi decisiva. Na época, havia muitos cursos de capacitação para mulheres, tanto para o desenvolvimento profissional quanto para fortalecer o movimento. Também viajavam muito para conhecer outras realidades. O grupo tinha várias parcerias com instituições e coletivos de mulheres. Me lembro de uma parceria forte com as mulheres trabalhadoras domésticas. (Cleanes, 2024)

Cleanes cedeu a CIA Dançar't para diversas atividades do movimento de mulheres. Inclusive, para Yá Jane, da Acarajé de Iansã. Na época, ela não tinha um terreiro fixo e vivia mudando de lugar. Então, eu disse: "O que posso fazer para ajudar?". Acabei cedendo o espaço, e ela montou tudo lá.

Sobre as mulheres que participavam, ela ainda citou outras como: Solange, Yá Jane Lúcia, Dona Ilza do Oxalufan, Júlia Ban. “Foi ali que conheci Júlia. Eu ficava encantada vendo ela dançar na praça do Santa Cruz. Até que a convidei para a Companhia”.

O relato de Cleanes traz à tona o que diversos outros relatos de mulheres negras militantes traz, a construção de uma rede de solidariedade entre as mulheres negras que viveram esse período na militância negra sergipana.

Essa rede de solidariedade e fortalecimento, impulsionou as trajetórias coletivas e individuais dessas mulheres. A poder desse fortalecimento a partir da coletividade também foi reconhecido por Audre Lorde, quando ela coloca que:

O avanço de mulheres negras que se definem sob suas próprias condições, prontas pra explorar e buscar o nosso poder e os nossos interesses dentro das nossas comunidades, é um componente vital na guerra pela libertação dos negros. (Lorde, 2019, p. 58)

O relato de Cleanes evidencia um aspecto fundamental da militância negra feminina: a construção de redes de solidariedade que servem tanto como suporte emocional quanto como estratégia política. A presença de mulheres como Solange, Yá Jane Lúcia, Dona Ilza do Oxalufan e Júlia Ban nesse contexto reflete como a luta

coletiva permitiu não apenas a resistência, mas também o florescimento de trajetórias individuais dentro da militância negra sergipana.

Esse fortalecimento pela coletividade é um elemento que atravessa a história dos movimentos de mulheres negras no Brasil e no mundo. Como pontuado por Audre Lorde, o avanço das mulheres negras se dá quando elas definem suas próprias condições e exploram seu poder a partir das suas realidades e comunidades. Isso ressoa na experiência dessas militantes sergipanas, que encontraram na coletividade a força para enfrentar as barreiras do racismo, do machismo e das violências institucionais.

Além disso, a referência à dança na praça de Santa Cruz traz um elemento simbólico importante: a cultura como forma de resistência e identidade. O corpo negro em movimento, ocupando o espaço público, reafirma uma existência que historicamente foi silenciada ou marginalizada. O convite para Júlia integrar a Companhia reflete essa dinâmica de reconhecimento e acolhimento que caracteriza as redes de mulheres negras.

Portanto, essa rede de solidariedade e fortalecimento entre mulheres negras não é apenas um suporte emocional, mas um motor de transformação social e política. Ao se fortalecerem juntas, essas mulheres não apenas resistem, mas também constroem caminhos para que outras possam trilhar.

### **3.4 Raimunda Andrade – acima do medo, coragem!**

Raimunda Andrade, ou Rai, como é conhecida por todos, nasceu e cresceu em Poço Verde, município sergipano. Mulher negra, que se identifica como parda, de 61 anos, morava com seus pais e sua irmã, e viviam com muita simplicidade, formada em Pedagogia (UFS) e atualmente é mestranda pelo IFS. Apesar de ter vivido a infância intensamente, desde muito nova percebia as divisões sociais, mesmo que não soubesse nomeá-las.

A gente era muito pobre. Quando se é tão pobre assim, nasce um sentimento de inferioridade. Na Rua de cima, morava o pessoal com melhores condições financeiras – donos de padarias, postos de gasolina. Era o que hoje chamam de classe média. Enquanto isso, nós vivíamos na periferia, enfrentando dificuldades. Mas, na infância, você não percebe totalmente essas diferenças. Só mais tarde, na adolescência, fui compreendendo as desigualdades. (Raimunda, 2024)

Rai conta que na juventude se interessou por um rapaz, mas chegou a perceber que ele sempre preferia as meninas da rua de cima, aquelas que tinham melhores



condições de vida. Eram filhas de gente com dinheiro, e isso pesava na escolha. Para ter condições de ajudar financeiramente em casa, ela trabalhou como doméstica na casa de Dona Josefa. “Senti muita vergonha quando meus professores do ginásio, que moravam perto, passavam na frente da casa e me viam varrendo a calçada. Eles eram respeitados na cidade, trabalhavam no Banco do Brasil, e eu me sentia diminuída naquela posição.”, contou

Apesar disso, ela afirma que, trabalhar naquela casa trouxe aprendizados valiosos. Segundo ela, a filha de Dona Josefa lia muito, e isso a inspirou. “Eu já tinha um gosto pela leitura desde pequena. Meu pai adorava literatura de cordel e ficava encantado ao me ver lendo para ele. Mas foi naquela casa que meu gosto pela leitura cresceu ainda mais”, disse.

Foi durante seu trabalho como doméstica que Rai começou a ter contato com outras referências de música e leitura. “Eles ouviam músicas que eu nunca tinha escutado antes – Chico Buarque, Sérgio Endrigo, Violeta Parra, Caetano Veloso, Ernesto Nazareth. Eu tinha apenas 15 anos e, mesmo sem entender tudo, comecei a apreciar aquelas músicas. Eles também organizavam festas culturais e liam bastante. Eu ficava encantada com aquele mundo novo que se abria para mim”, contou.

As condições em sua casa eram bem simples, segundo ela, não tinha banheiro em casa, o chão não era cimentado, as paredes não eram rebocadas. “A gente comia sentada no chão, o fogão era de lenha... então era muito assim, você é bem pobre, né?” A comparação com os outros era inevitável. Não que todos fossem ricos, mas “tinha umas pessoas que eram ricas, tinha outras que tinham uma condição melhor que você”. Isso trouxe um sentimento de inferioridade muito forte.

A pobreza a fazia perceber as desigualdades sociais da sua realidade, conseqüentemente, mexia com a forma como via a si mesma, alimentando esse olhar de inferioridade diante de outras pessoas com maiores condições financeiras.

A insegurança se refletia na timidez extrema. “Eu fui insegura, quase não conversava, tinha muita vergonha de falar, de conversar.” Ainda assim, apesar das dificuldades, as lembranças da infância não são apenas de tristeza. “Me lembrei de muitas coisas boas também... minha vida, meu pai, minha mãe.”

Quando a mãe morreu, muitos achavam que o pai não ficaria com as filhas. “As pessoas achavam que meu pai não ia ficar com a gente porque ele era muito grosso

às vezes... mas ele tratou a gente muito bem. Nunca deu a gente pra ninguém criar, né.”

A família era pequena. “Era eu e Selma, minha irmã.” Selma, quatro anos mais nova, era sua única companhia constante. O pai, apesar de rígido, era extremamente inteligente. “Meu pai era um homem muito inteligente... ele era ateu.” Em uma época e lugar onde a centralidade da Igreja Católica era absoluta, isso era uma raridade. “Ele dizia que não acreditava em padre, que padre era um homem igual a ele, que não ia ficar pedindo... Ele era ateu.” Já a mãe era extremamente católica. “Eu me lembro dela me levando pra igreja... muito vaidosa, gostava de arrumar a gente.”

A infância foi marcada por essa dualidade entre um pai crítico das tradições religiosas e uma mãe devota.

### **Mudança para Aracaju**

Quando conseguiu o primeiro emprego, tudo mudou. “Comecei a trabalhar no supermercado... fui registrada em 16 de fevereiro de 1981. Eu tinha 16 anos.” O emprego trouxe a possibilidade de independência. “Foi aí que eu comecei a ficar vaidosa, a comprar roupa... esse desejo de se arrumar, acho que qualquer pessoa tem.” A vaidade foi um símbolo de conquista, um jeito de afirmar sua identidade.

Pouco tempo depois, o pai faleceu em um acidente. “Meu pai morreu... eu estava no supermercado quando me avisaram. A gente veio para Aracaju, mas no dia 27 de janeiro de 1982 ele faleceu.” Aos 52 anos, partiu cedo, deixando as duas filhas sozinhas na casa simples de Poço Verde. “Ficou eu e minha irmã... mas a gente morria de medo de dormir só.”

O medo de ficar sozinha a levou a buscar abrigo na casa de vizinhos. “Acredita que eu fiquei quase um ano indo pra minha casa só pra tomar banho e comer, e depois ia dormir na casa desse pessoal com medo de ficar só?” Foi um período de medo e insegurança, mas também de superação.

Quando surgiu a oportunidade de transferência no supermercado onde trabalhava, ela não pensou duas vezes. “Eu pedi pra ele pra ir pra Aracaju... e eu fui.” Deixou Selma com uma vizinha de confiança e partiu em busca de uma vida diferente.

Em Aracaju, começou uma nova fase. “Vim morar na rua de Estância, na casa de um pessoal de Poço Verde... pagava um quarto no fundo da casa pra poder ficar.” Era o início de uma trajetória marcada por coragem e determinação. A menina que

cresceu sentindo-se inferior agora começava a traçar seu próprio caminho, enfrentando seus medos e rompendo as barreiras que o destino lhe impôs.

Eu trabalhava na Rua Amazonas. Depois de um ano e pouco, fui demitida. “Você foi demitida?” “Fui, acho que fiquei um ano e pouco lá.” Nesse tempo, eu morava na casa da família de Toninho, uma família de Poço Verde. Eles moravam aqui em Aracaju, na Rua Estância. Eu pagava pra ficar num quartinho no fundo. Ia trabalhar todo dia. Depois de um tempo, saí dessa casa e fui pra outra, mais embaixo. Fiz amizade com as meninas, a filha da dona da casa. “Tudo parecia bem, mas de repente, o menino da casa mandou eu ir embora. Fiquei enlouquecida”.

Ela conta que a chegada a Aracaju lhe trouxe muito medo. “Medo de sair na rua, medo de ser estuprada. Nunca tinha ido pra um lugar tão grande. Morria de medo mesmo. Fiquei desesperada.”

Apesar de ter ido falar com o dono da casa, ela conta que o filho dele não facilitou. “Então, arranjei outro emprego com a dona Lina na Augusto Maynard, através do Ronald, que fazia propaganda. Ele é jornalista da Fúria da Praia. Era um bico, e quando não é emprego fixo, a gente fica desesperada”, segundo ela, pensava em fazer concurso, mas sua trajetória escolar não a ajudou. “Eu me sinto uma pessoa de sorte, sabe? Minha religiosidade me ajudou. Dei conta de tudo sozinha, eu e minha irmã. Viemos pra capital e nunca me perdi na vida”.

### **Inserção no movimento negro**

Foi em 1986, ainda morando no Siqueira, que Raimunda Andrade conheceu o pessoal do movimento negro. “Naquela época, eu frequentava a Atalaia Nova desde 1984, onde conheci Carlos Alberto. Eu o via com frequência por lá. Ele trabalhava por ali, e eu costumava ir ao bar Frutos do Mato, que era de Ocelon e Sueli, um casal de Itabaiana. Com o tempo, fui me aproximando do Carlos Alberto, e começamos a andar juntos. Todo final de semana, nos reuníamos com um grupo de amigos naquele bar”, lembra.

Raimunda conta que seu amigo Carlos Alberto era um homem extremamente inteligente, com uma retórica fantástica. Ele já tinha uma longa experiência de militância e vivências relacionadas ao racismo, por ser um homem negro de pele retinta. “Eu o admirava muito pelas conversas profundas e reflexões que ele trazia”, diz Rai.

Através dele, ela conheceu a União dos Negros de Aracaju (UNA), segundo Rai, fundada em 1985 ou 1986, por Carlos Alberto, Trindade e outros colegas. Nessa época, Carlos Alberto já namorava Solange, mas eu só descobri isso depois. Conheci também um casal incrível, Guadalupe e Ricardo, que faziam parte da comunidade eclesial de base da Igreja Católica e vinham de Recife. Eles me convidaram para participar das reuniões do UNA, realizadas na praça Camerino”.

Ela tinha por volta de 21 anos em 1985, muito jovem e sem nenhuma percepção sobre racismo ou leitura de mundo. “Eu ia às reuniões sem entender quase nada, mas estava lá, presente e curiosa. Na época, minhas leituras eram best-sellers norte-americanos, livros de autoajuda e religião. Foi no UNA que começaram a me apresentar leituras diferentes, que abriram minha mente para o racismo e as estruturas sociais”, conta.

Foi o contato com as leituras que o movimento negro fazia que novas perspectivas se apresentaram para ela. “Lembro-me de ficar profundamente chocada ao ler sobre o papel da Igreja na implementação do sistema escravocrata. Aquilo me abalou. Eu, que tinha sido professora de catecismo, jamais imaginei que a história pudesse ser tão cruel e complexa. Esse choque foi o começo de uma longa jornada de aprendizado e questionamento”.

Nesse período as relações com outras integrantes foi se fortalecendo, e se transformando em amizades. “Nós éramos muito unidos. Frequentava a casa de Carlos Alberto e de outros amigos. Foi um período de descobertas e crescimento pessoal, onde eu estava me descobrindo como pessoa e como mulher negra em uma sociedade tão marcada pelas desigualdades”.

### **Atuação no UNA**

Rai se recorda do emblemático evento “Noite da Beleza Negra”, quando colocaram várias barracas pra vender comidas. Um outro momento marcante para ela foi quando fizeram uma intervenção na rua, através de pichações. “Teve uma que eu nunca esqueci. Eu, Trindade e Chico Buxinho fomos pichar de madrugada na Rua do Acre, perto da indústria Corona. A frase era: **“Pau no cu dos racistas.”**”

Ela explica que a frase gerou muita polêmica na sociedade, principalmente pela época ainda com resquícios da ditadura. Rai fala com carinho sobre o apoio recebido pelo casal Guadalupe e Ricardo. “Eles iam lá pra casa, no Siqueira Campos, pra

estudar comigo. Eu precisava aprender, porque eu passei pela escola, mas não aprendi nada. Foi uma vida de sobrevivência.”

Ela conta que foi criada acreditando que quem tem formação é inteligente, mas não é assim, segundo ela, “tem gente que não teve educação formal, mas tem uma inteligência fenomenal. É sobre os saberes”, disse. E foi com o apoio desse casal que Rai consegue passar no vestibular na UFS. Nesse período Rai se recorda de diversas mulheres negras ativistas atuando, ela fala de Lindinalva, Yalorixá, que já atuava tanto em defesa dos povos de terreiro como no movimento negro.

### **Atuação de Mulheres Negras e Conflitos nos Movimentos**

Rai relata sobre recordações acerca da atuação de mulheres negras na época em que conviveu com o movimento social. Ela afirma que existiam muitos conflitos. Segundo ela, os homens dos movimentos sociais e sindicais “eram homens melhorados”, ao menos aparentemente, pois, de acordo com a mesma, ela descobriu que o discurso é uma coisa, e a prática é outra. “Tinha muitos conflitos, porque, às vezes, os homens negros não namoravam as mulheres negras”.

### **O Fórum de Mulheres Negras de Aracaju**

Um ponto alto de sua militância foi a participação do Fórum de Mulheres Negras de Aracaju. Rai conta como as mulheres negras se reuniam para discutir a importância da participação política e que era preciso ter uma organização onde elas pudessem atuar sem cerceamento”. Foi fundado um Fórum de Mulheres Negras de Aracaju... Participava eu, Jane Lúcia, Virley, Joseanes, Solange... Eu não me lembro quem foi que criou. Eu só me lembro que a gente se reunia e tinha essa mulherada toda.”

Durante a atuação do Fórum foram desenvolvidas diversas ações de fortalecimento e para arrecadação de recursos para a mobilização. A exemplo de uma feijoada para arrecadação de dinheiro para que pudessem enviar militantes para um encontro nacional. “A gente fez uma feijoada... uma festa no Sesc pra arrecadar dinheiro. Porque ia ter algum encontro. O fórum que fez... Solange era professora no Sesc, no supletivo... Solange sempre foi uma aliada... e lutava sobre essa questão racial, né?”.

Além disso, Rai revela que havia um entendimento do grupo que era fundamental dar prioridade de representação e fala para as mulheres negras mais retintas, sendo assim, ela e outras companheiras da pele mais clara conseguiam

entender a importância desse compromisso. "A gente nunca ficou na frente pra falar sobre as mulheres negras. Hoje eu compreendo completamente. Esse lugar de fala mesmo. Porque nós, mais claras, não passávamos preconceito nem racismo que uma mulher negra da pele mais retinta passa, né?". Ela lembra de ter levado Robson Martins para reuniões do UNA na Rua Santa Luzia, em um local que pode ter sido o CESEP, embora não tenha certeza. Robson se tornou uma grande liderança no movimento negro de Sergipe, fundando a Associação de Capoeira Abaô, e ainda reconhece a importância desse convite na sua trajetória.



**Figura 12. Raimunda Andrade e Robson Martins no encontro preparatório no Centro de Criatividade em 1991 para o I Encontros Nacional de Entidades Negras, que ocorreria em SP.**  
Fonte: acervo pessoal de Raimunda Andrade

Rai conseguia perceber que dentro do movimento negro haviam conflitos de gênero. “Naquela época, as principais lideranças eram homens. Essa predominância masculina refletia as disputas políticas e os desafios enfrentados pelas mulheres para ocupar espaços de liderança.” De acordo com ela, as lideranças masculinas eram as vozes principais, viajavam e representavam o movimento, enquanto as mulheres enfrentavam dificuldades para se destacar. Além disso, havia tensões sobre relacionamentos afetivos, já que muitos homens negros, apesar de atuarem na militância racial, optavam por namorar seriamente mulheres brancas, o que gerava discussões e conflitos.

Rai trouxe de suas memórias o Encontro de Laranjeiras, em 1988, durante a comemoração dos 100 anos da Abolição. Ela estava presente no evento, que marcou um momento significativo na história do movimento negro no Brasil.

Paulinho da Viola, eu lembro que ele fez uma palestra numa igreja lá. [...] A gente foi todo mundo para o encontro em Laranjeiras. E veio Abdias do Nascimento. Eu tenho um livro autografado por Abdias do Nascimento. Caramba! Foi um ano bastante relevante porque veio essas figuras todas. [...] Foi uma época de muita efervescência no movimento. E a gente andava todo mundo junto. (Raimunda, 2024).

Ao longo de sua trajetória, Rai não apenas testemunhou, mas também viveu as transformações do movimento negro em Sergipe. Seu amadurecimento político e pessoal foi forjado na militância, nos encontros efervescentes, como o de Laranjeiras em 1988, e nas complexas dinâmicas internas do movimento, marcadas por disputas de gênero e reflexões sobre colorismo.

Ela compreendeu a importância de abrir espaço para as vozes das mulheres negras mais retintas, reconhecendo os diferentes graus de opressão vivenciados dentro do próprio grupo racial. Esse entendimento não a afastou da luta, mas a posicionou estrategicamente como aliada e suporte na construção de um movimento mais inclusivo e representativo.

A solidariedade vivida e compartilhada no interior do movimento foi um dos pilares que possibilitou não apenas a resistência coletiva, mas também a transformação individual de muitas ativistas. Para Rai, esses laços de apoio não só fortaleceram a militância, como também abriram caminhos para novas oportunidades educacionais e profissionais, contribuindo para melhores condições de vida.

A trajetória de Raimunda é de superação, quando ela traz da memória a insegurança e os problemas de autoestima gerados ainda na infância por conta das questões econômicas e desigualdades.

Foi movida pelo desejo de estabelecer melhores condições de vida, que assim como tantas outras pessoas negras, da zona rural, Raimunda se muda para a capital, enfrenta desemprego, persiste na luta pelos estudos e encontra rede de apoio entre outras pessoas negras através do movimento negro.

É essa rede que traz também elementos importantes na construção da vida profissional e na vida afetiva da militante, revelando as costuras e as linhas tênues entre o pessoal e o político.

## 2.5 Nem mulata, nem morena, eu sou negra! - Jane Lúcia

Jane Lúcia, mulher negra de 66 anos, nasceu no bairro Siqueira Campos, em Aracaju (SE), mas ainda criança mudou-se com os pais para o Rio de Janeiro, onde foi registrada. Com ensino fundamental incompleto, trabalhou como cozinheira por muitos anos e, já na fase adulta, retornou a Sergipe, onde chegou a ocupar um cargo comissionado na Assembleia Legislativa do estado.

Quando voltei do Rio de Janeiro, retornei com um estilo muito carioca, usando meias-calças coloridas e estampadas. No entanto, percebi que em Sergipe eu não era vista como "morena" ou "mulata" da mesma forma que no Rio. Aqui, minha negritude era mais evidente, o que me fez enfrentar preconceitos, especialmente por ser mãe solteira e negra. (Jane Lúcia, 2024)

Esse choque de percepção de si fez com que ela entendesse a importância de tomar para si sua identidade como mulher negra, e não aceitar mais o olhar deturpado de embranquecimento. Entre as primeiras pessoas que ela conheceu do movimento negro ela destacou Djenal Nobre, com quem teve um relacionamento.

Ele foi a primeira pessoa a me introduzir nas discussões políticas. Ele me deu um livro sobre os dez anos do MNU (Movimento Negro Unificado) e disse: "Não quero uma mulher burra do meu lado". Isso foi entre 1987 e 1988, logo após meu retorno a Sergipe. Através dele, conheci o movimento negro local, liderado por figuras como Carlos Alberto Trindade, Pedro Neto e Irivan. (Jane Lúcia, 2024)

Nessa época, o UNA estava em processo de transformação para se tornar o SACI e organizou um seminário de articulações políticas em São Cristóvão. Durante o evento, ficou claro que, embora houvesse uma necessidade de inclusão de mulheres por conta de cotas, segundo Jane muitos não acreditavam que as mulheres teriam discurso ou força para enfrentá-los politicamente.

Após esse seminário, Já Jane Lúcia relata que reuniu-se com Joseanes, Cristina dos Bantos (do bloco afro do Bairro América), Júlia, Isabel Nunes e outras companheiras, como Geilza e Geilma, que na época faziam parte do MNU, "foi aí que surgiu a ideia do Fórum de Mulheres Negras", revelou.

Segundo a militante, o objetivo era participar de eventos fora do Estado, buscando ampliar vozes e fortalecer o movimento. No entanto, posteriormente, ela opta por se afastar do movimento negro para se dedicar ao movimento religioso. Durante esse período, ela conheceu a Renafro, o Cenarabe e Angélica, "uma professora muito intelectual, mas que não se envolvia diretamente nas lutas da forma



que nós fazíamos. Naquela época, nós, mulheres negras, não tínhamos voz. Os homens do movimento simplesmente não nos deixavam falar.”

### **Formação do Fórum de Mulheres Negras de Sergipe**

Yá Jane Lúcia, uma das ativistas negras da época (80-2000), esteve na linha de frente do processo organizativo de mulheres negras em Sergipe. Segundo ela narra, o Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, fundado por ela e Joseanes e outras mulheres. “Após um seminário de formação política promovido pelo UNA, que mais tarde se tornou o SACL, em São Cristóvão, senti a necessidade de criar o Fórum de Mulheres Negras”.

Com sua experiência na militância em movimentos mistos de mulheres, era perceptível que havia resistência por parte de algumas mulheres brancas, que não aceitavam a ideia de um fórum específico para mulheres negras. “No entanto, entendíamos a importância de ter um espaço exclusivo para nós, além do fórum geral de mulheres feministas. Esse entendimento ficou ainda mais claro quando Rai me confessou que nunca havia sentido na pele o que eu e outras companheiras negras, como Rejane e Joseanes, havíamos vivido.”

As críticas e questionamentos dos companheiros de movimento continuaram acontecendo. Jane fala que os confrontos diretamente com o grupo masculino geravam desconforto entre eles e elas começaram a não ser bem-vindas. Fomos rotuladas como “feministas demais”, mas seguimos em frente.

O relato de Jane coaduna diretamente com a análise desenvolvida por Renata Gonçalves (2019) em seu artigo sobre os 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), segundo ela:

Todas aquelas que teimavam em participar ativamente da discussão política e queriam abandonar a forma passiva de atuar no movimento eram classificadas como ‘xeretas’. Mas estavam dispostas a avançar. Cabe enfatizar, porém, que mesmo percebendo as vantagens que o patriarcado possibilita aos homens negros em comparação com as mulheres negras, elas estavam conscientes do peso da discriminação racial sobre eles. (Gonçalves, 2019, p. 13)

A experiência relatada por Jane evidencia os desafios enfrentados por mulheres negras ao confrontarem estruturas patriarcais dentro dos próprios movimentos sociais. Ao serem rotuladas como “feministas demais” e sentirem-se deslocadas, essas mulheres enfrentam a tentativa de silenciamento e exclusão por questionarem as dinâmicas de poder estabelecidas.

Esse cenário dialoga com a análise de Renata Gonçalves (2019), que aponta como, historicamente, mulheres negras que ousaram participar ativamente da política foram vistas como “xeretas”, mas ainda assim persistiram na luta por voz e autonomia. A narrativa revela, portanto, a complexidade das relações de gênero e raça, evidenciando a necessidade de um olhar interseccional que considere as especificidades das mulheres negras.

Essas mulheres negras compreendiam as complexas camadas de opressão que também afetavam seus companheiros de militância. Elas reconheciam que o racismo estruturava as relações sociais de maneira profunda, atingindo os homens negros de forma violenta, negando-lhes oportunidades e impondo estigmas que os colocavam em posições vulneráveis na sociedade. Essa consciência evidenciava a interseccionalidade de suas lutas: enquanto batalhavam por igualdade de gênero, não perdiam de vista o impacto do racismo sobre seus irmãos de raça.

O grupo consolidado organizava reuniões para discutir a situação das mulheres negras sergipanas, articulavam e mobilizavam para a realização de eventos, com a finalidade de arrecadar recursos para a ida aos eventos regionais e nacionais. A feijoada para a ida a uma reunião de mulheres negras em Brasília.

Nós formamos um grupo com apoio na documentação de Rai, Norma Regina (que já faleceu), e sua irmã Cristina, que na época estava esquizofrênica. Também faziam parte Isabel, Cristina dos Bantos do Barra América. Organizamos uma feijoada beneficente no Sesc da Ido Siqueira, um espaço que conseguimos graças à ajuda de Solange Elias. Durante o dia, vendemos ingressos, preparamos a feijoada e comercializamos os pratos no evento. O objetivo era arrecadar dinheiro para participar de uma reunião de mulheres em Brasília. (Jane Lúcia, 2024)

Apesar dos esforços, o grupo não conseguiu arrecadar o valor necessário para enviar uma delegação, indo apenas uma representante, nas palavras de Jane houve mais dívida do que lucro. “Joseanes foi representar o grupo, enquanto eu precisei ficar. Depois disso, mantivemos contato com outras mulheres de Salvador. Participamos de um seminário no Colégio Jackson de Figueiredo, onde vieram duas mulheres de Salvador, incluindo Valdecir, se não me engano. Nesse evento, começamos a articular outros encontros e a fortalecer nossa rede de apoio”, contou Jane.

Ela relata que houve um encontro de mulheres negras no Rio de Janeiro, e apenas ela e Joseanes participaram. Aconteceu na sede de um sindicato no centro

do Rio. “Foi lá que conhecemos Mãe Beata. Desse seminário no Rio, surgiram outros eventos em Salvador, e continuamos participando ativamente”, completa.

Jane lembra que com o tempo o grupo foi se desfazendo, por diversos motivos, algumas integrantes do grupo se afastaram por questões pessoais, como namoro, casamento ou maternidade. Mais tarde, Sônia Oliveira se juntou ao grupo, fortalecendo ainda mais o movimento.

A trajetória desse grupo de mulheres é marcada por coragem, resiliência e um profundo compromisso com a luta pelos direitos das mulheres negras. Surgido em um contexto de dificuldades financeiras e desafios sociais, o grupo encontrou na união e na solidariedade a força necessária para enfrentar as adversidades.

### **Movimento afro-religioso**

Dentro do Fórum de Entidades Negras, Jane Lúcia sempre tentou incluir a discussão sobre religião, mas havia resistência. “Naquela época, Trindade, Pedro Neto, Carlos Alberto, Elis, Solange e Irivan não eram do candomblé e se recusavam a discutir religiosidade. Apenas eu e meu irmão, João Batista (conhecido como João Marco), éramos do santo. Essa rejeição à religião não acontecia só em Sergipe, mas em vários estados. Então, o movimento das religiões de matrizes africanas se fortaleceu e se organizou”, explicou.

A militante relembra que essa divisão ficou ainda mais evidente durante um encontro nacional do movimento negro em São Paulo, que foi um preparatório para a Conferência de Durban. “Muitas pessoas daqui foram para Durban, como Joseanes, Angélica e Trindade. Após o retorno, houve um fortalecimento da SACI, mas eu já estava mais focada na religiosidade”, coloca.

Quando Jane se refere ao evento em Durban, ela está falando da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em 2001 e promovida pela Organização Nações Unidas (ONU). A atividade ocorreu na África do Sul e na ocasião foram elaboradas a Declaração e Programa de Ação de Durban com foco no combate ao racismo, compromisso firmado internacionalmente.

Em artigo de Sueli Carneiro sobre a importância da atuação das mulheres negras e suas organizações no contexto de organização de Conferência e durante a

Conferência, contribuindo efetivamente para a construção de uma política internacional de enfrentamento ao racismo e outras discriminações.

Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas, destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledés/Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul. (Carneiro, 2018, p. 188)

A articulação dessas organizações foi crucial não apenas para dar visibilidade às demandas das mulheres negras, mas também para influenciar na formulação da Declaração e Programa de Ação de Durban. Essa participação ativa evidencia o protagonismo das mulheres negras brasileiras na luta global contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância.

Para Jane, essas experiências foram importantes porque a ajudou a se reconhecer enquanto mulher negra. “Eu não era morena ou mulata, como me identificava no Rio de Janeiro. Ao me envolver no movimento, aprendi a me olhar no espelho e dizer: “Eu sou negra, eu sou preta”. Esse processo de reconhecimento foi essencial para minha militância e minha identidade”, ressalta Jane.

### **Obstáculos no movimento**

Jane lembra que não foi um período fácil o início da militância, e mesmo entre a esquerda, ainda haviam muitas dificuldades e preconceitos. “Eu e Joseanes passamos por muitos desafios na época, ela fazia parte da Cáritas, uma organização ligada à igreja, e também era tesoureira da Associação de Moradores do Bairro América, conhecida como Amaba. Muita gente passou por essa associação. Naquele tempo, Joseanes ainda não percebia que, em algumas situações, era excluída por causa da cor”.

Jane lembra com muita tristeza de um conflito dentro do ônibus a caminho de São Paulo para os preparativos do encontro nacional do movimento negro. Segundo ela, alguns faziam uso de entorpecentes dentro do transporte, o que criou uma divisão insustentável no percurso gerando uma briga física. Ela relata que um dos ativistas gritava “Preto não chama a polícia para outro preto!”. No entanto, ela questionou, “mas como é que preto pode puxar faca para outro preto?” Foi necessário chamar a polícia. “O mais revoltante foi ver os “capas” do movimento negro (...) todos calados, sem fazer nada”, disse.

Outro episódio difícil foi quando ela morava na Maloca e a família, e uma de suas sobrinhas sofreu violência doméstica e foi arrastada pelos cabelos. Ela relata que não houve apoio. “Fui à Delegacia da Mulher, na Praça da Bandeira, registrei a queixa e fiz o boletim de ocorrência”. Ela relata que foi da Maloca até o Mané Preto, na casa do menino que estava com sua sobrinha, para mostrar aos pais dele o que ele tinha feito com ela. “Você acredita que, nesse meio tempo, o pessoal do quilombo ficou revoltado porque chamamos a polícia? Eles se juntaram e deram uma surra no meu irmão. Isso também criou um conflito com o movimento negro, na verdade”.

Yá Jane Lúcia traz de suas memórias, a lembrança sobre os conflitos em torno do tombamento do Terreiro Filhos de Obá, em Laranjeiras.

Quando voltei do Rio, o sítio dos Filhos de Obá já tinha sido indicado para tombamento histórico, mas estava se desmanchando. Meu pai estava cuidando de lá junto com Djenal Nobre e outras pessoas. Fizemos uma reunião para organizar algumas melhorias, como levar água para o sítio. No entanto, percebi que o movimento negro queria assumir o controle do lugar, já que ele seria um patrimônio histórico. Eles achavam que o espaço deveria ficar sob responsabilidade do movimento, mas havia pessoas vivas ligadas ao sítio, e nós não concordávamos com isso. (Jane Lúcia, 2024)

A situação gerou diversos conflitos. Ela e a família se mantiveram contra essa decisão, o que gerou diversas brigas. “Enfrentamos muitas dificuldades, mas seguimos firmes. Não me arrependo de ter lutado, mas carrego o peso dessas experiências até hoje.”, reforçou.

A participação em seminários e encontros, a exemplo do encontro onde conheceram Mãe Beata e outras grandes referências na luta de mulheres negras, ampliou a rede de apoio e o alcance das discussões. Esses eventos foram fundamentais para conectar as lutas locais às pautas nacionais, fortalecendo a representatividade das mulheres negras.

A memória de Jane Lúcia, hoje Yá Jane Lúcia, apresenta como a sua própria formação política e percepção de sua negritude foi amadurecendo ao longo do processo. Se enquanto ela morava no Rio de Janeiro havia uma dificuldade no reconhecimento de sua negritude, foi em Sergipe que ela conseguiu se perceber como uma mulher negra e posteriormente ingressar nos movimentos que trouxeram a raça e o gênero como pauta de luta.

Um importante ponto também trazido por Jane e que dialoga com as experiências de outras ativistas é o posicionamento dos homens das organizações,

as críticas diante dos espaços em que as ativistas avançavam, sugerindo que tais posturas enfraqueciam o movimento negro. Esse silenciamento é fruto da cultura patriarcal, que sempre privilegiou os homens em espaços de poder e decisão, e as mulheres em espaços de subalternidade.

Cabe ainda ressaltar os conflitos e contradições no interior dos movimentos negros e suas pautas de luta. Quando Jane Lúcia traz que a luta dos terreiros não tinha o mesmo espaço dentro do movimento que outras pautas, isso demarca como mesmo dentro do movimento negro, pode haver racismo religioso, uma vez que uma questão tão importante para a memória da população negra, não é valorizada e vista como um ponto importante de defesa.

Por fim, a história de mulheres como Jane Lúcia, reforçam a importância da luta coletiva, da articulação e do registro dessas atuações e suas conquistas em direção a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

### **Capítulo 3 – Redes de resistência: articulações, conflitos e mediações no movimento de mulheres negras em Sergipe**

Neste capítulo, será analisada a dinâmica das articulações estabelecidas pelas mulheres negras militantes em Sergipe, a partir das memórias e experiências compartilhadas pelas entrevistadas. A proposta é compreender de que maneira essas mulheres construíram redes de resistência, quais os desafios enfrentados no processo de articulação com outros movimentos sociais e instituições, e como lidaram com os conflitos internos e externos que emergiram nesse percurso.

A noção de articulação será aqui entendida como os caminhos de aproximação entre as organizações das quais as militantes fizeram parte e os demais movimentos em níveis estadual, regional e nacional. Esses processos de conexão e cooperação foram fundamentais para a ampliação das pautas feministas negras e para o fortalecimento político das ativistas.

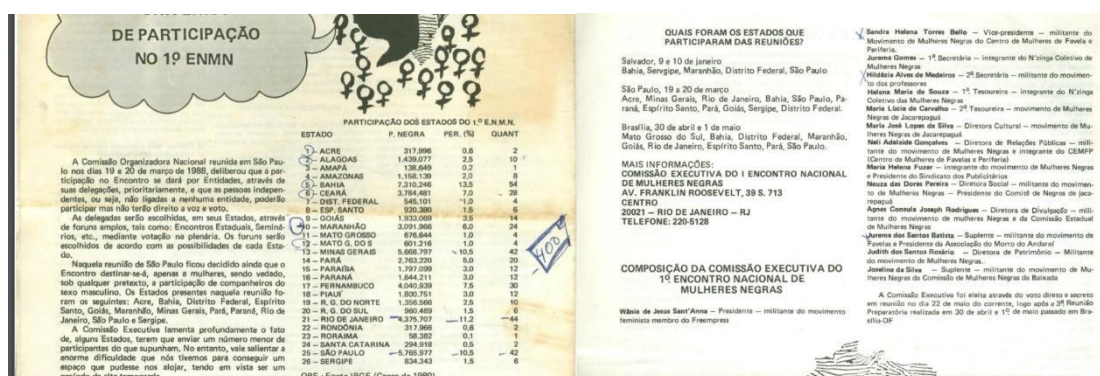
Ao olhar para as trajetórias, é possível notar que as mulheres entrevistadas não iniciaram sua militância em organizações de mulheres negras, algumas delas iniciaram os primeiros contatos com o ativismo dentro de suas comunidades, em

associação de bairro, na igreja, em movimentos sociais voltados para a moradia, a educação, a saúde e até o movimento negro misto.

Foi o acúmulo político que tiveram com essas diversas experiências que despertaram nas militantes a importância para a pauta da mulher negra na sociedade brasileira. As organizações negras em Sergipe que diversas delas integraram foram principalmente o UNA (União de Negros de Aracaju), SACI e Consciência Negra, em comum a passagem pela AMABA, uma associação de bairro com diversos trabalhos voltados para questões raciais e juventude.

A partir do UNA e da SACI, algumas delas, como Joseanes Lima (2024), tiveram seus primeiros contatos com organizações regionais e nacionais. Essa articulação foi fundamental para colocar Sergipe no circuito de uma rede de mulheres negras ativistas, e que iniciaram as primeiras ações de mobilização de grande alcance, a exemplo do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em 1988, em Valença.

No boletim do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988), registra que Sergipe esteve presente em reuniões preparatórias, 9 e 10 de janeiro de 1988, e que foram destinadas 6 vagas para mulheres negras sergipanas no encontro, conforme imagem abaixo:



**Figura 13. Boletim informativo do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.** Fonte: Site [https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN\\_APS\\_SNCR\\_1988\\_BLT\\_00001\\_NT.pdf](https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN_APS_SNCR_1988_BLT_00001_NT.pdf)

O registro coaduna com o que Joseanes Lima traz em sua trajetória, ao apontar que em 1988, ano de celebração do Centenário da Abolição, o UNA assim como outras organizações, estavam voltadas para a programação do centenário, em

diversos estados, e o Encontro Nacional de Mulheres Negras também era parte dessas diversas ações.

Assim como a entrevista com Joseanes Lima (2024), outras ativistas também tiveram a oportunidade de atuar fora de Sergipe representando o estado, Xifroneze (2024), Gigi Poetisa, Cleanes Silva (2024), Vera Villar (2023) estiveram em espaços regionais e nacionais pautando a luta pela equidade de gênero e raça. Cabe também ressaltar o papel da irmã Odete nessa interlocução com outros cenários de militância fora de Sergipe.

Irmã Odete, por exemplo, chega em Sergipe em 1982, segundo Hildebrando Maia, coordenador da comunicação da Diocese de Propriá, e quando ela chegou, já fazia parte do MNU nacionalmente e do Grupo União e Consciência Negra (GRUCON) desde 1978, também nacional.

Entre os relatos das ativistas, destaco que inúmeras delas passaram pela igreja católica e participaram ativamente dos grupos, no entanto, algumas romperam ao presenciar situações de desigualdade e reprodução de preconceitos dentro da igreja.

Até mesmo, irmã Odete em entrevista ao Jornal da Diocese de Propriá, A Defesa (1987)<sup>10</sup>, pontua que há setores que reproduzem opressão dentro da igreja, e por essa razão, ela não se esquivava de fazer a crítica e de atuar no movimento negro.

O GRUCON, grupo que irmã Odete atuava, inicialmente tinha forte influência da igreja católica, vindo a romper depois por conflitos ideológicos<sup>11</sup>.

A trajetória de Xifroneze também apresenta a aproximação com um cenário nacional a partir das articulações entre ativistas. Seu primeiro contato com uma Conferência Nacional ocorre a partir das relações com as irmãs Geilma e Geilza, que atuavam no MNU, e entendiam que era fundamental que Xifroneze (2024) estivesse representando Sergipe em Brasília, pela sua história enquanto ativista quilombola e mulher negra.

Apesar da formação e fortalecimento das mulheres no interior do movimento negro, a solidariedade por meio da raça nem sempre prevalecia, e todas relataram os obstáculos enfrentados a partir de conflitos de gênero no ativismo.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/176/172>

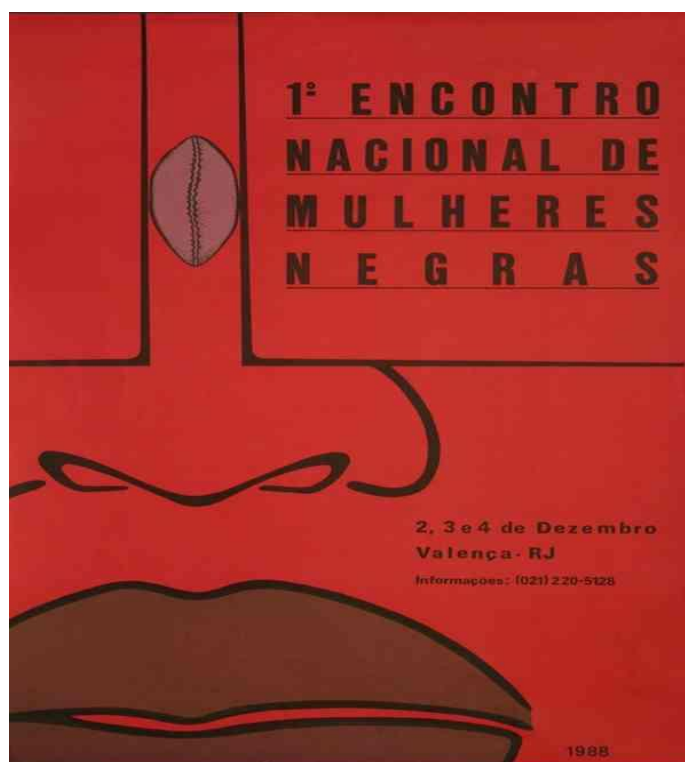


A partir da próxima seção iremos desenvolver como se construíram as relações entre as militantes negras sergipanas e as organizações e militantes negras regionalmente e nacionalmente, ampliando o cenário de atuação da militância feminina negra.

### **3.1 Articulações regionais e nacionais: a participação das militantes sergipanas em espaços de luta coletiva**

Os relatos das trajetórias das ativistas entrevistadas para a tese, traz um rico panorama de participações de Sergipe em ações de alcance regional e nacional. Como já consta nos livros de Matilde Ribeiro e Joselina da Silva, Sergipe esteve envolvido nos encontros preparatórios, bem como no Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Essas afirmações se confirmaram, como também consta nos registros do relatório do I Seminário Nacional de Mulheres Negras, realizado em Atibaia (SP) em 1993. O evento tinha como objetivo avaliar o I Encontro de Mulheres Negras, ocorrido em Valença (RJ), em 1988 e o II Encontro de Mulheres Negras ocorrido em Salvador (BA) em 1991, Sergipe esteve presente nos encontros.



**Figura 14. Cartaz do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença - RJ (1988).** Fonte: site Memória e Movimentos Sociais.

Na seção de informes, que aconteceu durante o Seminário, no Painel sobre Reflexão sobre o processo de organização de mulheres negras no Brasil. Consta que:

A SACI esteve presente, onde deu o seguinte informe “O Fórum se esvaziou após 1991. A Saci tem feito trabalhos com mulheres negras de Aracaju, principalmente sobre a questão da violência doméstica e racial” (Fórum de Mulheres Negras de São Paulo, 1993)

Já no relatório referente ao II Seminário Nacional de Mulheres Negras, realizado em 1994, em Salvador (BA), consta que Sergipe estava inserido na preparação de uma Rede Nacional de Mulheres Negras, localizado na 4<sup>o</sup> região, junto a Bahia e Alagoas<sup>12</sup>.

É importante destacar que a partir de um levantamento de todos os títulos dos jornais do repositório da UFS que totalizam 32, selecionamos os jornais que tiveram publicações durante o período estudado (1970-2000). São eles: A Defesa (1945-1987), Gazeta de Sergipe (1980-2004), Jornal da Cidade (1972-1985) e Jornal de Sergipe (1978-1992).

Foram encontrados registros que trazem à tona como a imprensa sergipana abordava e divulgava a atuação de algumas militantes negras em Sergipe. Para isso, busquei averiguar as matérias divulgadas em três datas que marcam lutas sociais, foram elas: 8 de março, 13 de maio e 20 de novembro.

---

<sup>12</sup> Informações de Dossiê de Mulheres Negras ainda não processado pelo acervo disponibilizado pelo Instituto Geledés.

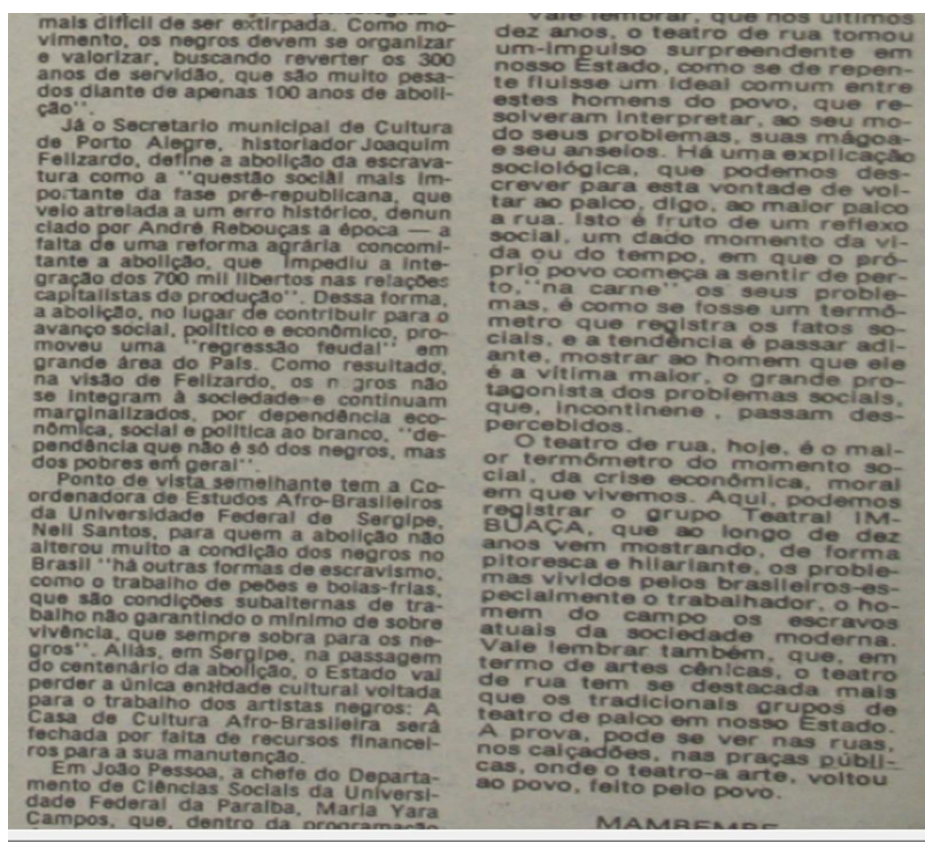


Figura 15. Trecho da matéria no *Jornal Gazeta de Sergipe*, em 1988, sobre o centenário da abolição. Entrevista com a professora Nelly, na época, coordenadora do Neab" Fonte: ARQUIVO PESSOAL DA ENTREVISTADA, 1988.

Saci promove evento na Mussuca em Laranjeiras sobre o Quilombo

Em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra, a Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (Saci), através do projeto "Ação e Desenvolvimento Comunitário", desde ontem, até domingo (22), está realizando o 1º Encontro de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, na Associação Comunitária da Mussuca em Laranjeiras; e conta com a participação de representantes da Mocambo, comunidade remanescente de quilombo do município de Porto da Folha e do povoado Lasareto, de Nossa Senhora do Socorro.

Conforme Joseanes Lima, coordenadora do projeto, o encontro tem como objetivo, promover o resgate da cultura afrosergipana. "Pretendemos trabalhar a autoestima utilizando o conteúdo da cultura afrobrasileira", destacou. Neste sentido, serão realizadas oficinas de artefatos e bijuterias, tranças e penteados, capoeira de Angola e estética corporal afro. As atividades serão direcionadas a homens, mulheres e adolescentes das comunidades presentes.

**Programação** - Hoje e amanhã, serão ministradas as oficinas. O encerramento das atividades ocorrerá no domingo (22), com apresentações do grupo folclórico São Gonçalo e do Samba de Pareia. O evento conta com o apoio da Secretaria de Ação Social do Estado de Sergipe, do Grupo Abílio de Capoeira Angola, da Utilidade Pública Comunicação e Cultura e da vereadora de Aracaju, Tânia Soares.

Para isso, precisamos criar uma cultura de exportação no País, incentivando o associativo e a cooperação capaz de garantir ao pequeno empresário, escala de comércio que justifique o acesso a canais internacionais de comercialização".

O presidente da Associação Comercial de Sergipe ressaltou a atitude da Confederação, que oportunizou inclusive o diálogo dos presidentes das Associações Comerciais, com o deputado Michel Tenner, permitindo a capilaridade de sugestões, sortindo do presidente da Câmara dos Deputados, excelente receptividade para os pontos colocados, concluiu. José Moura Filho.

**ACEITAS CESTAS**  
Aceitamos cheques pré-datados.  
Cristiane Sobral  
Tel: (079) 248-6072  
932-6572  
Cestas de Café da Manhã

**ADVOCACIA PARA DEFESA DO CONSUMIDOR**  
**Dr. Sebastião Chagas Filho**  
OAB/SE 2182  
CONTRATO BANCÁRIO \* CONTRATO PLANO DE SAÚDE

Figura 16. Matéria no *Jornal Gazeta de Sergipe* (1988) em alusão ao 20 de novembro. Entrevista com Joseanes Lima, representando a Saci" Fonte: Acervo da Universidade Federal de Sergipe (online)

### **3.2 A importância da memória e da escrevivência: transmissão de experiências e formação de novas gerações**

Esta seção é dedicada a todas as mulheres entrevistadas, e aquelas que não consegui entrevistar, mas que estiveram à frente de tantas trincheiras de luta e que suas histórias e memórias não foram registradas.

A motivação para produzir essa pesquisa surgiu de um incômodo constante, da dificuldade de encontrar registros sobre a atuação das mulheres negras militantes sergipanas no período de efervescência do movimento negro, de ressurgimento, por volta do final dos anos 80 até os anos 2000. Nesse período não se tinha tanto acesso a internet e não existia o cenário que temos atualmente das redes sociais, onde as atividades são registradas e divulgadas quase ao mesmo tempo.

As produções sobre o histórico de militância negra sergipana retratam a liderança de homens negros, a frente de suas organizações, realizando projetos e ações e incidindo na realidade de desigualdade racial e de classe de Sergipe.

As mulheres negras que também estavam inseridas nessas organizações, até são citadas nos trabalhos, mas sempre como um apoio às lideranças masculinas, essas narrativas escondem e escondem por muito tempo o poder de incidência, articulação e mobilização dessas mulheres, nas mais diversas frentes de luta.

Os relatos trazidos nesta tese, revelam que diversas delas despertaram para as questões raciais e de gênero ainda na infância. Através do racismo sofrido em suas escolas, comunidades e até dentro das famílias. Foram sementes plantadas e que despertou nelas o olhar crítico diante da realidade em que viviam.

Munidas apenas do desejo de mudar a realidade do seu entorno, algumas ingressaram nas igrejas em grupos que atuavam nas comunidades, outras em associações de bairro, e só depois tiveram contato com outros movimentos sociais.

A atuação nas associações de bairro, demonstra a preocupação em mudar a realidade local, a preocupação com pessoas que viviam em periferias, assim como muitas delas e suas famílias. Esse olhar, contribuiu para o próprio reconhecimento de si, sempre atravessado pela classe, pela raça, pelo gênero e até pela sexualidade.

A entrada de muitas nos movimentos negros locais, recém-criados, como o UNA e depois a SACI, foi um divisor de águas para o contato com outras realidades de militância, com outras redes de diversos estados do país, com referências políticas,

que contribuiu chegar ao denominador comum, se perceber uma mulher negra militante.



**Figura 17. Mulheres Negras em atividade da SACI.** Fonte: acervo de Carlos Trindade

É fato que essa peculiaridade na história das ativistas negras sergipanas, revela que aqui as mulheres negras desse período estudado, não formaram grupos específicos de mulheres negras, exceto a Organização Marias do Egito e o Fórum de Mulheres Negras, esse segundo com poucas informações das entrevistadas, mas conforme apresentado nas trajetórias e na imagem acima, essas mulheres já caminhavam em direção ao fortalecimento de mulheres negras.

Voltando para a importância de registrar a memória dessas ativistas, ela parte da importante teoria da autodefinição, articulada por Patrícia Hill Collins (2019), no livro *O Pensamento Feminista Negro*. Nesse sentido, a autora vai tratar de refletir como a perspectiva de mulheres negras, que vivem diversas opressões articuladas, resulta em um ponto de vista fundamental para a superação, é o olhar de dentro, de quem vive as opressões de uma sociedade que ainda mantém estruturas racistas, machistas, classistas e outras. “O conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão dos saberes subjugados da teoria social crítica das mulheres negras” (Collins, 2019, p.42)

Concatenando a teoria articulada por Collins (2019), bem como a interseccionalidade como teoria e método proposto por Crenshaw (2005), a narrativa

construída pelas próprias ativistas através da memória, é uma forma de resistência e enfrentamento ao que o racismo legou a tantas mulheres negras, que foi a invisibilidade de suas trajetórias.

Ao documentar as lutas, pensamentos e estratégias, fortalece-se a autodefinição—ou seja, a capacidade de mulheres negras contarem suas próprias histórias, em vez de serem definidas por discursos alheios. Essa prática contribui para a construção de uma memória coletiva que inspira novas gerações e sustenta movimentos de transformação. Além disso, valorizar esses saberes desafia hierarquias epistemológicas que privilegiam vozes brancas, masculinas e eurocêntricas, mostrando que o conhecimento nascido da luta é indispensável para a emancipação.

Nesse sentido, também entendo que é fundamental trazer a categoria de *escrevivências*, termo criado por Conceição Evaristo (2005), escritora negra brasileira, que traz em suas obras narrativas ficcionais ou não, mas que refletem sua realidade e a realidade do seu entorno, de pessoas negras que vivem em periferias brasileiras.

Em seu Ensaio “Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira”, Evaristo (2005) aborda que a *escrevivência* se trata de “uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sócio-cultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas”.

Para ela, o registro das vivências de pessoas negras, é um reforço às suas existências, é uma forma de driblar os silenciamentos dos registros formais, dos espaços de poder onde pessoas negras não são escutadas e são desumanizadas.

Sendo assim, escrever a história dessas mulheres negras que contribuíram tanto para o processo de luta por direitos em Sergipe, é tirar suas trajetórias de luta do véu da invisibilidade, é reescrever a história da luta negra sergipana por mãos negras, como também afirma Beatriz Nascimento (Nascimento, 2021).

Trajetórias escritas a partir da escuta efetiva e afetiva, contribuindo para que essas mulheres possam se autodefinir, como defende Patrícia Hill Collins, e assim, driblar as definições impostas por olhares onde ainda predomina as mais diversas discriminações.

### **3.3 Pedagogias da resistência: saberes, formação política e emancipação**

Esta seção pretende desenvolver como as mulheres negras militantes em Sergipe, desenvolveram ferramentas para a formação política e resistência no espaço das disputas políticas em diferentes espaços sociais.

A ideia central se expressa na forma como essas mulheres adquiriram conhecimento e consciência política não apenas em ambientes formais de educação, mas também em espaços comunitários, religiosos, culturais e de militância.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível inferir que diversos espaços foram locais de aprendizado e formação para as entrevistadas. A igreja, a convivência nas comunidades, bairros, os espaços de atuação do movimento, blocos de afoxé, terreiros e tantos outros.

O despertar para o processo de formação política e aprendizagem de saberes nem sempre formais, adveio do próprio contexto de vida dessas militantes. Vera Vilar (2023) por exemplo, vivendo em Propriá desde a infância, tem seu primeiro contato com a pauta da luta social através da igreja que fazia parte, onde integrou o Grupo de Direitos Humanos Dom José Brandão de Castro.

A partir daí ela conheceu outras frentes de luta em que se engajou, a exemplo do movimento negro e do movimento Sem Terra. Assim como Vera, outras militantes também tiveram esse despertar quando iniciaram a vida religiosa, a exemplo de Gigi Poetisa, que assim como Vera, teve sua caminhada nos movimentos sociais iniciada em Propriá, também na Igreja, a partir da influência de Irmã Odete, missionária que chegou no estado no início da década de 80 para promover incidência no Baixo São Francisco.

A própria Irmã Odete, citada por Gigi e Vera como uma das grandes referências de mulheres negras na luta social, também foi incentivada por outras mulheres negras, freiras, que já atuavam nessa perspectiva da transformação social e do reconhecimento e orgulho enquanto pessoas negras.

Os saberes adquiridos em espaços não formais de conhecimento foram ferramentas de fortalecimento na caminhada das militantes. Lígia Borges (2023), em seu relato, traz a importância do contato com os blocos afro, na década de 90 em Aracaju.

Para ela, aquele contato foi um divisor de águas, sendo fundamental para o aprofundamento da cultura afro sergipana e brasileira. Assim como Yá Lígia, Cleanes



também aborda como os espaços culturais foram fundamentais para a sua formação política e reconhecimento enquanto mulher negra.

Através da dança, das oficinas, do contato com a juventude negra, Cleanes (2024) se encontrou na arte, e como através dessa arte que ela domina tão bem, foi possível incidir positivamente na vida de tantos jovens que ela orientou através dos projetos realizados pela CIA Dançart, ou que a organização era convidada como parceira.

A presença de Cleanes através das oficinas de dança nas periferias, evidencia ainda como a arte pode ser um meio de resistência e emancipação, contribuindo para a formação política e o fortalecimento da juventude negra. É importante destacar, que a violência praticada contra a juventude e população negra periférica sempre foi uma realidade no Brasil, ao trazer possibilidades de sonhos e outras realidades para essa juventude, a ativista colaborou para o processo emancipatório de muitas e muitos jovens.

Algumas das militantes também atuaram nas comunidades quilombolas, ou vieram dessas comunidades, como Givalda (2022), Xifroneze (2024), Tereza Martins (2024), outras desenvolveram formações na localidade como Joseanes, aqui o ponto central, é como essas mulheres entenderam durante a caminhada militante, a importância de contribuir para a formação e a emancipação de segmentos ainda mais excluídos e perseguidos por aqueles que concentravam o poder econômico e social.

A formação política nessas comunidades foi construída a partir da troca de experiências, do resgate da ancestralidade e da valorização das narrativas quilombolas como parte essencial da história e da cultura brasileira. Além disso, a atuação dessas mulheres possibilitou não apenas o fortalecimento da luta por direitos, mas também a criação de estratégias de resistência frente às violências estruturais que essas comunidades continuam a enfrentar. Dessa forma, a militância dessas mulheres não se restringiu ao espaço urbano ou a movimentos mais amplos, mas esteve fortemente enraizada nas comunidades quilombolas, reafirmando o compromisso com a luta por justiça social e equidade.

Por fim, é fundamental destacar a ação dessas mulheres nos partidos políticos de esquerda. Apesar do alinhamento político, a presença feminina negra não tinha o mesmo poder de decisão, e mesmo com os obstáculos existentes para a sua atuação,



diversas delas estiveram e ainda estão atuando nos partidos, onde mobilizaram importantes pautas de luta, como as cotas para as mulheres e a denúncia da violência de gênero e raça na política partidária.

Ao longo dos anos, esses militantes foram responsáveis por tensionar e provocar mudanças estruturais dentro dos partidos, questionando a lógica excludente da política institucional e reivindicando espaços de decisão.

Sua presença e resistência desenvolveram não apenas a ampliação da participação feminina negra na política, mas também para a construção de um debate mais profundo sobre a interseccionalidade das opressões e a necessidade de mecanismos eficazes de inclusão que pudessem promover transformação e justiça dentro das próprias estruturas de poder.

#### **4. Considerações Finais**

A escrita da tese teve como objetivo trazer para a superfície a memória de mulheres negras militantes que contribuíram ativamente com a luta racial e de gênero em Sergipe no período da redemocratização até os anos 2000 (70-2000), com a finalidade de compreender como se deram as primeiras experiências de mulheres negras na militância em Sergipe.

A escuta afetiva e efetiva com as entrevistadas consistiu em um processo de revolver o que estava ali guardado com elas e com as pessoas que viveram esse período. A pesquisa foi desenvolvida à luz das teorias do feminismo negro e do pensamento de mulheres negras brasileiras, que colocam na centralidade a importância da vivência e das diversas experiências de 'ser mulher negra' como lente analítica da sociedade, das desigualdades e das disputas.

A história da população negra no Brasil, tanto a de existência quanto a de lutas travadas, ainda está sendo reescrita, isso porque, como se sabe, a história oficial, aquela que temos acesso através dos livros didáticos, não abarcou essas experiências, ou quando trouxe, foi a partir de uma perspectiva branca, um olhar que permanece hegemônico na academia, nas produções e em espaços de poder.

Diante desse hiato, que mesmo com algumas produções já desenvolvidas sobre a história do movimento negro no Brasil (e em Sergipe), permanecia um silêncio em relação aos registros sobre as mulheres negras que, no raiar da redemocratização,

contribuíram amplamente com a luta pelo acesso aos direitos de mulheres e população negra. Enquanto pesquisadora e pela minha trajetória enquanto militante da Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, me senti convocada a trazer essa memória para a linha do tempo desse período, e assim, registrar e entender a dinâmica da atuação dessas mulheres entrevistadas.

As entrevistas revelaram que a gênese do movimento de mulheres negras em Sergipe vai se desenvolver de diversas formas e contextos. As militantes oriundas das periferias de Aracaju trouxeram como a percepção de suas realidades e de suas famílias foi importante nesse processo de questionamento das desigualdades sociais e raciais existentes.

Através das associações de bairro ou das pastorais nas igrejas, descortinou-se a importância de estarem organizadas para pleitear melhores condições de vida para as pessoas no seu entorno. Além disso, outros aspectos da identidade dessas mulheres foram cruciais para o amadurecimento de suas militâncias, a exemplo da luta pela saúde pública, pela moradia, pelo território, pelo fim da intolerância religiosa, entre outras.

As contradições vividas nas primeiras experiências com a militância também foram fundamentais para que chegassem ao movimento negro. Algumas se depararam com o próprio racismo no interior da igreja ou nas associações de moradores em que atuaram, fazendo com que buscassem atuar com outras pessoas negras e em grupos que respeitassem suas identidades raciais e de gênero.

Mesmo no interior do movimento negro, as militantes entrevistadas se depararam com diversas divergências e obstáculos para sua atuação. As decisões mais importantes das organizações negras eram concentradas nos homens, que estavam majoritariamente em cargos de liderança e, segundo elas, sempre colocando as mulheres em lugares secundários. Mesmo diante desse desafio, elas não recuavam e estavam sempre colocando suas perspectivas e disputando com os homens por espaço nos movimentos.

Os conflitos não se davam apenas na esfera da atuação militante, mas também na vida pessoal dessas mulheres, ou afetivamente, quando algumas delas se envolviam com os homens militantes e eram preteridas por mulheres brancas, ou quando o conflito político se acirrava e se desdobrava em violência.

Duas organizações negras foram responsáveis por abarcar algumas das entrevistadas, posteriormente contribuindo para a formação de uma frente de mulheres negras que vieram a pautar questões próprias da luta de mulheres negras: a União dos Negros de Aracaju (UNA) e a Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI).

A partir das organizações citadas, outras surgiram. Cabe pontuar que a primeira ONG de mulheres negras sergipanas, a Organização de Mulheres Negras Maria do Egito – OMIN, surgiu da experiência da SACI, tendo Joseanes Lima, uma das integrantes da SACI, como uma das fundadoras da OMIN.

Antes do surgimento da OMIN, as mulheres negras integrantes do UNA e da SACI estiveram articuladas com o movimento de mulheres negras em outros estados do país. Inclusive, foi a partir do registro feito pelas pesquisadoras e ativistas Matilde Ribeiro (2022) e Joselina da Silva (2014) que surgiu a constatação e inquietação pela investigação desse fato: mulheres negras sergipanas estiveram envolvidas na organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Valença (1988).

Mesmo sem tanta estrutura e recursos, as mulheres negras sergipanas estiveram atuando na frente das grandes mudanças do país. A implementação de conselhos de direitos, a participação nos primeiros encontros do movimento negro e de mulheres negras - a exemplo do I e II Encontro Nacional de Mulheres Negras, do I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), da Conferência de Durban e outros - mostra que Sergipe tinha um núcleo bem articulado de militantes negras.

No campo da vida privada, essas mulheres enfrentaram diversos desafios. A experiência com a maternidade e a necessidade de conciliá-la com o campo profissional, em muitos momentos, exigiu renúncia, além de ser marcada por uma caminhada solitária e de afastamento dos movimentos.

Esses desafios são marcados pela experiência de gênero e raça, uma vez que tais renúncias (seja da atuação militante ou profissional) recaem sobre as mulheres negras, e que se aprofundam com marcadores como a classe.

Além disso, trazer essas diversas trajetórias à tona mostrou experiências da luta racial que muitas vezes não têm visibilidade, a exemplo da história da irmã Odete, freira paulista que atuou junto às comunidades do Baixo São Francisco na década de

80. Envolvida com os debates raciais através da organização União e Consciência Negra, desenvolveu atividades com mulheres e homens negros, trabalhando o reconhecimento de suas identidades raciais e fortalecendo a autoestima dessa população.

Ao percorrer essas trajetórias, é possível perceber que os caminhos para a formação de um movimento de mulheres negras em Sergipe têm diversos pontos de partida: no seio dos movimentos sociais, sindicatos, organizações religiosas. Mas que, nas encruzilhadas das vivências que intercalam questões de raça e gênero, permitem encontros potentes para as mudanças sociais.

A pesquisa também trouxe outra importante revelação, a dificuldade de alguns movimentos negros abarcarem a cultura como um elemento fundamental nos avanços da luta racial, tratando-a como questão secundária e menos política. Essa reflexão foi trazida por mulheres negras militantes envolvidas com expressões artísticas, afirmando que os movimentos raciais mais voltados para a cultura só eram mobilizados de forma alegórica nas atividades.

Cabe também, enquanto pesquisadora, apresentar que a pesquisa encontrou limitações para abranger de forma mais ampla, de forma que pudesse trazer outros nomes de militantes negras que igualmente foram citadas pelas entrevistadas. Tanto o tempo quanto a escassez de documentos institucionais foram obstáculos para apresentar outras experiências e trajetórias. Dessa forma, reconhecemos que esta pesquisa oferece um recorte limitado de militantes entrevistadas, e não a totalidade das experiências de mulheres negras na luta racial e de gênero no estado.

O recorte temporal e geográfico adotado, concentrado majoritariamente em experiências na capital, naturalmente deixou de fora experiências relevantes do interior sergipano e de períodos anteriores. A dependência principal de relatos orais, embora enriquecedora pela perspectiva subjetiva, esbarrou na escassez de documentos institucionais que pudessem corroborar ou complementar essas memórias.

Essas limitações, contudo, podem apontar para direções promissoras para futuras investigações: a exploração de arquivos pessoais das militantes, a realização de pesquisas em municípios do interior, e o desenvolvimento de metodologias que capturem as dimensões cotidianas e afetivas da militância negra feminina.

A bagagem histórica que antecede as nomenclaturas de movimentos sociais e feminismo mostra que a organização de mulheres negras no Brasil, ainda no período colonial, foi fundamental para o que atualmente se entende como movimento de mulheres negras.

Experiências essas que não se perdem no tempo, mas sim acumulam força e estratégias criativas de sobrevivência em uma sociedade que se estruturou com base em exploração e violência racial e de gênero, onde a classe social é atravessada pela forma como racialmente fomos distribuídos, determinando o acesso aos direitos básicos de sobrevivência.

Dito isso, organizações que se formaram no raiar da abolição já apontavam a força de mobilização e incidência política de homens e mulheres negras. Experiências como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e, no processo da ditadura militar e redemocratização, como o Movimento Negro Unificado (MNU) e coletivos de mulheres negras como o Coletivo Mahin, Aqualtune, Geledés e outros.

Em Sergipe, essa expressão foi e é vivida. Terra de Beatriz Nascimento e o menor estado do país, tem sua população majoritariamente formada por pessoas negras, o que serviu como motor impulsionador da atuação de tantos movimentos e militantes.

É inegável que a caminhada dessas militantes em outras frentes de luta social - como o movimento por moradia, pela educação pública de qualidade, pelo movimento de saúde popular, movimento sem-terra, de religiões de matriz africana e outras pautas - encontra e aproxima-se da luta de classe, de raça e de gênero, como defendem teóricas do pensamento de mulheres negras em todo o mundo: Lélia Gonzalez, Angela Davis, Beatriz Nascimento, bell hooks e outras.

Esta pesquisa não pretende esgotar o tema, mas sim ser faísca para que outras produções, trazendo as diversas trajetórias de militantes negras organizadas nos mais variados movimentos, possam vir à tona, descortinando a história de mulheres que vêm lutando pelo avanço e construção de uma democracia que de fato atenda aos segmentos historicamente invisibilizados.

Que as diversas escrevivências, como nos contou Conceição Evaristo, tomem o espaço que lhes foi roubado, e possam, a partir de mãos negras - como reverberou Beatriz Nascimento - contar suas histórias e reescrever a história do Brasil, onde

mulheres negras não estejam apenas nas cozinhas ou colocando crianças brancas para dormir.

Diante da discussão apresentada, a presente pesquisa mostrou que o movimento de mulheres negras, independentemente de se autodenominarem como organização feminista negra, tinha em comum a luta pelos direitos da população negra e segmentos subalternizados. O compromisso com a dignidade e o bem-viver de mulheres negras anda de mãos dadas com o bem-viver daqueles que, como elas, foram colocados à margem de uma estrutura que beneficia aqueles/as localizados em segmentos hegemônicos da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (org.). **Histórias do Movimento Negro**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova** [online], 2009, n. 76, pp. 49-86.

ALONSO, A. **Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito**. Sociologia e Antropologia. Vol.2, n.3, Rio de Janeiro, junho, 2012.

Andrade Silva, J., Castelliano de Vasconcelos, D., & Dornellas Ramos, D. (2024). **Racismo no Brasil e primeira infância**: uma revisão sistemática. *Psico*, 55(1), e40873. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2024.1.40873>

ASSIS, Y. S. **A experiência das ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe**: os cursos de Direito e Medicina. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFS: São Cristóvão, 2014.

BAIRROS, L. “O negro na força de trabalho na Bahia (1950-1980)”. **Revista Humanidades**, n.17 (Brasília, Universidade de Brasília, 1988), pp. 15-20.

BAIRROS, L. Mulher negra e feminismo. **Boletim do Centro de Informação da Mulher**, n. 11, São Paulo, 1988.

BAIRROS, L. Nossos feminismos revisitados. Florianópolis, In: **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016. p. 15-

24. BISPO, D. M. S. **História e Cultura afro-brasileira em Sergipe**: Antecedentes da lei 10639/03 (1980-2003). Dissertação (Mestrado em História). UFS: São Cristóvão, 2015.

BOLETIM INFORMATIVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CAPORAL, A. A. G. **Pedagogia Decolonial aplicada ao movimento de mulheres negras**: um estudo sobre a ampliação da participação social e luta por direitos na intersecção de raça e gênero. Dissertação (Mestrado em Direito). Unesc: Criciúma, 2020.

CARDOSO, C. P. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). UFBA, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma Vida**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CARNEIRO, S. Matriarcado da miséria. **Correio Braziliense**, p. 5, 15 set. 2000.

CARNEIRO, S. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos sociais; Takano cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003a. p. 49-58.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.49, n. 17, p. 117-132, 2003b.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1 – jan/abril, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu** n.51, 2017 s/p.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H. e BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

“*Consciência e Libertação do Negro*” pelos jornais da época (A Defesa, Sergipe, 1986, p.4). Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15291>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989, p. 538–554.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002.

CURIEL, O. La Crítica Postcolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antiracista. **Nómadas**, Bogotá, v. 26, 2007. p. 92-101.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. HOLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CURIEL, O. Crítica Pós-Colonial a partir das práticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**. V. 22. Dezembro, 2019.

DANTAS, P. S. **Construção de identidade negra e estratégias de poder: o Movimento Negro sergipano na década de 1990**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais. UFBA: Salvador, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Rev. Tempo**, v.12, n.23, 2007, p.100-122.

DOMINGUES, P. J. Movimento Negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, n. 21, 2008, p. 101-124.

DOMINGUES, P. J. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. SILVA, J.; PEREIRA, A. M. (Orgs.). **O Movimento Negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo horizonte: Nandyala, 2009, p. 17-48.

DOMINGUES, P. J. João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro. **História: Questões & Debates**. Volume 63, n.2, Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2015. p. 211-255.

DOMINGUES, P. J. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na



história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 345–374, 2016.

DOMINGUES, P. J.; OLIVEIRA, L. T. B. Movimento de Mulheres Negras em Sergipe: notas de pesquisa. SILVA, Nelmiros Ferreira da.; MARTINS, Tereza Cristina S.; CRUZ, Maria Helena S. (Orgs.) **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**. Curitiba: CRV, 2021. p. 113-128.

DOMINGUES, P. J. Severo D’Acelino: Um intelectual pan-africanista. **Revista de Teoria da História**. Volume 22, Número 02, Dezembro de 2019.

DOMINGUES, P. J. Zizinha Guimarães: entre a história e a memória. XAVIER, G., FARIAS, J. B., GOMES, F. (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, 267.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200706214320id/http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>

EVARISTO, Conceição. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Organização de Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. Ilustrações de Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

**Dossiê mulheres negras no Brasil**/organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes [et al] - Brasília: Ipea, 2013. 160p.

FELIPPE, A. M. Feminismo negro: mulheres negras e poder - um enfoque contra-hegemônico sobre gênero. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 15-28, jul/dez 2009.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FIGUEIREDO, A. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 1080-1099.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FIGUEIREDO, A. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In SANSONE, L., PINHO, O. A.(orgs). **Raça: Novas perspectivas**. 2ª ed.rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia:A EDUFBA, 2008.

FONSECA, E. S. **A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho: uma**

**análise comparativa do rendimento no trabalho na Bahia versus Brasil no período de 2001 e 2015.** Dissertação (Mestrado em Economia). UFS: São Cristóvão, 2019.

**FÓRUM DE MULHERES NEGRAS DE SÃO PAULO.** *Relatório Narrativo e Financeiro do I Seminário Nacional de Mulheres Negras.* 1993. [Documento não processado]. Acervo: Geledés

GOHN, M.G.M. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** v.16, n.47. Mai./ago. 2011a, p. 333-361.

GOHN, M.G.M. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

GOHN, M. G. M. **Sociologia dos Movimentos Sociais.** São Paulo, Cortez, 2013, pp. 127.

GOHN, M. G. M. **Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam?.** Petrópolis: Vozes, 2022.

GOHN, M. G. M. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós junho de 2013.** Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, N. L. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** p. 23-72. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 419 -441.

GOMES, NL. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educ Pesqui [Internet].** 2003Jan;29(1):167–82. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>

GOMES, N. L. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Revista Educ. Soc.,** Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012, p. 727-744.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz:** Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

GOMES, N. L. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias.** v. 21. n. 62. jul./set. 2020. p. 360-371.

GOMES, N.L. Movimento Negro Educador: releituras, encontros e trocas de saberes. GOMES, N.L (org.) **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador** Petrópolis: Vozes, 2022. p. 19-69.

GONÇALVES, R. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.9-22, jan./jun. 2018.

GONZÁLEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição.

GONZÁLEZ, L. HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZÁLEZ, L. **Por um Feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (Orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo do século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. Vol 31, nº 1. Janeiro/abril 2016.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995, pp. 07-41.

HOLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, b. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

hooks, b. Alisando nosso cabelo. In: **Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba**, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos.

hooks, b. **Vivendo de Amor**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. 2010.

hooks, b. **Teoria feminista**: Da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva. 2019a.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. 5ª ed. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2019b.

hooks, b. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Editora Elefante, 2019c.

hooks, b. O amor como prática da liberdade. **Añansi – Revista de Filosofia**, Salvador, v.2, n.2, 2021.

hooks, b. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, b. Mulheres Negras: Moldando a Teoria Feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16. Brasília, janeiro – abril de 2015, pp 193-210.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 199 p.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. Episódios de Racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. 2017. Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 16, pp. 315-347. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173908>

LE MOS, R. O. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 185, p. 12-25, 2016a.

LE MOS, R. O. **Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras**, 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016b.

LE MOS, R. O. O Feminismo Negro e sua metodologia: a pesquisa ativista feminista negra. p.17-39. In: FERREIRA, Larissa (Org.) **Gênero em perspectiva**. Curitiba: CRV, 2020.

LORDE, A. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

LODI, J.B. **A entrevista: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 283–321, 2000.

MATOS, L. O. **Transição capilar: cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFS: São Cristóvão, 2017.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade – Novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOURA, C. **A Sociologia do Negro Brasileiro**. 2 ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, M.B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Rio de Janeiro: Afrodiáspora – **Revista do mundo negro**. Instituto de Pesquisas e Estudos

Afro-Brasileiros – IPEAFRO, vols. 6-7, abr/dez. 1985.

NASCIMENTO, M.B. In: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento, 1974. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, M.B. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEVES, P. S. C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005, p. 81-96

NEVES, P. S. C. A questão negra em Sergipe: visões de militantes e de não-militantes. **XXIV Reunião Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2000.

OLIVEIRA, L. T. B. Narrativas em rede: o feminismo negro nas redes sociais. **Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 1. São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2016. p. 810-823.

OLIVEIRA, L. T. B. **A mulher negra na primeira pessoa: uma construção de raça e gênero nas novelas protagonizadas por Taís Araújo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). UFS: São Cristóvão, 2016.

OLIVEIRA, R. C. **Movimento Negro Unificado e Representações: Onde estão as Mulheres Negras? (1978-1982)**. Dissertação (Mestrado em História). UFOP: Ouro Preto, 2023.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”**: a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) UFF: Niterói, 2010.

PEREIRA, A. C. J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Tese (Doutorado em Ciência Política). UERJ: Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, A. C. J. **Intelectuais negras brasileiras**: horizontes políticos. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

PIEADADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Rev. Estud. Fem.** v.03 n.02 Florianópolis, p. 446-457 jul./dez. 1995.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(3): 272, p. 801-811, setembro-dezembro/2006.

RIBEIRO, M. Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): p. 987-1004, setembro-dezembro/2008.

RIBEIRO, M. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e2219374, p. 1-18, 2022. Disponível em: < <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> >. Acesso em 08/12/2022.

RIOS, F.M. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). USP: São Paulo, 2008.

RIOS, F. M. **Elite Política Negra no Brasil (1978-2002)**. Tese (Doutorado em Sociologia). USP: São Paulo, 2014.

RIOS, F. M. O protesto negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, 85: 41-79, 2012.

RODRIGUES, C. S. **As Fronteiras entre raça e gênero na cena pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). UFMG: Belo Horizonte, 2006.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V.G. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 34. e238917, 2021, pp 1-54. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. “Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro”. **Psicologia & Sociedade**; 22 (3), 2010. p. 445-456.

SANTOS, A.C.C. O II Encontro Nacional de Mulheres Negras pelo olhar das ativistas baianas. **GÊNERO**. Niterói. v.17, n.1. 2.sem. 2016. p. 7- 25.

Santos, Carlos Eduardo Trindade S237q A questão racial, o poder e a política: uma análise acerca das candidaturas de ativistas negros(as) nas eleições municipais de 2020 em Aracaju (SE) / Carlos Eduardo Trindade Santos. – São Cristóvão, 2023.

SANTOS, S. B. As ong's de Mulheres Negras no Brasil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SANTOS, D. B. **Para além dos fios: cabelo crespo e identidade negra feminina na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em História): UFS, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, S.S. **Mulheres negras nas comarcas sergipanas (1888-1940):** gênero, “raça” e classe. Dissertação. Mestrado em História: UFS. São Cristóvão, 2018.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [online], n.18, 2012.

**SCHUMAHER, Schuma**; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 496 p

SILVA, A.F. **Os Militantes no Poder:** Lideranças Negras nos Espaços Institucionais em Sergipe (2003-2015). Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFS: São Cristóvão, 2016.

SILVA, J.; PEREIRA, A. M. (Org). **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SILVA, V. S. A. **Feminismo negro como perspectiva descolonial:** Movimento de Mulheres Negras e a construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil dos anos 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UERJ: Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, M. L. **Das ruas ao ciberespaço: ativismo e ciberativismo de mulheres negras na era virtual**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia). Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira: Redenção, 2019.

SIQUEIRA, P., & FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos De Campo** (São Paulo – 1991), 13(13), 2005. p. 155-161. < <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161> >

SOARES, I. S. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

SOUZA, F. S. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOUZA, G. K. S. S. **Mulheres negras e relações de gênero:** narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do bloco afro Akomabu do centro de cultura negra do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). UFMA: São Luís, 2017.

SOUZA, D. M. **História e cultura afro-brasileiro em Sergipe: antecedentes da Lei 10639/03 - (1980-2003)**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História – UFS: São Cristóvão, 2015.

SOUZA, M. E. S. **Formas de Militância Feminista em Cenário de Auto-**

**organização e Ciberativismo no Brasil Contemporâneo:** tendências atuais a partir do caso de Aracaju/SE. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFS: São Cristóvão, 2017.

SOUZA, M. E. S. **Movimento Negro em Sergipe e política institucional:** Um estudo a partir de carreiras de militantes negros. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFS: São Cristóvão, 2012.

THEODORO, H. **Iansã: rainha dos ventos e tempestades.** Coleção Orixás. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2010.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Jornal Gazeta de Sergipe**, 1988. Matéria em alusão ao 20 de novembro. Entrevista com Joseanes Lima (representante da Saci). Aracaju, 1988. 1 documento digital. Arquivo UFS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Jornal Gazeta de Sergipe**, 1988. Trecho sobre o centenário da abolição. Entrevista com Nelly (coordenadora do Neab). Aracaju, 1988. 1 documento. Arquivo UFS.

Cardoso, E. Imprensa feminista brasileira pós 1974. **Revista Estudos Feministas**. N. 12(264), 2004. doi:10.1590/S0104-026X2004000300004.

VIEIRA, L. O. **Autorrepresentação de cineastas negras no curta-metragem nacional contemporâneo.** Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais). UFS: São Cristóvão, 2018.

WERNECK, J. **O samba segundo as lalodês: mulheres negras e a cultura midiática.** Tese (Doutorado em Comunicação). UFRJ: Rio de Janeiro, 2007.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, 2010, v. 1, nº1, p. 7-17.

ZAMBRANO, C. G. **Mulheres Negras em Movimento: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995).** Tese (Doutorado em Sociologia). USP: São Paulo, 2017.

## **Documentos**



CARTA DA ONU. Disponível em:  
<https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>

ONU Mulheres participa do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-participa-do-encontro-nacional-de-mulheres-negras-30-anos/>

Memória e Movimentos Sociais. Disponível em:  
<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/?q=pt-br/file/1786>